

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O trabalho cooperativo como princípio educativo:
A trajetória de uma Cooperativa de Produção Agropecuária
do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Carlos Antônio Bonamigo

Porto Alegre

2001

Carlos Antônio Bonamigo

O trabalho cooperativo como princípio educativo:
A trajetória de uma Cooperativa de Produção Agropecuária
do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Profa. Dra. Marlene Ribeiro

Porto Alegre

2001

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO DA UFRGS, Porto Alegre, BR-RS

B697t Bonamigo, Carlos Antônio

O trabalho cooperativo como princípio educativo:
a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária
do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Carlos Antônio
Bonamigo. Porto Alegre: UFRGS, 2001
f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2001.

1. Educação – Trabalho. 2. Trabalho cooperativo – Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3. I. Título.

CDU – 37.035.3

Aos lutadores e lutadoras da causa socialista!!!!

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

.... a minha orientadora, Profa. Dra. Marlene Ribeiro, a quem devo cada página e cada aprendizado deste trabalho. A sua acolhida, atenção e carinho transformaram cada momento de convivência em lições de solidariedade, de compromisso, de amor em aprender e ensinar.

.... aos professores Nilton B. Fischer, Carmem M. Craidy, Luiz Miranda e Mário Maestri e aos colegas Francisco, Eliane, Valter, Lizete, Jorgina, Odimar e Carla que, pelo carinho da partilha, transformaram-se, ao longo do curso, em meus co-orientadores.

... a todos os membros da COOPTAR que me acolheram com carinho e atenção em seus lares e em seus locais de trabalho, que com suas histórias, lutas, falas, gestos, lágrimas... tornaram-se para mim fontes inesgotáveis de aprendizados; ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, por suas ações concretas, está demonstrando que a mudança é possível.

... a minha companheira Daniela, pelo amor partilhado e pela análise crítica de cada página; aos meus pais, meus irmãos e minha irmã que sempre compreenderam as minhas decisões e a minha filha Tainá, amor, sorrisos, esperanças.

... aos meus colegas bancários(as), aos membros da diretoria colegiada do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo e Região pelo apoio à realização desta tarefa.

... ao CNPq, pelo incentivo recebido à realização desta pesquisa e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRGS, que apoiaram este meu trabalho.

Si tu no cres en tu pueblo
Si no amas, ni esperas, ni sofres, ni gozas
Con tu pueblo
No alcançarás a traduzirlo nunca!

Atahualpa Yupanqui

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	19
O MODELO ATUAL DE ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS	19
1.1 - O capital em sua fase histórica destrutiva.....	20
1.2 - Algumas “respostas” do capital a sua crise estrutural e suas conseqüências.....	26
CAPÍTULO II	37
EDUCAÇÃO, TRABALHO E COOPERAÇÃO	37
2.1 - Pressupostos de uma concepção ampliada de educação	37
2.2 - Uma concepção ampliada de educação	44
2.3 - A natureza do trabalho no modo de produção capitalista	49
2.3.1 - A cooperação subordinada.....	50
2.3.2 - A divisão do trabalho na manufatura e na indústria moderna	52
2.3.3 - O trabalho alienado	57
2.4 - A natureza, as potencialidades e os limites do trabalho cooperativo.....	60
2.5 - A concepção de cooperação do MST	71
CAPÍTULO III.....	82
O CARÁTER DE CLASSE DOS CAMPONESES.....	82
3.1 - Camponeses: uma relação diferenciada com o capital	83
3.2 - Camponeses brasileiros: uma construção histórica específica	86
CAPÍTULO IV	91

AS LUTAS CAMPONESAS E A FORMAÇÃO DO MST	91
4.1 - Os povos indígenas e os trabalhadores negros escravizados	92
4.2 - Alguns momentos da luta pela terra no período republicano	94
4.3 - A formação do MST	97
CAPÍTULO V.....	110
LUTA, TERRA, TRABALHO E CONSCIÊNCIA.....	110
5.1 - Como foram coletados os dados	110
5.2 - Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda – COOPTAR: uma trajetória educativa em construção	113
5.2.1 - A primeira fase: a preparação do acampamento	114
5.2.2 - A segunda fase: a ocupação	118
5.2.3 - A terceira fase: o Assentamento 16 de Março	129
5.3 - A Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda - COOPTAR.....	131
5.3.1 - Alguns aspectos históricos da COOPTAR	132
5.3.2 - O funcionamento dos setores.....	141
5.3.4 - O funcionamento geral da COOPTAR	151
5.4 - Sobre a organização e a centralidade do trabalho.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170
ANEXOS.....	179
Anexo 1	179
Anexo 2	181

LISTA DE SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
CCA – Cooperativa Central dos Assentados
CCs - Cooperativas de Crédito
CCRs – Cooperativas de Comercialização Regionais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEE – Comunidade Econômica Européia
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
COANOL – Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda
COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPTAR – Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPPSs – Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços
CPM – Círculo de Pais e Mestres
CPSs – Cooperativas de Prestação de Serviços
CPSRs – Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
EES – Empreendimentos Econômicos e Solidários
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED – Investimento Estrangeiro Direto
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER – Movimento de Agricultores Sem-Terra
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário
MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEs – Organização das Cooperativas dos Estados
OEPs – Organizações Econômicas e Populares
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEA – População Economicamente Ativa
PROCERA – Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS – Sistema Único de Saúde
TAC – Curso Técnico em Administração de Cooperativas
UDR – União Democrática Ruralista
ULTABs – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

RESUMO

Esta pesquisa apresenta e analisa uma experiência de trabalho cooperativo concebido como princípio educativo em uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Inicialmente busco fazer uma contextualização da gestão atual do modelo de acumulação e reprodução do capital, seus principais desdobramentos e algumas de suas conseqüências, principalmente relacionadas ao mundo do trabalho urbano e rural, à cultura e à educação.

Posteriormente abordo os pressupostos de uma concepção ampliada de educação, discutindo a centralidade ou não do trabalho na sociedade contemporânea. Ao desenvolver uma concepção ampliada de educação, recupero o papel do trabalho na formação humana e nas relações sociais; ao mesmo tempo discorro sobre as dimensões que assume o trabalho na produção capitalista, as contradições e as potencialidades do trabalho cooperativo, as dimensões que assume o trabalho na produção cooperativa e a concepção, os princípios, a forma organizativa da cooperação no interior do MST.

Em seguida trato sobre o caráter de classe dos trabalhadores camponeses, a sua formação específica no Brasil, as suas lutas e a formação histórica do MST.

O trabalho de campo é realizado através do resgate histórico dos membros da Cooperativa pesquisada, desde a preparação do acampamento até os dias atuais. É no interior dessa trajetória, nas histórias de vida dos homens, mulheres e crianças que hoje fazem parte da COOPTAR, combinadas com a história educativa do MST, que o trabalho cooperativo, em seu efetivo acontecer, é concebido como princípio educativo, atuando na formação de sujeitos com identidade própria e específica.

ABSTRACT

This research presents and analyses a cooperative work experiment conceived as an educational principle in a Agro Cattle-breeding Production Cooperative Association (CPA) of Rural Landless Workers Movement (MST).

Firstly, I aim at a contextualization of the present administration of the accumulation and reproduction capital model and its main development and consequences, principally related to urban and rural world work, from culture to education.

After, I approach the purpose of a wide educational conception, discussing the work centralization or not in our society. Developing a wide educational conception, I bring back the work role in human background and social relationship; and I discourse about the dimensions that the work assumes in a capitalist production, contradictions and potentialities in the cooperative work, the dimensions that the work assumes in a cooperative production and the conception, the principles, organizational way of cooperation in MST.

Then I treat about the character of the countrymen workers rank, its background in Brazil and the struggles and historical constitution of MST.

The rural work is done based in Members historical rescue of the researched Cooperative Association, from the camping preparation to their nowadays actings. Inside this trajectory, men's, women's and children's life stories, people who belong to COOPTAR, linked to MST educational history that the cooperative work is conceived as an educational principle which acts on the people formation with their own and specific identity.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta e analisa o trabalho cooperativo desenvolvido na Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR), no município de Pontão-RS e será concebido como princípio educativo. A COOPTAR é uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Esse sistema é o chamado Setor de Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao conceber uma experiência de trabalho cooperativo, no interior do MST, como princípio educativo, levanto a hipótese que esta forma de trabalho está formando e constituindo sujeitos com identidade própria e específica; isso porque leva os homens e mulheres, membros dessa Cooperativa, a interiorizar práticas, comportamentos, costumes, crenças, idéias e culturas singulares. Esse princípio educativo é transversal à participação dos agricultores e agricultoras na Cooperativa, no MST e na classe-que-vive-do-trabalho, de modo a operar enquanto constituinte de identidades que são de pertença a um trabalho, a um Movimento, a uma classe. Nesse sentido, o trabalho cooperativo desenvolvido no interior da COOPTAR ganha o estatuto de sujeito pedagógico e de princípio educativo.

Ao voltar o olhar para esse foco de análise, me localizo no interior de uma linha de pesquisa mais ampla: as relações entre trabalho e educação. Duas questões decorrem dessa opção: assumir a centralidade do trabalho como fundante da vida humana e das relações sociais, num momento em que se preconiza amplamente o fim da sociedade do trabalho; e assumir uma concepção ampliada de educação, considerando-a enquanto

processo de formação humana em sua globalidade e não apenas em sua dimensão escolar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, Art. 1º).

A educação não se restringe, portanto, ao ambiente da escola; é um processo mais amplo do que a simples escolarização. A reflexão teórica sobre os processos educativos pode ser buscada nos movimentos sociais, nas manifestações culturais e também no trabalho. Ribeiro (1987) captou a dimensão pedagógica no processo de transformação de trabalhadores seringueiros a operários metalúrgicos, assim como o caráter pedagógico dos movimentos sociais (1999b). Caldart (2000), por sua vez, refletiu sobre o MST enquanto sujeito educativo, formador da identidade Sem Terra.

O objetivo dessa minha pesquisa é buscar conhecer, compreender e analisar o movimento singular dessa CPA, desde o momento em que os homens e as mulheres, que fazem parte do seu quadro de associados, decidiram se reunir, discutir a sua situação junto com os vizinhos, com outros moradores da sua pequena comunidade interiorana, no início dos anos 1980, sob o nascente MST, até o trabalho cooperativo desenvolvido atualmente. Há uma trajetória que pode ser reconstruída e um processo de formação humana que pode ser captado e refletido, combinado com a trajetória do MST, já considerado como sujeito educativo. O objetivo é buscar, nessa realidade em movimento, as suas potencialidades educativas; captar, nessa prática social, elementos educativos que estão fazendo parte da formação das individualidades e das identidades desses homens e mulheres, membros da COOPTAR. Pretendo também, a partir da análise dessa forma de organização do trabalho, estabelecer uma relação com a educação em nível mais amplo, com a necessidade de se pensar a escola básica, seus currículos, seus professores, suas políticas, combinadas com estas novas formas de relações sociais. Ou seja, uma escola contextualizada, histórica, capaz de acompanhar a dinâmica e a realidade construída pelos sujeitos sociais.

Há uma justificativa a esse meu propósito. A minha realidade vivida como trabalhador bancário está sendo marcada, por um lado, por um processo de reestruturação das funções e tarefas nos locais de trabalho. O processo de trabalho da categoria bancária tem sido duramente atingido com a introdução de novos mecanismos: automação, auto-atendimento, mudança do perfil do bancário (de operador para vendedor), remuneração variável, etc.

O avanço das telecomunicações e da informática tem-se refletido em milhares de demissões na minha categoria, nacionalmente. Há dez anos, éramos novecentos mil bancários no país, hoje não passamos de quatrocentos mil. Devido ao desemprego, à precarização e à terceirização das relações, das funções e dos postos de trabalho, há um evidente rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, não só dos bancários.

Por outro lado, a maioria absoluta das entidades sindicais estão institucionalizadas e marcadas pelo amaciamento e cooptação de suas direções político-sindicais nos processos de enfrentamento às medidas do capital. Essas direções estão afirmando que o mundo do trabalho e o movimento sindical estão em crise, que a saída para o desemprego são as parcerias e as câmaras setoriais, que os trabalhadores não estão mais dispostos a lutar, etc.

Esses dois fatores combinados - reestruturação capitalista da organização do trabalho e o recuo das entidades de classe representativas dos trabalhadores – fragmentaram, de forma geral, as ações sindicais do último período e vêm-se fortalecendo, nos locais de trabalho, as saídas e as alternativas individuais, acirrando a competição, o individualismo e a alienação.

A contrariedade diante dessas questões, impulsionou-me buscar elementos teóricos que possibilitassem uma reflexão sobre a realidade na qual estava inserido. Ao ingressar no programa de Pós-Graduação da UFRGS, percebi que poderia, através da pesquisa, sistematizar, teoricamente, inúmeros elementos da minha prática político-sindical. Aos poucos, percebi que experiências significativas estavam sendo criadas em

torno da questão do trabalho, justamente onde se manifesta um dos maiores problemas da classe trabalhadora atualmente.

Ao visitar, em duas oportunidades, e ver o trabalho realizado na COOPTAR do MST, percebi que havia diferenças da realidade vivida em meu local de trabalho: faltavam trabalhadores para dar conta do trabalho, a produção era coletiva e as decisões eram tomadas de forma conjunta. Foram as primeiras impressões. Apesar disso, me motivaram para elaborar uma proposta de pesquisa, porque vislumbrei, nessa forma de organização da vida, um novo estatuto à categoria trabalho, apesar da sua singularidade e especificidade.

Com as leituras e com o acompanhamento das elaborações da professora Marlene Ribeiro percebi que o trabalho cooperativo poderia instituir-se como um sujeito pedagógico, numa perspectiva de formação humana em sua globalidade. Esta pesquisa foi realizada dentro desta perspectiva, de resgate da centralidade do trabalho na formação humana. E, enquanto tal, foi uma descoberta particular. Tenho a convicção de que alguns elos perdidos ou roubados pela avalanche neoliberal do início dos anos 90 foram reencontrados. Nós, membros da classe-que-vive-do-trabalho, podemos ter rostos diferentes, gêneros diferentes, origens étnicas diferentes, podemos morar no campo ou na cidade, mas não podemos ser impedidos de ter sonhos parecidos.

A metodologia que utilizei consistiu num levantamento bibliográfico sobre as principais características da gestão atual do modelo de produção e acumulação capitalista e suas conseqüências, sobre a concepção de educação, sobre as dimensões que assume o trabalho na produção capitalista e sobre as dimensões que assume o trabalho na produção cooperativa e no interior do MST. Fez parte também desse levantamento bibliográfico o resgate histórico da formação camponesa no Brasil, e também da formação do MST.

A referência empírica de investigação - o trabalho de campo -, consistiu em um “um estudo de caso”, dadas as possibilidades de reconstrução da realidade que oferece, pois possibilita considerar uma unidade social como totalidade apreendendo a multiplicidade de suas dimensões numa perspectiva histórica (Santos, 1978). O caso

escolhido para a pesquisa foi a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda - COOPTAR. Para a coleta de dados, utilizei primordialmente a técnica de entrevistas, dirigidas ou semi-dirigidas, observação participante (Chizzotti, 1995), pesquisa-ação (Thiollent, 1988) e também, complementarmente, realizei um levantamento de dados em fontes primárias. A análise dos dados coletados, orientando-se pelo método histórico-dialético, considerou o contexto e as categorias: movimento, contradição, totalidade, unidade dos contrários, conforme explicitação feita por Cury (1989: 26-37).

A apresentação da pesquisa é feita em cinco capítulos, além das conclusões finais e anexos.

No primeiro capítulo busco fazer uma contextualização da gestão atual do modelo de acumulação e reprodução do capital, seus principais desdobramentos e algumas de suas conseqüências, principalmente relacionadas ao mundo do trabalho urbano e rural, à cultura e à educação. É necessário atualizar essa questão, porque é no interior desse contexto, a partir das contradições do movimento de gestão do capital, que nasce no Brasil, no final da década de 1970, um movimento social de luta pela terra, o MST e é nesse Movimento que se localiza e é construída a experiência de trabalho cooperativo, concebido aqui enquanto espaço e princípio educativo.

O segundo capítulo é apresentado em três itens. No primeiro, apresento os pressupostos de uma concepção ampliada de educação, discutindo a centralidade ou não do trabalho na sociedade contemporânea; ao desenvolver uma concepção ampliada de educação, recupero o papel do trabalho na formação humana e nas relações sociais. Na segunda parte deste capítulo, discorro sobre as dimensões que assume o trabalho na produção capitalista. Por fim, no último item, apresento as contradições e as potencialidades do trabalho cooperativo, as dimensões que assume o trabalho na produção cooperativa e a concepção, os princípios, a forma organizativa da cooperação no interior do MST.

No terceiro capítulo, apresento o caráter de classe específico dos trabalhadores camponeses em sua luta contra o capital e também a sua formação singular no Brasil.

O resgate das lutas históricas dos trabalhadores camponeses na formação social do Brasil, assim como a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como parte de um movimento histórico de luta pela terra - considerado como espaço educativo - são tratados no quarto capítulo.

No quinto capítulo, apresento o trabalho de campo realizado na COOPTAR, através do resgate histórico de seus membros e de suas lutas desde a preparação do acampamento até os dias atuais. É no interior dessa trajetória, nas histórias de vida dos homens e mulheres que hoje fazem parte da COOPTAR, combinadas com a história educativa do Movimento, que o trabalho cooperativo, em seu efetivo acontecer, será concebido como princípio educativo e sujeito pedagógico.

Nas considerações finais, procuro sintetizar os aprendizados desta pesquisa, os seus alcances e limites.

CAPÍTULO I

O MODELO ATUAL DE ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS

Hoje é quinta-feira de manhã e não sei se vai ter abate. Se não chegou nenhum pedido ontem à tarde, temos que esperar durante o dia de hoje. Se não chegar pedido não adianta abater... é a crise... (Associada da Cooptar. Depoimento em 23.11.2000).

Neste primeiro capítulo, será feita uma análise do atual modelo de acumulação e reprodução do capital em sua escala internacional/nacional, sua crise, alguns de seus elementos constitutivos e suas principais conseqüências, principalmente ao mundo do trabalho urbano e rural, à cultura, à educação. É no interior deste contexto, a partir das contradições do movimento de gestão do capital, que nasce no Brasil, no final dos anos setenta do século passado, um movimento social de luta pela terra, o MST, e é neste Movimento que se localiza e é construída a experiência de trabalho cooperativo, concebido aqui como espaço e princípio educativo.

1.1 - O capital em sua fase histórica destrutiva

O início da década de 1970 determinou o final de um período de expansão econômica do capitalismo, chamado por Hobsbawm (1995:276) de a *Era de Ouro* (1947-1973),¹ ou também chamado, por outros autores, de “boom”² econômico pós Segunda Guerra Mundial. Antunes (2000) afirma que este “boom” foi um longo período de acumulação de capitais, ocorrido no apogeu do fordismo e da fase keynesiana do capitalismo. A manifestação do fim deste período de acumulação provocou, não apenas a falência de um modelo de produção, de acumulação e dominação mas, como afirma Mészáros, evidenciou uma crise sem precedentes, diferente das crises vividas no passado:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital (Mészáros, 2000: 7).

As raízes dessa crise estrutural do sistema do capital está na queda da taxa de lucro (Antunes, 2000) e, conforme Marx, a tendência à queda da taxa de lucro é a lei mais importante da acumulação capitalista. O capitalista, para competir com os outros, tem de aumentar o capital investido em máquinas para produzir com custos reduzidos. Isso faz aumentar o peso do capital constante (máquinas e matérias-primas) sobre o capital variável (o gasto com os salários dos trabalhadores).

Essa ampliação da proporção do capital constante sobre o capital variável é chamada de aumento da composição orgânica do capital. Marx definiu também que a

¹ Ver mais sobre este período em Arrighi (1996: 309-335).

² O crescimento ocorrido nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial teve a sua base econômica sustentada numa enorme destruição das forças produtivas (ocorridas durante esta Guerra) e no investimento concentrado dos países centrais dominantes – especialmente os EUA – na Europa, conhecido como Plano Marschall. Três características merecem destaques deste período. A primeira é que estava apoiado em um tipo de acumulação capitalista de produção em larga escala conhecida como fordismo; a segunda é que as grandes economias industriais estavam organizadas de forma a ocupar seus próprios mercados internos e a disputar no mercado mundial um espaço que lhes assegurasse matérias-primas e o escoamento dos excedentes produzidos e a terceira é que os EUA hegemonizava econômica e politicamente o mundo de forma incontestável, o que dava uma certa ordem à economia mundial. As instituições que regulavam a moeda em nível internacional, estavam apoiadas no acordo de Bretton Woods (Arrighi, 1996: 277-309).

taxa de lucro é uma relação entre a mais-valia extraída dos trabalhadores sobre o conjunto do capital investido (taxa de lucro=mais-valia/total do capital investido). Com o crescimento do capital investido em máquinas, existe uma tendência à queda da taxa média de lucro.

O capital utiliza-se de uma série de mecanismos para reverter essa tendência, sendo o mais importante de todos o aumento da exploração dos trabalhadores. Mas, ainda que o consiga, elevando-a temporariamente, mais uma vez terá de ampliar seu investimento em máquinas para competir com as outras empresas, refazendo essa tendência. Ordinariamente, mesmo quando cai a taxa de lucro, é possível que a massa de lucros aumente, quando existe uma quantidade maior de capital aplicado. No entanto, com a continuidade da queda, mesmo a massa de lucros termina por cair (Marx, 1982:15-17; 34-56).

Brenner (1999), faz um “diagnóstico” da crise, resumindo-o assim:

(...) ela encontra suas raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 60, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 70. (...) As raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional (Brenner, 1999:12-3).

Ao contrário do que propagandeam os organismos de "controle" financeiro internacional de que a atual crise é apenas financeira e atinge os países que não aplicam corretamente as medidas por eles propostas, Chesnais (1996) afirma que a crise (mundial) em curso é econômica em todos os seus aspectos, apesar de atingir mais facilmente, num primeiro momento, os países que dependem do capital financeiro para absorver os seus déficits, os chamados "países vulneráveis".

Ela mergulha suas raízes nas relações de produção e de distribuição que regem cada economia e que comandam o caráter hierarquizado da economia mundial tomada no seu conjunto. Ela leva a marca de um

regime de acumulação que superexplora os trabalhadores, que pressiona as camadas mais amplas da sociedade pelo viés dos impostos e dos juros sobre os créditos, mas que não chega, entretanto, a se apropriar e a centralizar a quantidade de riquezas que o capital necessita. Como mostra Claude Serfati em seu artigo "Sur les limites du capital et la crise actuelle", o grau de exploração do trabalho ainda que tenha aumentado tanto pela redução dos salários, quanto pela intensificação do trabalho e, em muitos países, pelo prolongamento de sua duração, o sistema capitalista como um todo não produz mais bastante valor. Por que? Porque o investimento caiu a níveis muito baixos (...), de modo que globalmente, a acumulação não produz suficiente capital novo criador de valor e de mais-valia (Chesnais, 1996: 9).

Combinam-se à tendência decrescente da taxa de lucro outros traços marcantes dessa crise estrutural do capital. Para Antunes (2000) destacam-se, ainda, os seguintes elementos: o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordistas de produção, a hipertrofia da esfera financeira, a maior concentração de capitais, a crise do Estado do Bem-Estar Social, as privatizações, a desregulamentação e flexibilização dos mercados e da força de trabalho, entre outros.

As respostas e/ou as reações do capital, na tentativa de superação de sua crise estrutural, fez acentuar ainda mais os elementos destrutivos da lógica capitalista, a fim de garantir a produtividade, a competitividade e a lucratividade, a qualquer preço.³ De acordo com Antunes (2000:15), o “neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão desta lógica”.⁴

O que vimos, portanto, no último quartel do século XX, foi a implementação de um movimento de reação do capital à sua crise de acumulação e dominação. A intensidade dessa crise fez o capital reordenar qualitativamente os mecanismos de recuperação de suas taxas de lucro, através de inúmeras medidas, marcadas, preponderantemente, pela destruição dos Estados de Bem-Estar Social, pela implementação dos planos e/ou ajustes neoliberais, pela apropriação dos avanços

³ Sobre o caráter destrutivo da lógica capitalista ver mais em: ANTUNES, Ricardo. “O Sistema de Metabolismo Social do Capital e seu Sistema de Mediações”. In: *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 19-28.

⁴ Sobre o “movimento neoliberal” ver: FERRARO, Alceu R. “Neoliberalismo e políticas públicas. A propósito do propalado retorno às fontes”. In: FERREIRA, Márcia Ondina & GUGLIANO, Alfredo Alejandro. (Orgs.). *Fragmentos da Globalização na Educação: Uma perspectiva comparada*. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 23-62; FERRARO, Alceu R. & RIBEIRO, Marlene. *Movimentos Sociais Revolução e Reação*. Pelotas: Educat, 1999. p. 17-42.

científicos e tecnológicos, pela destruição dos Estados Operários, pelas privatizações, pela reestruturação dos processos produtivos, com conseqüências na materialidade e na subjetividade da vida individual e social.

Essas respostas provocaram uma fase de imensas mudanças estruturais da economia mundial, de reordenamento político/institucional, uma complexificação sem precedentes na cultura, nas ciências, na educação, nas relações sociais... e também “profundas mutações no interior do mundo do trabalho” (Antunes, 2000: 15).

Na busca de compreensão da sociedade contemporânea, em alguns de seus aspectos, deparamo-nos com a dificuldade de encontrar um ponto de acordo conceitual. Vulgarizou-se, especialmente nos anos noventa, como sendo a fase da “globalização”. Procuro apoiar-me em alguns autores para compreender as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e que parecem assumir uma dimensão global.

Ianni (1999: 9), no Prefácio da sua obra “A Sociedade Global” afirma: “A idéia de globalização está em muitos lugares, nos quatro cantos do mundo. Aparece nos acontecimentos e interpretações relativos a tudo que é internacional, multinacional, transnacional, mundial e planetário”.

Paul Hirst e Grahame Thompson (1996), na obra “Globalização em questão” afirmam:

A globalização tornou-se um conceito em moda nas ciências sociais, uma máxima central nas prescrições de gurus da administração, um slogan para jornalistas e políticos de qualquer linha. Costuma-se dizer que estamos em uma era em que a maior parte da vida social é determinada por processos globais, em que culturas, economias e fronteiras nacionais estão se dissolvendo (Hirst e Thompson, 1996: 13).

Chesnais (1996) afirma que o termo “globalização” surgiu com o significado atual no início dos anos 80, a partir das escolas norte americanas de administração de empresas como Harvard, Colúmbia, Stanford, etc. Foi divulgado a partir de obras dos professores e técnicos formados nessas escolas, ou em contato com elas, e logo se

difundiu associado à ideologia e aos planos neoliberais. Ainda segundo o mesmo autor, o termo era utilizado nos artigos sobre administração de empresas destinados aos grandes grupos, para alertar sobre a queda das barreiras alfandegárias e o avanço nas comunicações que permitiam e exigiam a reformulação de suas estratégias internacionais. Destinava-se, portanto, a esses grandes grupos econômicos.

Entretanto, o termo “globalização”, que deveria fazer parte das estratégias desses grandes grupos, foi (e é) apresentado e generalizado por eles como um processo modernizante, benéfico, progressivo, necessário e universal, revelando, desta forma, um grande conteúdo ideológico. Há, claramente, uma naturalização dos ritmos e tendências econômicas.

Paulo Freire (1998), na sua obra “Pedagogia da Autonomia”, demonstra o conteúdo ideológico do termo “globalização”:

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder. Fala-se, porém, em globalização da economia como um momento necessário da economia mundial a que, por isso mesmo, não é possível escapar (Freire, 1998: 142-143).

Paulo Nogueira Batista Jr., no prefácio à edição brasileira da obra de Hirst e Thompson (1996), afirma que:

A ideologia da “globalização” funciona, além disso, como conveniente cortina de fumaça. Os governos têm-se servido da “globalização” para isentar-se de responsabilidade por tudo de negativo que acontece na economia, transferindo-a para o âmbito de forças supranacionais fora do seu controle (...) é, em grande medida, um mito, uma ideologia que tende a paralisar as iniciativas nacionais... Aos Estados nacionais, especialmente na periferia subdesenvolvida, só restaria a submissão e a aceitação passiva de um processo inexorável de desenvolvimento das forças produtivas em escala global (Nogueira Batista Jr., 1996: 10-11).

Outro autor que apresenta uma visão crítica em relação à “globalização” é Bourdieu. Este autor caracteriza a “globalização” como um mito justificador das

políticas neoliberais, da destruição do Estado do Bem-Estar Social, da precarização e da flexibilização do mercado de trabalho, que tem por objetivo fazer voltar, “(...) sob as aparências de uma mensagem muito chique e muito moderna, as idéias mais arcaicas do patronato mais arcaico” (Bourdieu, 1998: 48-49). Enfim, fazer voltar ao ‘capitalismo selvagem’, todavia, mais racionalizado e cínico.

Citando um relatório da OCDE de 1994, Chesnais confirma também a utilização do termo “globalização” para determinar as estratégias do grande capital e a necessária adaptação da sociedade a este novo ideário:

Num mundo caracterizado pela multiplicação de novas tecnologias, a globalização e a intensa concorrência que se exerce em nível nacional e internacional, quando os efeitos benéficos potenciais são talvez até maiores do que os que resultaram da abertura das economias depois da Segunda Guerra Mundial, é essencial a adaptação aos modos de produção e intercâmbio que estão surgindo (Relatório OCDE, 1994:7, citado por Chesnais, 1996: 25).

Por isso, Chesnais utiliza, ao invés do termo “globalização” - um termo *carregado de ideologia* - o termo “mundialização” para caracterizar o atual momento de acumulação capitalista, porque “mundialização”, para o autor, define com clareza o processo que está acontecendo na economia mundial.

O mesmo autor, em 1998, passados apenas dois anos da publicação da obra *A mundialização do capital*, no artigo “Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais”, atualiza a conceituação do atual momento como a adaptação necessária à “mundialização neoliberal, nova versão da dominação do capital financeiro” (Chesnais, 1998: 7). Tal atualização se deve, certamente, à incorporação conceitual dos fenômenos econômicos decorrentes e também dos objetivos políticos pretendidos de seus propagadores, ou seja, a busca de valorização e multiplicação desse capital à escala do conjunto das regiões do mundo em busca de recursos e mercados.

1.2 - Algumas “respostas” do capital a sua crise estrutural e suas conseqüências

Ao buscar, portanto, uma compreensão, ao menos razoável, da sociedade contemporânea, não podemos incorporar qualquer termo de maneira acrítica. Ao utilizar os termos “globalização”, “mundialização”, “neoliberalismo”, o fazemos relacionando os elementos constitutivos colocados pelos autores, dentro do contexto de aprofundamento das medidas destrutivas do capital, com suas características e contradições particulares. Essas medidas, como diz Antunes (2000:35), são “as respostas do capital a sua crise estrutural”. Respostas que não se restringem ou que não se limitam aos aspectos econômicos, apesar destes subsumirem os demais aspectos, como a cultura, a educação, a arte, etc.

O autor francês, François Chesnais, na sua obra: *A mundialização do capital* (1996), apresenta e discute longamente as principais medidas e/ou respostas do capital, em seus aspectos econômicos, a sua crise em curso. Não é propósito aqui aprofundar esta questão, até porque nos desviaríamos por demais dos objetivos deste texto. Faz-se necessário, entretanto, acentuar alguns elementos os quais, sem dúvida, marcam decisivamente esta fase, ou este momento de gestão do capital.

Para Chesnais (1996), vivemos uma fase marcada pela revolução tecnológica, determinada principalmente pelo avanço da informática e das telecomunicações. É uma fase marcada pela globalização das finanças, na qual o capital financeiro conseguiu um desenvolvimento e/ou um predomínio sobre o capital produtivo e uma liberdade sem precedentes, que possibilitam movimentos súbitos de especulação através da circulação de bilhões de dólares por meio das aplicações financeiras em todos os países do mundo, principalmente naqueles em que as taxas de juros são mais elevadas. Esta ação do capital financeiro (por excelência especulativa) pode determinar a crise de economias de países ou continentes da noite para o dia e ultrapassa os limites de controle até mesmo dos bancos centrais dos países imperialistas.⁵

⁵ Ver mais sobre o predomínio do capital financeiro em relação ao produtivo em CHESNAIS, François. “Mundialização: o capital financeiro no comando”. In: *Revista Outubro* (5). São Paulo: Xamã, 2001. p.7-

A conformação de oligopólios mundiais, formados por empresas globais, com alta concentração de capitais, que submetem os demais a uma forte concorrência, não só entre as empresas, mas também entre países e Estados para receberem benefícios e/ou investimentos, é outra marca do atual período. Segundo Chesnais (1996), é um período marcado pela internacionalização da produção na qual algumas peças de produtos são fabricadas em uma determinada região, determinado continente, e outras em outros lugares e continentes, sempre perseguindo as melhores condições de produção com custos reduzidos de mão-de-obra e de mercadorias. Na mesma linha de pensamento, pensa Bourdieu (1998: 54) que resulta daí uma nova “redefinição da divisão internacional do trabalho”.

Continuando sua análise, na mesma obra, Chesnais (1996) afirma que o atual momento também é marcado pela mudança no comércio internacional com a formação dos blocos econômicos regionais, dos quais, o NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA e o BLOCO ASIÁTICO dividem entre si 85% da produção mundial.

Esses blocos são a resposta das grandes potências imperialistas para disputar o mercado mundial, servem para se proteger dos demais concorrentes e, ao mesmo tempo, trocar investimentos entre si. Atuando desta forma, os países imperialistas conseguem ampliar seus mercados com barreiras alfandegárias muito baixas ou até sem nenhuma barreira para os outros países, ampliando a diferença interna.

Além disso, protegem-se dos outros blocos e países, impondo tarifas alfandegárias ou limitação de importações. A tendência é de acirramento das disputas dos mercados entre esses blocos. Vê-se, dessa forma, que nesse período de desenvolvimento do capitalismo - a propalada “globalização” da economia - é um movimento contraditório, que, em função da propriedade privada, o capital tem que se defender com blocos e com regionalização.

É significativa, nessa fase, a alteração do papel econômico dos Estados-nações. Sobre essas mudanças, Robert W. Cox, citado por Ianni (1999: 23-24) afirma:

(...) elas incluem também mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estados. Os Estados estão sendo internacionalizados em suas estruturas internas e funções. Por toda a maior parte deste século, o papel dos Estados era concebido como o de um aparato protetor das economias nacionais, em face das forças externas perturbadoras, de modo a garantir adequados níveis de emprego e bem-estar nacionais. A prioridade era o bem-estar. Nas últimas décadas, a prioridade modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O Estado está se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional (W. Cox, *Globalization, Multilateralism and Social Change*, Work in Progress, United Nations University, vol.13, n 1, Tóquio, julho de 1990, p.2).

Na obra supra mencionada, Octavio Ianni (1999) também analisa as conseqüências do novo papel dos Estados. Sobre a incidência do movimento do capital sobre a soberania do Estado nacional, afirma o autor:

A reprodução ampliada do capital, na medida em que se intensifica e generaliza, põe em causa fronteiras, códigos, constituições, moedas, estilos de gestão econômica privada e pública, práticas de planejamento governamental e empresarial, projetos de desenvolvimento. Aos poucos emergem os esboços de outras formas de poder econômico e político. São formas descoladas da sociedade nacional, do Estado-Nação, aos quais freqüentemente se sobrepõe (Ianni, 1999: 40).

O contraditório nesse modelo de Estado é que “não” intervém na economia no sentido das políticas sociais (Ferraro, 2000) e sim como financiador, quase que exclusivamente, da reprodução do capital (Oliveira, 1998), através de subsídios, isenções fiscais, etc., exercendo, ao mesmo tempo, um controle rigoroso sobre a vida dos cidadãos e, principalmente, sobre as instituições públicas e movimentos sociais.

Outro componente determinante do atual momento da economia mundial é a abertura das economias outrora fechadas. Vários países, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveram políticas de proteção de suas economias - México, Argentina, Brasil, por exemplo, e agora todas as barreiras para a livre circulação do capital mundial estão sendo derrubadas.

A restauração do capitalismo nos países do Leste Europeu, no final dos anos 80, também possibilitou ao capital internacional extrair uma massa significativa de mais-valia de uma parcela importante do globo. Esse fenômeno foi utilizado pelo capital, em

nível internacional, para desencadear uma ofensiva ideológica através da propagação “do fim do socialismo”, do “fim da história”, apresentando o modelo de organização capitalista (versão “globalizada” e “neoliberal”)⁶ como o único capaz de conduzir os destinos da humanidade (Kurz, 1992; Bobbio, 1993).

Por fim, Chesnais (1996) afirma que esta nova fase utiliza novas formas de exploração do trabalho e da gestão da produção na qual o velho padrão taylorista/fordista de organização, ainda que subsistindo em grande parte do globo, é substituído pelo toyotismo nos setores mais avançados da economia e está possibilitando um acréscimo significativo de produtividade.

A flexibilização da produção e a redução de custos são imperativos para responder à concorrência. O “just in time”, as polivalências, a terceirização e a introdução de novas tecnologias de ponta passam a substituir, nas grandes empresas, a forma anterior de organização do trabalho. Em essência, trata-se de desregular o mercado de trabalho, eliminando a “rigidez” que os direitos dos trabalhadores impõem nos contratos coletivos ou nas leis trabalhistas. Com o estabelecimento de novas formas de produção e gerenciamento do trabalho aplicam-se programas que visam a cooptação dos trabalhadores ao ideário e ao “espírito” da empresa.⁷

Os efeitos da “mundialização neoliberal” manifestam-se também nos aspectos culturais da sociedade contemporânea. A educadora Regina Leite Garcia, nos faz um alerta importante:

⁶ A ideologia neoliberal assenta-se, basicamente, em três princípios: o primeiro é o da liberdade econômica, a liberdade de concorrência sem as travas alfandegárias do “nacionalismo retrógrado”, etc. Na verdade, esta nada mais é que a liberdade dos oligopólios poderem impor suas regras ao mundo todo. Uma concorrência de desiguais, na medida em que um oligopólio pode produzir mais barato que as empresas menores, contando com um nível tecnológico superior. Liberdade para poder deslocar suas empresas para os países e regiões que oferecem mão-de-obra e matérias-primas mais baratas e impostos menores; o segundo é o de que a liberdade econômica é básica para a liberdade política, usada como sinônimo de democracia (burguesa). Entretanto, a enorme liberdade para o capital, por suas severas consequências sociais, a longo prazo só podem ser impostas por métodos autoritários pelos mais variados governantes; o terceiro é a defesa do mercado, que teria mais eficiência para a regulação da economia do que a intervenção estatal. Além da liberdade de mercado, os neoliberais defendem a ausência do Estado nos serviços de saúde, educação, previdência e no controle de empresas estatais. Justificam, desta forma, as privatizações, a desregulamentação da economia, etc. (Correio Internacional, 1995, nº 66).

⁷ Ver mais sobre o tema em: “Reestruturação Produtiva, Qualidade Total e Cooptação dos Trabalhadores ao Espírito das Empresas”. FALCON, Pery Thadeu O. et al. *O movimento Sindical e as transformações no mundo do trabalho: a questão da qualidade total*. Porto Alegre: CAMP, 1995; CATTANI, Antônio David. *Processo de trabalho e novas tecnologias: orientação para pesquisa e catálogo de obras*. Porto

Muito se tem denunciado os efeitos da globalização econômica e política, mas é importante destacar que a hegemonia e a dominação acontece também no campo cultural. Os interesses transnacionais se manifestam tanto em seus aspectos econômicos quanto em seus aspectos culturais. A informação que circula no mundo hoje é cada vez mais hegemonizada pelos interesses de grupos transnacionais que atuam no sentido de formar/deformar consciências submissas aos valores neoliberais que necessitam o consenso em torno do individualismo, da competição, do consumismo, indispensáveis ao sucesso de um projeto que se apresenta como “única alternativa” no mundo contemporâneo (Garcia.1997: 43).

Sem dúvida, há um movimento de massificação cultural. A miséria deixa de ser somente um elemento econômico para tornar-se miséria cultural, intelectual, ideológica. A banalização da violência, o xenofobismo, o racismo, a opressão às minorias, na maioria absoluta dos meios de comunicação, tornaram-se meios de propagação da dominação política e econômica de grupos financeiros internacionais e nacionais. Na “ética” do lucro, ou seja, pela necessidade objetiva da construção de público consumidor de mercadorias – materiais e espirituais – unificado no gosto, na língua, nos costumes, nos hábitos, o que for preciso fazer, faça-se, independente de que valores, moral, costumes estejam sendo destruídos.⁸

No contexto das políticas neoliberais, há, em relação à educação, um estreitamento visível das concepções e das práticas educacionais. Manifesta-se esse estreitamento, de modo geral, no papel da educação de contribuir à necessária adaptação ao ideário dominante e, especificamente, de responder às demandas do mercado atual aos níveis de empregabilidade exigidos (Frigotto, 1998; Gentili, 1998; Ribeiro, 1999a; 1999b).

A aplicação dessa lógica do capital (incrivelmente ainda insuficiente em relação às suas necessidades) só é possível porque encontra aliados nos governos dos Estados nacionais que concretizam as medidas desta lógica através dos planos e/ou projetos neoliberais.

Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

⁸ Inúmeros trabalhos publicados tratam sobre esta questão. Destaco: MATTERLART, Armand. *A Globalização da Comunicação*. Bauru: Edusc, 2000; Dussel (2000); Gohn (2000); Castel (1998); Souza Santos (1994).

A ação desses governos vem confirmar a afirmação de Chesnais (1996) de que cabe aos países e à sociedade adaptar-se a esta forma de organização, ou seja, significa adaptar-se às estratégias privadas das grandes multinacionais e às imposições do mercado financeiro, que juntos implementam uma forma de acumulação de capital qualitativamente superior às anteriores às custas de países (México, Tailândia, Rússia, Brasil...), de povos (curdos, albaneses, kosovares...) e de continentes (África...). Essas medidas são implementadas seguindo as orientações dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ... quando não poucas vezes esses próprios organismos aplicam diretamente as suas receitas.⁹

As conseqüências da implementação de novos mecanismos de recuperação das taxas de lucro do capital, apesar de toda a propaganda e promessas de sucesso, alardeadas por todo o mundo, especialmente até a primeira metade da década de 90, mostra a sua verdadeira face, ao arrastar contingentes inteiros de seres humanos à miséria, à fome, ao desemprego, à massificação e à miséria cultural e ideológica (Forrester, 1997). Entretanto, por suas próprias contradições, a gestão atual do capital está gerando uma polarização política, ideológica e social sem precedentes.

O ordenamento dos mecanismos de recuperação (parcial) da (dessa) crise do capital, com a apropriação do avanço tecnológico, o domínio político, econômico, ideológico internacional e a correlação de forças favorável ao capital no mundo do trabalho acentuou as diferenças entre os países centrais e os periféricos.

Em relação às diferenças entre os países centrais dos periféricos, estas agravaram-se enormemente pois “ao longo da década de 80 mais do 80% dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) concentraram-se dentro da área da OCDE” (Chesnais, 1996:63). Nas décadas seguintes seguiu-se esta tendência. A maioria absoluta das riquezas que circularam no mundo, circularam entre os países ricos. Os países pobres ficaram, em sua maioria, fora do comércio e dos investimentos internacionais (Sader, 2000a).

⁹ Ver mais sobre isso em Aurélio Vianna Jr (Org.). *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil*.

Internamente aos países, aumentaram as desigualdades entre os ricos e os pobres. Se não bastasse, esse processo de busca cega de manutenção das taxas de lucro expõe à humanidade a possibilidades de novas crises econômicas com todas as suas conseqüências sociais. Mais do que nunca, “as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais estão lançadas em escala mundial” (Ianni, 1999: 50).

Sobre a possibilidade de novas crises econômicas, essas terão enormes conseqüências sociais (agravamento ainda maior do desemprego, da violência, da desintegração familiar, do racismo...), políticas (xenofobismo, separatismo, neonazismo, desintegração nacional...) e econômicas (falências de empresas, fome,...). Cada vez mais países são arrastados e economias desestruturadas, o que pode levar a uma nova depressão mundial, como a de 1929 ou até superior.

A primeira grande manifestação deste fenômeno aconteceu em dezembro de 1994 com a explosão da crise mexicana. Em 1997, foi o Sudeste Asiático. Em 1998 estourou a economia russa, derrubando assim a propaganda que apresentava a restauração do capitalismo como o passo destas economias para o "Primeiro Mundo". Em janeiro de 1999, foi a vez da economia brasileira sofrer o impacto da especulação financeira internacional com a desvalorização da moeda nacional, o Real, chegando a 70%.

O capital internacional, especialmente através do FMI, tenta “resolver” essas crises com novos acordos, injetando alguns bilhões de dólares nessas economias, exigindo duros ajustes internos para que não venham a comprometer a economia.

Entretanto, Chesnais (1998: 8), analisando a crise do Sudeste Asiático em 97 afirma: “(...) a crise ultrapassou um limiar qualitativo. Ela definitivamente deixou de ser "asiática" para se tornar mundial”. Segundo este autor, a crise tornar-se-á realmente mundial em seus efeitos no momento em que atingir o centro econômico mundial: os Estados Unidos.

Em relação ao fenômeno do desemprego, duas questões merecem destaque: a primeira diz respeito a sua natureza e a segunda em sua dinâmica atual. Em relação a sua natureza, é uma necessidade estrutural do desenvolvimento da produção capitalista, ou seja, a produção e reprodução de “exército industrial de reserva” constitui necessidade sistêmica da produção capitalista e em sua dinâmica atual destaca-se um aumento significativo e cada vez mais o desemprego faz parte da exploração capitalista (Ribeiro, 1999a). Rifkin, em 1995, afirmou que havia mais de oitocentos milhões de desempregados no mundo. Hoje, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), calcula-se em mais de 1,2 bilhão de pessoas desempregadas no mundo (Antunes, 2000).

Segundo Sader (2000b), no Brasil, o desemprego, segundo os critérios muito restritos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), subiu de 5.05% em 1994 para 7.65% em 1998 e com previsão de ultrapassar os 10% da População Economicamente Ativa (PEA) no ano dois mil. Somente na grande São Paulo, atualmente, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), o desemprego atinge 20% da PEA.

O desemprego generaliza-se também como tendência:¹⁰

Vinte por cento da população em condições de trabalhar no século 21 bastariam para manter o ritmo da economia mundial (...) Um quinto de todos os candidatos a emprego daria conta de produzir todas as mercadorias e prestar todos os serviços qualificados que a sociedade mundial poderá demandar (Martin & Schumann, 1996: 10-11).

Os indicadores e/ou resultados da adaptação do Brasil ao ideário político, econômico e social da “mundialização neoliberal”, especialmente a partir dos anos noventa e com maior intensidade nos últimos cinco anos, são catastróficos de norte a sul, de leste a oeste, dos grandes centros às pequenas cidades, das áreas urbanas às rurais.

¹⁰ Sobre esta tendência do aumento do desemprego nos marcos da produção capitalista, Marx (1982a) afirma: “(...) os trabalhadores despedidos pela máquina são transferidos da fábrica para o mercado de trabalho e lá aumentam o número das forças de trabalho que estão à disposição da exploração capitalista” (p.505) “(...) cria-se em grande escala e sistematicamente, um exército industrial de reserva sempre disponível” (p.548).

As alterações no modelo econômico, através das privatizações, dos incentivos às empresas e às importações provocaram um processo de desnacionalização econômica (Gonçalves, 1999); o Estado perdeu a sua capacidade de incidir nos rumos da política econômica. Aumentou, com isso, a dependência e a submissão do país ao capital financeiro internacional, principalmente através da dívida interna e externa, com o pagamento de juros altíssimos (Biondi, 1999; 2001).

As mudanças no plano político/institucional, com as reformas constitucionais - previdenciária, educacional, trabalhista - estão eliminando direitos das classes trabalhadoras, consignados há décadas na legislação brasileira. Ao mesmo tempo estão acabando com as políticas públicas relacionadas a esses itens.

Houve também um agravamento da situação social: a concentração de renda é das piores do planeta; a concentração de terra esta é “pré-capitalista”: “Calcula-se em 4,8 milhões o número de famílias sem-terra espalhadas pelo território nacional, onde apenas 1,4% de proprietários detém 50% das terras, a maioria deles mantida improdutiva” (Gohn, 1997: 143). De acordo com o MST, em 1997, havia 153 milhões de hectares mantidos de forma improdutiva, e o Brasil é o segundo país do mundo em concentração de terra (Sader, 2000b); o analfabetismo atinge uma parcela significativa dos brasileiros acima de sete anos de idade; a degradação social, com o aumento da miséria e da pobreza combinada com a falta de saneamento básico, é alarmante;¹¹ aumenta também a violência, especialmente aquela praticada pelo próprio Estado.¹²

Houve, também, mudanças crescentes no mundo do trabalho. Destaca-se o enorme desemprego estrutural; a redução da ocupação na indústria; a terceirização; o aumento da informalização; a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho (Antunes, 1995; Todeschini & Magalhães, 1999); ao mesmo tempo que houve um processo de intelectualização do trabalho manual, aumentou também a subproletarização, a desqualificação e a intensificação do trabalho, com o emprego em tempo parcial e trabalho precário (Antunes, 1995; Todeschini & Magalhães, 1999;

¹¹ Ver outros indicadores em Emir Sader (2000b: 32).

¹² Ver mais sobre este tema em PEIXOTO, Evandro. Violência semeada pelo Estado ganha as ruas. *Fenae Agora*. Brasília, ed. 23, ano 3, n. 4., 2000.

Sader, 2000b). A reforma trabalhista implementada pelo governo federal, na qual, direitos históricos das classes trabalhadoras estão sendo suprimidos, contribuem para aumentar a precarização do mundo do trabalho.

Com a mecanização, a quimificação da agricultura (Todeschini & Magalhães, 1999) e a política agrícola do governo federal, baseadas no modelo agro-exportador, o “mundo do trabalho rural” também foi atingido, com uma acelerada redução de força de trabalho nas atividades agrícolas. Decorrem daí o êxodo rural, a urbanização desenfreada e o surgimento cotidiano de novos trabalhadores sem-terras.

Apesar da apropriação e o domínio dos avanços tecnológicos pelo capital privado (Holloway & Peláez, 1998),¹³ apesar da supremacia deste sobre o trabalho no processo produtivo (Antunes, 2000; Mészáros, 2000), apesar da implementação de “novas” e “globais” políticas econômicas (Ianni, 1999) somados à ofensiva ideológica devido à derrocada dos Estados Operários do Leste Europeu no final dos anos 1980 (Antunes, 1995; 2000; Ianni, 1999; Frigotto, 1998), essas medidas não potencializaram a superação da crise do sistema do capital em curso nas últimas três décadas do século passado.

Ao contrário, a crise intensifica-se profundamente (Chesnais, 1996/1998; Wallerstein, 1999, Dussel, 2000, Brenner, 1999). Isso acontece, como afirma Mészáros (2000), pelo caráter estrutural da crise do capital.¹⁴ Continuará, por isso, a implementação de sempre novas tentativas, ou velhas, com roupagens atrativas, que evidenciam o movimento, cada vez mais rápido, de acumulação e dominação do capital sobre o trabalho. As conseqüências dessa lógica, seja a curto, médio ou a longo prazo, são imprevisíveis, mas nem por isso menos catastróficas para a maioria absoluta da população.

¹³ Sobre a apropriação da ciência pelo capital, Marx (1982a, 483-4) afirma: “(...) a habilidade especializada e restrita do trabalhador individual [é] despojada (...) desaparece (...) diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão”.

¹⁴ Ver mais sobre o tema em: MÉSZÁROS, István. “A crise estrutural do capital”. In: *Revista Outubro* (4). São Paulo: Xamã, 2000, p.7-15.

Entretanto, é importante ressaltar, por fim, que a gestão histórica e atual do capital é um movimento contraditório. Põe em luta e acirra os interesses antagônicos de classe (Ribeiro, 1987). A classe-que-vive-do-trabalho, que se objetiva em rostos e em corpos de operários, camponeses, terceirizados, desempregados, negros, índios, mulheres, estudantes, crianças,... põe-se em luta pela sobrevivência, por direitos, trabalho, terra, dignidade, educação, participação política e cultural e até para livrar-se da dominação/exploração do capital. Põem-se, nessa luta, sujeitos e movimentos sociais, potencializando-os e ao mesmo tempo limitando-os, por interesses específicos e/ou localizados, interesses de uma coletividade ou de uma classe. Algumas práticas e ações coletivas são efêmeras, outras de média ou longa duração, entretanto, todas carregadas de sentido, potencializadoras de subjetividades, educativas em seu acontecer.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO, TRABALHO E COOPERAÇÃO

Na tarefa de analisar e discutir a trajetória de construção de uma experiência de trabalho cooperativo em uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e concebê-la como espaço e princípio educativo, coube ao primeiro capítulo uma contextualização da sociedade contemporânea, com destaque às mudanças que ocorrem no trabalho urbano e rural em consequência do neoliberalismo globalizado. Faz-se necessário agora trazer as categorias com as quais irei analisar o objeto da pesquisa: a concepção de educação, a produção e o trabalho no modo de produção capitalista, as potencialidades e os limites da produção cooperativa e a concepção de cooperação do MST.

2.1 - Pressupostos de uma concepção ampliada de educação

Ao construir um objeto específico - a potencialidade educativa do trabalho cooperativo em uma CPA do MST - nos localizamos dentro de uma perspectiva maior de pesquisa: as relações entre trabalho e educação. Decorre daí assumir a centralidade do trabalho, tanto como constituinte e formador do ser humano e de suas relações sociais quanto como princípio e espaço formativo/educativo. Essas questões nos obrigam a enfrentar o debate sobre a centralidade ou não do trabalho na formação e organização social.

As transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, o aumento vertiginoso do desemprego conjuntural e estrutural, a substituição progressiva da força de trabalho humana pelas máquinas e pelas modernas tecnologias, além de outros fatores, não mostrariam a perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea? Nesse sentido, ao nos propormos pesquisar e discutir as potencialidades educativas do trabalho cooperativo e, mais especificamente, o trabalho cooperativo em uma CPA do MST, não priorizaríamos um objeto de pesquisa já ultrapassado pela dinâmica da sociedade atual?

De fato, a centralidade do trabalho enquanto fundamento do propriamente humano, das relações sociais e da sociedade (capitalista ou não) está sendo muito questionada na contemporaneidade.

Há uma corrente de pensadores, entre eles Gorz, Offe, Habermas, Touraine, Kurz, De Masi, que identificam uma crise do mundo do trabalho e "profetizam", o "fim do trabalho", ou o "fim da sociedade do trabalho". Eles afirmam que a categoria "trabalho" perdeu a sua significação determinante no desenvolvimento da sociedade atual. O trabalho, segundo essa corrente de pensamento, está sendo substituído pelas máquinas e pela produtividade dos novos métodos de organização da produção. Por isso, a "sociedade" não dependeria mais do "trabalho", perdendo desta forma a sua centralidade e a sua importância histórica, capaz de determinar as relações sociais. Dito de outra forma, a categoria "trabalho" teria perdido a sua capacidade histórica de (trans)formação social. E, junto com o trabalho, o movimento operário que deu conteúdo e significou a referência aos movimentos revolucionários por mais de um século (1848-1968). Os números assustadores do desemprego e a sua tendência exposta no primeiro capítulo, a redução da classe operária industrial, o aumento do trabalho precarizado e/ou informal, combinados com a fragmentação e/ou enfraquecimento das organizações sindicais, são alguns dos elementos colocados por esses pensadores.

Em 1980, inaugurando essa verdadeira "apologia do fim do trabalho", André Gorz, publicou o seu livro intitulado *Adeus ao proletariado*, em que afirma enfaticamente:

A crise do socialismo é, antes de mais nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialistas vem fundamentalmente disso (Gorz, 1982: 85).

Na esteira de Gorz, outros somaram-se. Claus Offe (1989), um dos seus seguidores, é também um expoente defensor dessa tese: “É exatamente esse amplo poder macro-sociologicamente determinante do fato social do trabalho (assalariado) e das contradições da racionalidade empresarial e social que o comanda, que agora se torna sociologicamente questionável” (Offe, 1989: 16).

Um pouco antes do final da década de 80, Touraine (1989), também de forma positiva, afirmou:

Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixaram de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária (...) Este deixa de ser um personagem central da história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial (Touraine, 1989: 10-11).

As mudanças velozes ocorridas na composição e na estrutura da classe trabalhadora instigaram a discussão sobre as possibilidades reais de configuração de uma “sociedade do trabalho”. O pensador alemão, Habermas (1987), no seu ensaio “A nova intransparência”, expõe o seu posicionamento:

A utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva - e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato (Habermas, 1987: 106).

As argumentações apresentadas nas obras de Gorz, Offe, Touraine e Habermas são contundentes.¹⁵ Somam-se a essas, as argumentações do ensaísta alemão Robert

¹⁵ Outro que divulga idéias a respeito do potencial positivo do desemprego, pela possibilidade de ocupação criativa do tempo livre, é De Masi (1999a; 1999b) para quem, na sociedade “pós-industrial”, é possível ocorrer o “desenvolvimento sem trabalho”.

Kurz, contidas na sua obra *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (1992).¹⁶ Este autor também lidera o grupo *Krisis*,¹⁷ o qual, em 1999, lançou no Brasil o “Manifesto contra o trabalho”. Manifesto este que expõe de forma enigmática a situação do “trabalho” na sociedade atual e aponta o rumo daqueles que vão fazer parte dos 80%, os quais não serão utilizados para o trabalho:

Um cadáver ronda a sociedade – o cadáver do trabalho. (...) A venda da mercadoria força de trabalho será no século 21 tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século 20. Quem, nessa sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado “supérfluo” e está sendo jogado no aterro sanitário social. Quem não trabalho não deve comer! O incômodo “lixo humano” fica sob a competência da polícia, das seitas religiosas de salvação, da máfia e dos sopões para pobres (*Manifesto Contra o Trabalho*. In: Folha de São Paulo, 27 de julho de 1999. Caderno 4, p. 1).

As considerações sobre a crise - ou do fim da sociedade do trabalho - mereceram do sociólogo Ricardo Antunes, em suas duas obras: *Adeus ao trabalho* (1995) e *Os sentidos do trabalho* (2000), em inúmeros artigos e várias palestras, uma atenção especial.¹⁸ Levando em conta as mutações ocorridas no interior do mundo do trabalho, ao contrário dos autores que defendem o fim da sociedade do trabalho, Antunes (1995) afirma que:

(...) as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias gerados no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (Antunes, 1995: 75).

¹⁶ Sobre esta obra, Ricardo Antunes publicou por duas vezes - a primeira em *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, vol. 1, nº 1, 1994 e a segunda, em forma de apêndice, em *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez & Editora da Unicamp, 1995 - a resenha: “A crise vista em sua globalidade”, na qual o autor faz uma análise e uma crítica das principais idéias defendidas por Kurz.

¹⁷ Sobre o grupo *Krisis*, ver mais no Jornal Folha de São Paulo de 27 de jul. de 1999.

¹⁸ Outros autores também trataram sobre este assunto com muita propriedade, entre eles Ribeiro, Marlene; Ferraro, Alceu e Veronez, Luiz Fernando. Trabalho, Educação e Lazer: horizontes de cidadania possível. 2000. Trab. Inédito. 30 p. e Frigotto (1998), no seu artigo: “Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito”.

Mesmo considerando um processo produtivo avançado na sociedade contemporânea, onde há predomínio de atividades mais intelectualizadas, as mercadorias - a criação de valores de troca -, resultam, como afirma Antunes (1995), da articulação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante.

A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas (Antunes, 1995: 76).

Além de não considerar este aspecto importante, outra questão, não menos significativa, é deixada de lado pelos arautos do “fim da sociedade do trabalho”: a não distinção das duas dimensões contidas na categoria “trabalho” - o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Na história da humanidade, até hoje, nenhuma forma de organização social pode abrir mão do trabalho concreto. Mas, na sociedade organizada sob a batuta da lógica capitalista, a finalidade básica é a criação de valores de troca; assim, a dimensão do trabalho concreto, ou o valor de uso das coisas, é minimizado, reduzido, subsumido e subordinado ao valor de troca.

Para Antunes (1995: 77), portanto, quando se fala em crise da sociedade do trabalho é imprescindível clarificar de que dimensão se está tratando: “se é de uma crise da sociedade do trabalho **abstrato** (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão **concreta**, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre tantos outros)”.

No primeiro caso, o da crise da sociedade do trabalho abstrato, Antunes (1995) afirma que, se a sociedade contemporânea é movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, então, a crise do trabalho abstrato só pode ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Dentro dessa perspectiva, há duas formas de compreensão da crise. A primeira, da qual Ricardo Antunes manifesta a sua discordância, afirma que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca; a segunda, que critica a sociedade do

trabalho abstrato pela forma que este assume, estranhado, fetichizado, desrealizador e desefetivador da atividade humana autônoma. (...) essa forma de ser do trabalho, sob o reino das mercadorias, é (...) nefasta para o ser social que busca a omnilateralidade e que sob a forma do trabalho estranhado vivencia a unilateralidade. Nesta concepção recusa-se agudamente o culto do trabalho assalariado” (Antunes, 1995: 78).

No segundo caso, há uma corrente de pensadores (Habermas, Offe e Gorz, entre outros) que nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea e a denominam de sociedade de serviços, pós-industrial ou pós-capitalista, a qual recusa o papel central do trabalho tanto na sua “dimensão abstrata que cria valores de troca (...), quanto na negação do papel que o trabalho concreto tem na estruturação de um mundo emancipado e em uma vida cheia de sentido” (Antunes, 1995: 78).

A não consideração destas duas dimensões do trabalho - *concreto*, que cria valor socialmente útil e *abstrato*, que cria valor de troca, e, enquanto tal, é alienado, fetichizado, - “possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho concreto” (Antunes, 1995: 80).

Ao contrário da posição defendida pelos críticos da “sociedade do trabalho”, Antunes (1995; 2000) reafirma a centralidade do trabalho abstrato no universo da sociedade produtora de mercadoria e, por isso, reconhece também o papel central do trabalho assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho¹⁹ como sujeito potencialmente capaz de ir além do modelo societal dominado pelo capital.

Em relação à tão preconizada “crise da sociedade do trabalho”, para o autor, o que estamos assistindo, na sociedade contemporânea, é uma crise da sociedade do trabalho abstrato pela lógica destrutiva implementada pelo capital que tem no desemprego estrutural, na subproletarização, na precarização das condições e das

¹⁹ O autor Ricardo Antunes amplia a categoria marxiana de *classe trabalhadora* e utiliza o conceito de *classe-que-vive-do-trabalho*, para conferir-lhe *validade contemporânea*. A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social (também os “trabalhadores improdutivos”), a totalidade do trabalho coletivo assalariado, ou seja, é a classe dos trabalhadores/trabalhadoras que vivem da venda da sua força de trabalho (Antunes, 2000: 101-2; 235).

relações de trabalho, as suas faces mais visíveis.²⁰ Dentro dessa perspectiva, Antunes afirma que só é possível conceber o fim do trabalho abstrato/assalariado combinado com o fim da sociedade capitalista, produtora de mercadorias.

Outra coisa bem distinta é conceber a eliminação do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma de uma atividade humana, porque, numa forma societal emancipada, para além do capital, a importância da categoria “trabalho” - na sua dimensão concreta como criador de valores de uso, como atividade vital - permanece, na medida “em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (Antunes, 2000: 167).

Também Francisco Oliveira contesta aqueles que concluem a “perda da centralidade do trabalho” a partir das aparências que mostram a diminuição dos postos de trabalho na indústria e a conseqüente diminuição do número de operários, perdendo estes a sua importância na condução dos movimentos sociais. Afirma o autor que, “em que pesem as aparências e a discussão sobre a perda da centralidade do trabalho, o movimento mais importante segue a direção oposta, a de uma ampliação do assalariamento, sem paralelo mesmo se for considerada a ‘idade de ouro’ do fordismo industrial” (Oliveira, 2000: 14)

Como Francisco Oliveira, Ricardo Antunes também reafirma, tanto a centralidade do trabalho no âmbito da sociedade capitalista produtora de mercadoria quanto a centralidade do trabalho em sua dimensão concreta, em uma forma societal para além do capital. É dentro desta perspectiva que se localiza a opção desta pesquisa ao conceber o trabalho como princípio e como espaço educativo.

²⁰ Ver mais sobre este assunto nas duas obras já citadas anteriormente, do autor Ricardo Antunes.

2.2 - Uma concepção ampliada de educação

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) define a educação em sentido amplo ao estabelecer que esta “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, Art. 1º). Ao reconhecer, neste artigo, que o processo educativo não se limita às paredes escolares, o legislador contemplou uma concepção ampliada de educação (Arroyo, 1998), estimulando desta forma, a pesquisa, a reflexão e a produção teórica sobre as práticas educativas que acontecem também fora dos contextos propriamente escolares.

Na sociedade atual, de crise estrutural do capital e de implantação do movimento econômico-político-ideológico neoliberal, adota-se uma concepção de educação, no interior das políticas e diretrizes públicas, limitada e restrita à instrução, ao ensino, à disciplina, ao treino e à preparação para o mercado de trabalho (Ribeiro, 1999a; Arroyo, 1998; Frigotto, 1998) objetivando, apenas, a garantia de um maior nível de empregabilidade (Gentili, 1998)²¹ à massa de força humana de trabalho disponível. “Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade” (Frigotto, 1998: 14).²²

Assumir uma concepção ampliada de educação (escolar ou não), antes de mais nada, é romper com as concepções e práticas educativas reduzidas e limitadas às exigências de um “mercado seletivo”; é distanciar-se e contrapor-se às limitações impostas pelo modelo dominante, o qual não poupa esforços para separar a

²¹ De acordo com Gentili (1998), a educação para o desemprego começou a ser admitida e a garantia do emprego como direito social desmanchou-se com a nova promessa de empregabilidade, entendida como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

²² Para aprofundar esta questão, mantém-se válida a dica do educador Gaudêncio Frigotto (1998) sobre as teses básicas do neoliberalismo e sua incorporação nas políticas sociais e educacionais, na obra de BIANCHETTI, R.G. *O modelo neoliberal e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1997. Apesar da importância deste tema, não está ao alcance deste texto aprofundar a questão.

compreensão da educação da compreensão do mundo produtivo. Nesse sentido, é preciso reatar as relações entre trabalho e educação.²³

Os vínculos entre trabalho e educação já preocupavam os chamados “socialistas utópicos”, na primeira metade do século XIX, principalmente Fourier e Owen. Segundo Ribeiro (1999a), entretanto, coube a Marx e Engels enraizar as propostas desse vínculo. Apesar de não elaborarem especificamente uma teoria pedagógica, esta encontra-se implícita no materialismo histórico. Ribeiro (1999a: 12) afirma que “tal teoria identifica o trabalho como princípio educativo do processo de auto-produção humana”. Esta teoria pode ser captada na concepção de homem e de mundo.

O homem não é um indivíduo isolado, mas é relação consigo mesmo, com o outro e com a natureza, que transforma pelo trabalho, transformando-se a si mesmo e criando cultura nesse processo. O que o homem é coincide com o que produz e como produz. A educação é, então, encarada como auto-construção (Ribeiro, 1999a: 12).

O pesquisador e educador Miguel G. Arroyo também afirma que ao assumir como objeto de pesquisa a relação entre trabalho e educação, assumimos o trabalho como princípio educativo e a centralidade do trabalho humano como constituinte e formador da condição humana.

Quando voltamos a nossa reflexão para o trabalho como princípio educativo, terminamos nos aproximando de uma teoria social sobre como se forma o ser humano, como se produz o conhecimento, os valores, as identidades, como se dá o processo de individuação, de constituir-nos sujeitos sociais e culturais, livres e autônomos (Arroyo, 1998: 143).

²³ Na sociedade capitalista, as relações sociais e político-ideológicas estão imbricadas com as relações de produção estabelecidas. Estas relações são contraditórias porque põem em luta e em disputa classes sociais fundamentais, com interesses antagônicos. Desse antagonismo entre as classes, emerge uma dominante, a qual faz todos os movimentos possíveis para reproduzir as condições de sua dominação, no campo da produção, da cultura, dos valores, das crenças e também da educação. A realidade social, no interior da qual se efetua a educação, é, portanto, um espaço efetivo de luta de classes. Por isso, as concepções adotadas de homem, de mundo, de educação, dependem da posição e do posicionamento dos agentes sociais no interior das relações sociais, no processo de produção da existência (Cury, 1989). Também Gadotti, ao analisar, numa perspectiva crítica, as correntes e tendências do pensamento educacional brasileiro, afirma a “estreita vinculação entre a produção intelectual desses autores e suas ligações materiais”. (Gadotti, 1988: 23). Ver, ainda, Frigotto (1997).

Assumir a centralidade do trabalho como constituinte da condição humana é conceber o trabalho como mediação do fazer-se humano. O ser humano objetiva-se por meio do trabalho. Ao estar vinculado à natureza, ao se relacionar com ela, ao produzir os seus próprios meios de subsistência, ao transformá-la e dominá-la, o homem se faz e se transforma, através do trabalho.

O trabalho é o fator que medeia entre o homem e a natureza; é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza. O trabalho é a expressão da vida humana e através dele se altera a relação do homem com a natureza; por isso, através do trabalho, o homem transforma-se a si mesmo (Marx, 1979: 26).

Para Arroyo (1998), conceber a centralidade do trabalho como constituinte da condição humana é também conceber o ser humano como construção histórica. O autor vai fundamentar suas pesquisas, nas quais privilegia o trabalho como base da formação humana, em Marx, quando este diz:

(...) o homem faz sua própria história; ele é seu próprio criador (...) O homem dá a luz a si próprio no decurso da História. O fator essencial deste processo de autocriação da raça humana está na sua relação com a natureza. O homem, na alva da História, está cegamente vinculado ou agrilhado à natureza. Com o correr da evolução, ele transforma sua relação com a natureza e, por conseguinte, consigo mesmo (Marx, 1979: 25).

O humano é um ser de necessidades e produz, através do trabalho, formas para satisfazê-las. Não é, entretanto, apenas um ser de necessidades naturais, ele é capaz de criar, inventar, desenvolver suas próprias necessidades e sua cultura. Desgarra-se, diferencia-se, assim, dos demais animais que, apesar de também produzirem, vivem sob o império de suas necessidades naturais.

Os animais só produzem a si mesmos, enquanto o homem reproduz toda a natureza. Os frutos da produção animal pertencem diretamente a seus corpos físicos, ao passo que o homem é livre ante seu produto. Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidades da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo (Marx, 1979: 96).

Ao contrário dos animais que só produzem sob compulsão de necessidades físicas diretas, o ser humano só produz quando está livre dessa necessidade. O homem é

capaz e consciente de manipular a natureza, e, em sua prática, em sua relação com a natureza, criar um mundo objetivo, objetivar-se, desta forma, e tornar-se um ser-espécie, um ser humano. Essa atividade livre e autoconsciente, esse trabalho é que faz do homem um ser humano, um ser da espécie humana e não da espécie animal.

É justamente em seu trabalho exercido no mundo objetivo que o homem realmente se comprova como um ente-espécie. Essa produção é sua vida ativa como espécie; graças a ela, a natureza aparece como trabalho e realidade dele. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetificação da vida-espécie do homem, pois ele não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído (Marx, 1979: 96-7).

Ao defrontar-se com o produto de seu trabalho, o ser humano defronta-se consigo mesmo e com o mundo construído. Quando se defronta consigo mesmo, também está se defrontando com outros seres humanos. “O que é verdadeiro quanto à relação do homem com seu trabalho, com o produto desse trabalho e consigo mesmo também o é quanto à sua relação com outros homens, com o trabalho deles e com os objetos desse trabalho” (Marx, 1979: 97).

As relações que se estabelecem entre os seres humanos e suas objetivações, com o trabalho deles e com os objetos criados através desse trabalho, são relações construídas pelos próprios homens e mulheres para garantir a sua sobrevivência em sociedade ao longo do tempo, ou seja, são históricas. Estas relações estabelecidas não são condicionadas naturalmente, como nos animais, mas variam, na forma de produção, apropriação e distribuição dos resultados de sua criação. Criam-se, desta forma, relações de produção e reprodução da vida humana em sociedade.

(...) independentemente da forma histórica que assume, trabalho e relações materiais de produção social da existência são fundantes da especificidade humana à medida que é pelo trabalho que a espécie humana se produz (...). O ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num momento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo (...) altera sua própria maneira de estar na realidade e de percebê-la. E - o que é fundamental - faz a sua própria história (Frigotto, 1998: 29).

Por isso, vincular trabalho e educação, de acordo com Arroyo (1998), é assumir o trabalho como princípio educativo e como formador da condição humana; é assumir

como objeto da ação pedagógica, da educação, os processos de formação humana, o fazer-se humano. É buscar “no trabalho, na produção da existência, da cultura, dos valores, das linguagens (...) elementos para uma melhor compreensão da formação humana” (Arroyo, 1998: 143). Formação humana integral, que supera o mero aprendizado de conteúdos e de técnicas escolares:

O ensino, conforme Marx, não pode basear-se no domínio de conteúdos intelectuais, mas na libertação plena do homem para que possa desenvolver todas as suas capacidades, o que supõe seja eliminada a separação entre trabalho e capital, ensino e produção, trabalho manual e trabalho intelectual, concepção e execução. A educação estaria compreendida dentro de um processo de emancipação histórica e econômica, visando eliminar a divisão social do trabalho e, ao mesmo tempo, possibilitar o ensino industrial e a alternância das atividades de planejamento, produção e execução. O desenvolvimento pleno das capacidades humanas é a finalidade da educação vinculada ao trabalho... (Ribeiro, 1999a: 15).

Além disso, uma concepção ampliada de educação, ao conceber o trabalho como princípio educativo, traz em seu bojo um projeto de emancipação histórica das classes trabalhadoras em uma sociedade fundamentada no trabalho “uma sociedade de indivíduos livres, em relações sociais regidas por princípios éticos, onde o trabalho, a técnica produtiva seja objetivo e ponto de referência para a liberdade pessoal e coletiva (Arroyo, 1998: 143); “uma vida autêntica, dotada de sentido” (Antunes, 2000).

Na sociedade capitalista, entretanto, ao invés de ser a atividade que medeia as relações entre os seres humanos e destes com a natureza, ao invés de ser a expressão da vida humana, ao invés de ser a realização e a formação do homem enquanto um ser-espécie, o trabalho impõe ao trabalhador a unilateralidade e a alienação;²⁴ as relações sociais são de dominação e exploração.

Essas características específicas da produção capitalista não seriam motivos suficientes para desvincular a educação do processo produtivo, do trabalho? Ao contrário, a potencialidade emancipadora/humanizadora do trabalho está no interior, contraditoriamente, da realização do trabalho alienado. A contradição é interna ao próprio processo produtivo (Cury, 1989). A vinculação entre educação e trabalho produtivo possibilita a formação politécnica dos trabalhadores, desde que estes sejam

capazes de conquistar o controle sobre os meios e os processos de produção (Ribeiro, 1999a). Como afirma Nogueira (1993: 203), “Marx pensa sua proposta pedagógica, cuja finalidade última é de contribuir para a ruptura desse modo de trabalho”, emancipando-se da unilateralidade, da alienação, da parcelização...

Esse aspecto é novamente reforçado, por Marx, ao referir-se à permanência das crianças nas fábricas,²⁵ onde ele vê nestas, “o lugar do aprendizado da classe, onde a experiência impõe a necessidade da luta como condição para a emancipação” (Ribeiro, 1999a: 15). Na fábrica não se aprende apenas a tarefa, aprende-se que se é membro de uma classe, que se é igual aos colegas, que se vive os mesmos problemas, as mesmas condições de trabalho, etc. O espaço da fábrica é um espaço privilegiado para aflorarem as contradições²⁶ das relações sociais estabelecidas no processo produtivo. A luta empreendida pela classe trabalhadora para livrar-se destas relações tem uma dimensão profundamente educativa (Ribeiro, 1987).

2.3 - A natureza do trabalho no modo de produção capitalista

A mudança da produção artesanal à produção capitalista operou uma revolução no processo produtivo. A produção individual, autônoma, total, na qual o artesão, proprietário dos instrumentos de trabalho, realizava todas as tarefas necessárias até chegar ao seu produto final, ao ser substituída pela produção coletiva, provocou uma transformação no processo de organização do trabalho, o qual tornou-se social, dependente, fragmentado, alienado, assalariado.

A revolução operada pelo capital no modo de produção assentou-se na cooperação. Inicialmente através da cooperação simples, avançou, passando pela

²⁴ Esta questão será tratada no próximo item, deste capítulo.

²⁵ De acordo com Ribeiro (1999a: 15), “Marx concorda com a permanência das crianças nas fábricas (...) desde que o trabalho infantil esteja regulamentado de modo a não prejudicar o desenvolvimento da criança e a permitir que a mesma possa continuar os estudos escolares”.

²⁶ Inúmeras são estas contradições, algumas já descritas nos parágrafos anteriores, além de muitas outras: produção social/apropriação individual, domínio patronal sobre as decisões do processo produtivo/capacidade dos trabalhadores realizar as operações e os processos....

divisão do trabalho na fase manufatureira e aperfeiçoou-se, chegando à grande indústria. As conseqüências da implementação desses novos mecanismos ao processo produtivo acabaram por estabelecer uma relação de dominação do capital sobre o trabalho (Marx, 1982a).

O processo de produção capitalista é marcado por uma dupla natureza: é ao mesmo tempo um processo de trabalho social para produzir um produto e um processo individual de apropriação privada deste produto, ou seja, produção de mais-valia. Entretanto, o objetivo que determina esse processo é a maior produção possível de mais-valia, através da maior exploração da força de trabalho, ou seja, do trabalho social. E é esta, a mais-valia, que garante a expansão do capital (Marx, 1982a). A cooperação, a cooperação simples, a divisão do trabalho, a manufatura, a maquinaria, as novas tecnologias que dispensam, em números crescentes, a participação dos trabalhadores, subordinam-se, na produção capitalista, a esse objetivo, ou seja, a produção de mais-valia.

2.3.1 - A cooperação subordinada

A cooperação não foi uma invenção capitalista. Ela fez parte dos processos de trabalho desde às civilizações antigas. A sua utilização esporádica na agricultura, nas obras gigantescas, nos monumentos dos antigos povos asiáticos, europeus, americanos e outros, atravessou as formações tribulárias, escravistas e feudais. É impossível imaginar grandes obras de irrigação, de drenagens, grandes monumentos, sem a poderosa força da cooperação, subordinada, no entanto, a processos coercitivos diversos que lhe determinavam os objetivos, os fins e os métodos de trabalho a serem adotados.

De modo geral, chama-se cooperação à forma de trabalho onde muitos trabalhadores trabalham juntos, lado a lado, de acordo com um plano geral, num mesmo processo de produção, ou em processos de produção diferentes mas relacionados entre si. O efeito do trabalho combinado, colaborando para uma mesma operação, não é simplesmente a soma do trabalho individual de cada trabalhador, pois

(...) uma dúzia de pessoas, no mesmo dia de trabalho de 144 horas, produz um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, dos quais cada um trabalha 12 horas, ou do que um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. É que o homem, um animal político segundo Aristóteles, é por natureza um animal social (Marx, 1982a: 375).

A cooperação, entretanto, adquiriu características específicas na produção capitalista. Ela tem início pela aglomeração dos operários em determinado local sob o controle de um capitalista. Não podem os assalariados cooperar sem que um mesmo capitalista empregue-os simultaneamente. Para isso, é necessário um montante mínimo de capital para garantir, ao mesmo tempo, a compra individual da força de trabalho e os meios de produção que são utilizados no processo produtivo. A cooperação dos assalariados, a sua extensão e a escala da produção dependem da quantidade de meios de produção nas mãos do capitalista (Marx, 1982a; 1982b).

A decorrência da reunião dos trabalhadores em um mesmo local cria uma “nova” força produtiva, uma força produtiva social, superior à força do trabalho individual, com vantagens espantosas:²⁷

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva, maiores quantidades de valor-de-uso e reduz por isso o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva de trabalho tem essa maior produtividade (...) a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie (Marx, 1982: 378).

O trabalhador, como afirma Marx, ao cooperar com outros, desfaz-se dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie, ou seja, a de ser um ser social. Entretanto, esta força produtiva social, “este trabalho social, não lhe pertence” (grifo meu). A única coisa que pertence ao trabalhador é a sua força de

²⁷ Em relação às vantagens, Marx enumera algumas: “(...) por ter elevado a potência mecânica do trabalho, ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho, ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção, ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade, ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo, ou por poupar os meios de produção em virtude de seu uso em comum, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio” (Marx, 1982a: 378).

trabalho individual e, enquanto tal, a vende ao capitalista em troca de um salário. E, ao subordinar-se ao capital, a primeira transformação que sofre é a sua transformação em trabalho cooperativo. O emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho cooperativo, social, é o ponto de partida da produção e da acumulação capitalista. “Se o modelo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro” (Marx, 1982a: 384).

Outra questão importante da cooperação na produção capitalista é o controle exercido pelo capital no local de trabalho. A grande aglomeração de trabalhadores, empregados simultaneamente, aumenta a sua resistência. A direção do capitalista não se limita apenas à natureza social do processo de trabalho. Destina-se a garantir a exploração desse processo de trabalho, marcado pelo “antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração” (Marx, 1982a: 380).²⁸ Além disso, a grande quantidade de meios de produção colocados diante dos trabalhadores como propriedade alheia, acresce a necessidade de controle e uso adequado desses meios e, como a cooperação dos assalariados é levada a efeito apenas pelo capital, este subordina a própria ação dos trabalhadores e a conexão entre as suas funções. Igualmente alheio aos trabalhadores é o controle e a unidade do processo produtivo (Marx, 1982a).

A cooperação pode assumir diversos estágios. Desde a cooperação simples, na qual os trabalhadores se completam mutuamente fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie não perdendo a capacidade de realizar a totalidade de seu ofício, até um estágio mais desenvolvido, de divisão acentuada do trabalho na manufatura e na indústria moderna (Marx, 1982a; 1982b).

2.3.2 - A divisão do trabalho na manufatura e na indústria moderna

²⁸ Sobre a direção capitalista, Marx afirma que ela é, “(...) quanto à sua forma, despótica. À medida que a cooperação amplia sua escala, esse despotismo assume formas peculiares” (Marx, 1982a: 381).

O início da produção capitalista foi marcado pelo emprego simultâneo de um grande número de trabalhadores assalariados no mesmo processo de trabalho. A continuidade da revolução operada pelo capital no processo produtivo tem na divisão do trabalho um dos seus traços mais marcantes.

A cooperação, fundada na divisão do trabalho, adquire, na manufatura, a sua forma clássica. Aos poucos os “artífices independentes” ou os “trabalhadores de ofícios” diversos perdem o costume e a capacidade de exercer o seu ofício em toda a sua extensão. A manufatura passa, em seu início, de uma combinação de ofícios independentes para um sistema que divide a produção em diversas operações especializadas. Estas passam a uma função exclusiva de um trabalhador. A totalidade do processo produtivo é realizada pela união desses trabalhadores parciais, “combinando diferentes ofícios sob o comando do mesmo capital” (Marx, 1982a: 387).

Esses diferentes ofícios são ainda decompostos em suas diferentes operações particulares e cada uma delas passa a ser uma função especial de um trabalhador. Entretanto, as mercadorias resultam do trabalho produtivo coletivo, apesar de dependerem da habilidade, da força e da segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. Por mais especializada ou não que seja a função de um operário, este trabalho parcial não produz nenhuma mercadoria. A mercadoria torna-se o produto social de vários operários, onde cada qual faz continuamente uma única e mesma operação parcial (Marx, 1982a).

As vantagens da divisão e especialização do trabalho advém na medida em que se reduz o tempo de produção, aumenta a força produtiva do trabalho, diminui o valor da força de trabalho e diminuiu os custos de formação do trabalhador, em virtude da simplificação das operações. Aumenta também a produtividade na medida em que se aperfeiçoam os instrumentos de trabalho, adaptando-os às funções particulares e exclusivas dos operários.

Ao dividir, isolar e parcelizar as tarefas e as funções no processo produtivo, a manufatura divide e parceliza também o trabalhador. Por incrível que pareça, tanto mais parcelado, estropiado, incompleto e imperfeito se tornar o trabalhador individual, mais

infalível e perfeito se torna como parte do operário coletivo, produtor de mercadoria. Este processo aprofunda-se na maquinaria, como veremos mais adiante. Além disso, cria-se uma divisão entre os trabalhadores: os qualificados e os não-qualificados. “Para esses últimos, os gastos para com a aprendizagem desaparecem; e, para os primeiros, eles baixam, se comparados aos artesãos, em virtude da simplificação das funções” (Marx, 1982b: 73).

Ainda em relação à manufatura dois aspectos precisam ser destacados. O primeiro é que a divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples mecanismos que a ele pertencem. Esta divisão condena o trabalhador a realizar perpetuamente uma operação parcial, subordinada ao capitalista, anulando a autonomia e a capacidade de decisão do trabalhador. O segundo refere-se à apropriação do saber dos trabalhadores pelo capitalista. Nas palavras de Marx:

O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, (...) No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles (...) opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples (...) desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho, recrutando-a para servir ao capital (Marx, 1982a: 413-14).

O desenvolvimento das oficinas e a especialização das ferramentas e dos instrumentos de trabalho dos operários criaram as condições para o desenvolvimento das máquinas. Com a maquinaria se completa o círculo das transformações no processo produtivo. Há uma revolução nos instrumentos de trabalho. No período anterior, os instrumentos de trabalho estavam subordinados à força, à mão do trabalhador, agora, na maquinaria, esses instrumentos assumem o lugar do trabalhador e da trabalhadora no processo de trabalho. “É da máquina-ferramenta que parte a revolução industrial do século XVIII. (...) propicia o ponto de partida quando o ofício ou a exploração manufatureira se transforma em exploração mecânica” (Marx, 1982b: 81). É o início do

período onde a ferramenta, operando na matéria-prima, passou das mãos humanas para um mecanismo. A ferramenta transforma-se em máquina que, sob o controle do capitalista, subsume o trabalhador agora ocupando o lugar da ferramenta.

Dá-se, de fato, uma inversão dos lugares que o ser humano e a máquina ocupam no processo de trabalho. A máquina-ferramenta realiza operações antes feitas por homens, dando a impressão, desta forma, que a produção, as mercadorias, são resultados do trabalho da máquina e não mais desses homens.

Ao ocupar o lugar do humano no processo de trabalho, determinando os lugares e as posturas dos trabalhadores e os tempos de trabalho, ao transformar homens e mulheres em meros apêndices obedientes aos seus movimentos, a máquina capitalista incorpora a humanidade expropriada aos trabalhadores e projeta-se perante eles como a “autora” dos bens que eles produzem, mas que neles não se reconhecem.

Esse novo sistema de produção, a maquinaria, promove uma decomposição do processo de trabalho. Diferente da cooperação simples ou da cooperação aperfeiçoada pela divisão do trabalho na manufatura, em que a substituição do operário coletivo pelo operário industrial se dava mais ou menos acidentalmente, nessa decomposição, “o emprego de máquinas exige forçosamente um trabalho socializado, isto é, o trabalho comum de muitos, metodicamente organizado. A própria natureza do meio de trabalho transforma, daí por diante, a cooperação metódica em necessidade técnica” (Marx, 1982b: 85). O movimento das máquinas, as atividades dos instrumentos de trabalho, os objetivos do processo de trabalho, bem como os produtos, tornam-se, ainda mais na maquinaria, independentes do trabalhador.

De acordo com Marx (1982a), o objetivo, com a introdução das máquinas, é aumentar a produção pelo aumento da velocidade das operações e redução extrema da interferência humana no processo de trabalho, desde a introdução da matéria-prima ao produto final. A produtividade da máquina mede-se, portanto, pela proporção em que ela substitui força de trabalho do homem, contribuindo desta forma para produzir mais-valia.

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia (Marx, 1982a: 424).

O que na manufatura era a apropriação dos saberes especializados dos artífices, os quais dinamizavam os processos produtivos através de novas invenções, na fase da indústria moderna, o que acontece é a incorporação e a aplicação consciente da ciência na produção. A apropriação que antes se fazia das forças da natureza, far-se-á agora da ciência. “A ciência nada custa ao capitalista, o que não o impede de explorá-la. A ciência alheia é incorporada ao capital do mesmo modo que o trabalho alheio” (Marx, 1982a: 441). O incremento desta combinação deprecia a força de trabalho, entretanto, aumenta a produtividade do trabalho.

Ao contrário de aliviar o esforço dos trabalhadores, a introdução das máquinas nos processos de trabalho

(...) aumenta o material humano explorável pelo capital, ao apropriar-se do trabalho das mulheres e das crianças, como confisca a vida inteira do trabalhador, ao estender sem medida a jornada de trabalho, e como seu progresso, que possibilita enorme crescimento da produção em tempo cada vez mais curto, serve de meio para extrair sistematicamente mais trabalho em cada fração de tempo, ou seja de explorar cada vez mais intensivamente a força de trabalho (Marx, 1982a: 477).

É preciso destacar que Ricardo (1974: 340), ainda antes de Marx, já havia reconhecido “que a substituição do trabalho humano pela maquinaria é freqüentemente muito prejudicial aos interesses da classe trabalhadora, chegando mesmo a afirmar que a mesma causa que eleva o rendimento líquido do país pode ao mesmo tempo tornar a população redundante e deteriorar a condição do trabalhador”.

A indústria moderna capitalista,²⁹ a “fábrica automática contemporânea”, cria um

²⁹ Marx ressalta a positividade das máquinas, entretanto a sua utilização capitalista torna-se um processo negativo. “A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumenta a riqueza dos que realmente produzem, mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (...) as contradições e antagonismos inseparáveis da aplicação capitalista da maquinaria não existem, simplesmente porque

novo processo de trabalho e um novo trabalhador: alienado, assalariado, unilateral/parcial³⁰/dividido - trabalho intelectual/manual, extropiado,³¹ embrutecido, deformado, explorado, adoentado,³² precarizado.³³ Passam os trabalhadores a assumir diferentes papéis: *Principal* - ocupam-se com as máquinas, tomam conta e a alimentam; *Auxiliares* - alimentam a máquina, cumprem atividades secundárias; *Qualificados* - uma pequena parcela de técnicos de nível médio ou superior, encarregados da manutenção das máquinas; *Não-qualificados* - formam a maioria absoluta da fábrica, ocupam-se principalmente em alimentar as máquinas.

2.3.3 - O trabalho alienado

Nesta rápida recuperação da organização da produção capitalista, vimos que a cooperação subordinada tanto desqualifica quanto retira do trabalhador o controle sobre o processo de trabalho, daí a necessidade de retomar alguns elementos relacionados ao trabalho alienado. Para Marx (1979), o trabalho, em sua execução e forma capitalista, é uma perversidade.

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas (...) quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital (Marx, 1979: 90-1).

não decorrem da maquinaria, mas da sua aplicação capitalista” (Marx, 1982a: 506).

³⁰ Marx (1982a) afirma que o trabalhador se transforma, desde a infância, em uma parte de uma máquina parcial para realizar a sua tarefa; são membros vivos de um mecanismo morto.

³¹ “Sendo ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda a produção capitalista se caracteriza por o instrumento de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho” (Marx, 1982a: 483-4).

³² “O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual (...) o trabalho se torna meio de tortura, pois a máquina ao invés de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo interesse” (Marx, 1982a: 483).

³³ Sobre a precarização do trabalho, Marx (1982a: 511) afirma que “(...) a força produtiva extraordinariamente elevada nos ramos da indústria mecanizada, sincronizada com a exploração mais intensa da força de trabalho em todos os demais ramos da produção, permite empregar, improdutivamente, uma parte cada vez maior da classe trabalhadora”.

Isso acontece, segundo Marx (1979), porque o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto alienado. Ao colocar sua vida no objeto, através do trabalho, a sua vida não mais lhe pertence, porém ao objeto. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não é dele e quanto maior for o produto desse trabalho, tanto mais ele minguará.

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que se lhe opõe como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (Marx, 1979: 91).

Nos “Manuscritos econômicos e filosóficos” de 1844, Marx analisa o fenômeno da alienação. Destacamos aqui alguns de seus aspectos.

Num primeiro aspecto a alienação do trabalho dá-se na relação do trabalhador com o produto do trabalho como um objeto estranho que o domina; é a relação com o mundo exterior, a natureza, também como um mundo estranho. O trabalhador produz coisas com e por meio da natureza. Ao mesmo tempo que a natureza proporciona os meios de existência do trabalho, proporciona os meios de subsistência física do próprio trabalhador. Este se converte em escravo do objeto porque o objeto produzido pelo trabalho lhe garante a existência como trabalhador.

Noutro aspecto, a alienação do trabalho dá-se na relação do trabalho no ato de produção dentro do trabalho. Por ser o trabalho determinado de fora do trabalhador, não fazendo parte de sua natureza, este trabalhador não se realiza em seu trabalho, ou seja, não realiza um trabalho para si mesmo, mas para outra pessoa; por isso não se realiza/reconhece na sua produção. Por ser o trabalho determinado de fora do trabalhador, não fazendo parte de sua natureza, este trabalhador não se realiza em seu trabalho, ou seja, não é trabalho para si mesmo, mas trabalho para outra pessoa. O trabalhador, no seu trabalho, não se pertence a si mesmo, a sua atividade não é sua própria atividade espontânea. É uma obrigação, um flagelo. Desta forma, no trabalho, o trabalhador não se sente livre, só se sente livre fora do trabalho. O trabalho que deveria

humanizá-lo, acaba por desumanizá-lo. Torna-se uma atividade voltada contra ele mesmo, isso é, auto-alienação (Marx, 1979).

O ser humano é um ente-espécie, um ser universal, livre. É capaz de manipular e dominar a natureza como meio direto de vida e como objeto material e como instrumento de sua atividade vital. A vida produtiva do ser humano é a vida da espécie. É vida criando vida. A atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. Mas o trabalho alienado aliena o homem também da sua espécie. A sua atividade vital, o trabalho, serve apenas como meio para a satisfação de uma necessidade que é a de somente manter a sua existência. Perde-se o sentido realizador e a vida genérica do ser humano torna-se apenas um meio para a sua existência física. “(...) enquanto o trabalho alienado afasta o objeto da produção do homem, também afasta sua vida-espécie, sua objetividade real como ente-espécie” (Marx, 1979: 97).

Por fim, como consequência “da alienação do homem com relação ao produto de seu trabalho, à sua atividade vital e à sua vida-espécie é que o homem é alienado por outros homens” (Marx, 1979: 97). A alienação humana é concretizada na relação entre cada homem e os demais homens. Se o produto do trabalho é estranho ao trabalhador e lhe enfrenta como uma força estranha e hostil e se a sua própria atividade também não lhe pertence, tornando-se desta forma um trabalho alienado, é porque o objeto, fruto da objetivação do trabalhador, pertence a um outro homem que não o trabalhador; é apropriado por alguém que não produziu, que está fora do processo de trabalho, embora dentro das relações de produção, que determinam os processos produtivos. Dá-se, desta forma, a relação entre o trabalho alienado e a propriedade privada, na qual, por um lado, a propriedade privada é o produto do trabalho alienado, e, por outro, a própria realização dessa alienação.

(...) graças ao trabalho alienado o trabalhador cria a relação de outro homem que não trabalha e está de fora do processo de trabalho, com o seu próprio trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho também provoca a relação do capitalista (...) com o trabalho. A propriedade privada é (...) o produto, o resultado necessário, do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (Marx, 1979: 99).

Vê-se que, nas relações capitalistas de produção e acumulação, o trabalho alienado e a propriedade privada estão intrinsicamente ligados. Nesse sentido, qualquer proposição para além do capital deve considerar estes elementos como fundamentais. O trabalho cooperativo de uma CPA do MST rompe com as dimensões que assume o trabalho em sua “versão capitalista”, analisadas acima? Ao voltarmos o nosso olhar ao trabalho cooperativo desenvolvido no interior de uma CPA do MST e considerá-lo como espaço e princípio educativo cabe questionar se esta forma de organização do trabalho e da produção traz em seu âmago potencialidades desalienantes, criativas, formadoras e humanizadoras, contrapostas às relações de produção capitalista. Em caso afirmativo poder-se-ia afirmar que o trabalho cooperativo de uma CPA do MST é humanizador, formador, desalienante. Entretanto, somente uma análise mais apurada em relação à organização do trabalho e da produção cooperativa poderá indicar estas possibilidades. Além disso, como o trabalho cooperativo desenvolvido pela CPA pesquisada encontra-se no interior de um sistema capitalista de produção, há que atentar às suas contradições inerentes.

2.4 - A natureza, as potencialidades e os limites do trabalho cooperativo

Para se contrapor ou enfrentar as conseqüências das medidas ou a própria natureza do sistema do capital, a classe trabalhadora, historicamente, desenvolveu e desenvolve inúmeras ações e lutas, que vão desde uma greve por reajuste salarial, mobilização por emprego, protestos por melhores condições de trabalho, até à construção de processos revolucionários rumo a sociedades socialistas, passando por formas alternativas de sobrevivência, de organização social, de organização do trabalho no campo e na cidade, de produção, de comercialização e, inclusive, de acumulação.

As características atuais da gestão do capital, por suas próprias contradições, na qual poucos direitos da classe trabalhadora estão garantidos, impulsiona sujeitos e movimentos sociais a buscarem formas alternativas de reprodução da vida social. Surgem, por isso, enquanto alternativas de enfrentamento às necessidades imediatas das classes trabalhadoras. Entretanto, expressam, de uma forma ou de outra, uma

contraposição concreta ao domínio das relações capitalistas, seja ao nível da resistência ou da construção de algo para além destas relações. É neste contexto que se encontram as cooperativas, com todas as suas variantes e contradições.

De acordo com Thompson (1987), a Revolução Industrial teve uma natureza catastrófica para os trabalhadores ingleses, alastrando-se aos demais trabalhadores europeus, causando desemprego, fome, exploração do trabalho, opressão política. As primeiras ações da classe operária para se contrapor à lógica do sistema do capital foram a destruição das máquinas, conhecidas como o movimento luddista, no século XIX.³⁴ Há que se destacar que esse movimento foi violentamente reprimido e destruído pelas forças repressivas do capital.

Na primeira metade do século XIX, surgiram também várias experiências de cooperativas ou comunidades mutualistas. Segundo Thompson(1987), em 1832, em toda a Inglaterra, havia mais de quinhentas sociedades cooperativas, no mínimo com vinte mil membros. Nesse período histórico, essas cooperativas sofreram reação violenta dos capitalistas, mas, posteriormente, foram incorporadas à economia capitalista. Todas as revoluções do século XX, com caráter socialista, sendo a mais significativa a Revolução Russa em 1917, atestaram também a disposição da classe trabalhadora de se contrapor ou superar a exploração e a dominação a qual era, e continua sendo, submetida.

Antes de discutir as dimensões que assume o trabalho organizado sob a forma cooperativa em uma CPA do MST, há uma discussão histórica a qual envolve a questão das cooperativas. É de longa data, mas que, apesar disso, continua em aberto.

Não é propósito deste texto alongar-se ou reproduzir as polêmicas em torno das cooperativas, mas tão somente ressaltar alguns aspectos, a partir de alguns autores “clássicos”, na perspectiva de demonstrar a existência desse debate para, posteriormente, avançar em relação às dimensões que assume o trabalho cooperativo.

³⁴ Segundo Joffily (1993), em 1810 e 1811, o trabalhador Ned (ou King) Ludd chefia uma luta contra as máquinas. Atacam fábricas, quebram teares e se refugiam nos bosques. Ficam conhecidos como o

As discussões e as polêmicas iniciaram desde as primeiras ações da classe operária industrial, ainda em formação, para se contrapor às conseqüências da inclusão das máquinas no novo modo de produção (Joffily, 1993) e ganharam fôlego na primeira metade do século XIX com as iniciativas dos chamados “socialistas utópicos”, também na tentativa de se contrapor às mazelas da produção capitalista.

Ao contrário dos luddistas, que viam nas máquinas a destruição de seus empregos, e com a continuidade de outras e variadas lutas da classe trabalhadora, Owen,³⁵ percebendo que as próprias máquinas são produto do trabalho, “(...) começou a pregar que a indústria em si é benéfica, ao baratear os bens de consumo, mas que ela deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e que os resultados do trabalho em comum deveriam ser repartidos eqüanamente” (Singer, 1999: 24).

Fourier também foi um grande pensador e propagador das experiências cooperativas. Escreveu duas obras importantes: *Novo mundo industrial*, onde discutiu a relação do mundo da cidade e do campo e *Novo mundo amoroso* onde discute que o homem não é só “homofaber”, mas é subjetividade, cultura, lazer. Para Fourier, a vida é prazer, é festa. Ele defendia que bastavam duas horas e meia por dia para trabalhar e produzir; as horas restantes deveriam ser destinadas ao lazer. Para isso criou uma espécie de “comuna” chamada de “falanstérios” - experiência de cooperativa onde o trabalho era organizado de forma alternativa, com rotatividade nas funções, autogestão, etc (Nascimento, 2000; Limberger, 1996).

Ao não concordarem com o modelo de organização da indústria moderna, na qual o trabalhador é expropriado de seus meios de produção, torna-se assalariado, pobre e miserável, os utópicos começaram a pensar e imaginar como seria uma sociedade diferente. Para isso, dedicaram-se bastante à educação e a imaginação, e, como ainda não havia um projeto político da classe operária consolidado (o socialismo científico), deram-se ao direito de fazer algumas experiências.

“movimento luddista”. Ver também Hobsbawm (1981).

³⁵“Era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados” (Marx, 1982a: 490-1).

Destacam-se, entre essas experiências, as cooperativas baseadas em outro processo de trabalho - a autogestão - e com outra relação com os meios de produção - a propriedade coletiva. Em relação ao crédito, eles foram buscar nos bancos oficiais; entretanto, com o avanço das experiências, os créditos (capitalistas) foram cortados e muitas cooperativas foram fechadas. Tornaram-se inviáveis.

Em 1844, de acordo com Singer (1999a) e Limberger (1996), militantes do movimento owenista fundaram em Rochdale uma cooperativa de consumo a qual chamaram “A Sociedade dos Pioneiros Eqüitativos” e adotaram uma série de princípios.³⁶ Baseada nestes princípios, esta Sociedade cresceu imensamente. O exemplo de Rochdale se irradiou pela Inglaterra e, mais tarde, para outros países. Hoje, a cooperativa de Rochdale é considerada a mãe de todas as cooperativas.

Em relação aos “pioneiros”, Marx e Engels ressaltaram e valorizaram aspectos das cooperativas. Enfatizaram, ao mesmo tempo, a importância do movimento cooperativo como uma forma de pressão para a conquista da jornada de trabalho de dez horas. Segundo Marx e Engels, esta lei não foi apenas um êxito prático, mas a demonstração de um princípio, o de que a economia da classe operária pode ser superior à economia política burguesa, ao comprovar na prática que uma produção em escala era possível sem que os meios de produção estivessem nas mãos de um capitalista ou de seus prepostos. Para Marx e Engels, o trabalho, sob as formas de emprego assalariado, de trabalho servil e de trabalho escravo, “é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que executa sua tarefa com gosto e alegria” (Marx e Engels, 1980: 26).

Em relação às experiências de trabalho cooperativo desenvolvidas desde Owen, Marx e Engels, afirmaram que estas experiências demonstraram também que, desenvolvidas por grupos isolados, não chegam a ter peso suficiente para impedir o

³⁶ Singer (1999a) destaca os seguintes princípios: a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondendo de um voto; a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos; qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa; todas as vendas seriam à vista; os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade; a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo e a Sociedade seria neutra política e religiosamente.

aumento da miséria das massas trabalhadoras e o monopólio sobre os meios de produção. Atuando esta forma, as experiências de trabalho cooperativo são impotentes para emancipar a classe trabalhadora. Para estes autores, “para significar realmente uma alternativa de emancipação, as cooperativas devem espalhar-se em nível nacional, sabendo que enfrentarão, do outro lado, os obstáculos que os capitalistas irão colocar na defesa de seus privilégios políticos e de seus monopólios econômicos. Nessas condições, o grande dever da classe operária é de conquistar o poder político” (Marx e Engels, 1980: 27).

Marx e Engels não se cansaram, desde o Manifesto de 1848, de ressaltar a importância da associação dos trabalhadores em todos os países e do fortalecimento dos laços fraternais de classe para que consigam construir uma frente comum de lutas emancipatórias. Para eles, o isolamento das lutas condena o movimento operário ao fracasso. Essa consciência - da unidade das lutas dos trabalhadores - foi demonstrada historicamente quando os operários criaram em assembléia pública, no 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também chamada Primeira Internacional Comunista, para ser o ponto culminante das organizações econômicas dos trabalhadores para a conquista do poder político.

Nas resoluções aprovadas em setembro de 1864, a Internacional, através de Marx e Engels, posicionou-se sobre o trabalho cooperativo. Para eles, a AIT não deveria impor nem um sistema doutrinário nem um modelo de cooperação, mas apenas limitar-se a alguns princípios gerais da cooperação, em termos de reconhecimento da importância das cooperativas, quais sejam: a) o movimento cooperativo tem um caráter transformador no qual transparece o antagonismo de classe; seu grande mérito é mostrar que a cooperação subordinada do capital, causadora da miséria da classe operária, pode ser superada pela “associação de produtores livres e iguais”; b) as experiências cooperativas, que decorrem de esforços dos assalariados ou que se restringem a um grupo pequeno de trabalhadores de um setor, não conseguem adquirir a necessária força para, por si só, transformar a sociedade capitalista. As mudanças que irão permitir as condições necessárias para converter a produção social para o trabalho cooperativo “jamais serão obtidas sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Portanto, o

poder de Estado arrancado das mãos dos capitalistas e dos latifundiários deve ser manejado pelos próprios produtores” (Marx e Engels, 1980: 29).

Além desses princípios, Marx e Engels (1980) deixaram três recomendações em relação às cooperativas: a) que os operários invistam mais na criação e manutenção de cooperativas de produção do que de consumo, porque aquelas subvertem o capitalismo em sua base enquanto o consumo só o afeta na superfície; b) a necessidade da propaganda dos princípios cooperativos na imprensa e oralmente, entre os operários; para tanto estes devem reservar fundos e estimular a criação de cooperativas de produção; c) o salário dos trabalhadores deve ser o mesmo para todos os sócios.

Ainda no século XIX, duas referências importantes em relação às cooperativas urge que se destaque: a primeira é a de Rosa Luxemburgo contida em sua obra *Reforma social ou revolução* (1986), na qual a autora se ocupa em responder ao revisionista Bernstein que propunha chegar ao socialismo através da organização política dos trabalhadores em sindicatos e da organização econômica em cooperativas e a segunda é de Karl Kaustki, em sua obra *A questão agrária* (1972).

Luxemburgo afirma que as cooperativas dentro do capitalismo são instituições de natureza híbrida: “constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas” (Luxemburgo, 1986: 87). A necessidade de submeter à exploração da força de trabalho aos mesmos moldes de uma empresa capitalista, constitui-se na principal contradição de uma empresa cooperativa dentro do sistema capitalista.

Devido a essa contradição, a existência das cooperativas no seio da economia capitalista, só poderia ser assegurada se fosse suprimida a contradição entre o modo de produção e o modo de troca. Isso exigiria a eliminação das leis da livre concorrência e a garantia de um mercado às cooperativas de produção. De acordo com as observações de Luxemburgo, estas cooperativas até poderiam, no melhor dos casos, garantir este

mercado aos produtos de primeira necessidade, comercializados em nível local, mas todos os setores mais importantes da produção capitalista, que domina o mercado mundial, estariam excluídos da organização cooperativa, tanto de produção como de consumo.

Ao se restringirem a ramos secundários da economia, diz Luxemburgo, as cooperativas não reúnem as condições para produzir mudanças substanciais no sistema capitalista. A opção pela organização da produção e do consumo em cooperativas, pulverizadas em pequenos grupos, como defendia Bernstein em sua obra *O socialismo evolucionário* (1966), seria um retrocesso à economia mercantil da Idade Média.

Nessa proposta, as cooperativas de produção seriam meros apêndices das cooperativas de consumo, abandonando a luta contra o capital no âmbito da produção, ou seja, contra o setor fundamental da economia capitalista. Ao abandonar a luta da classe trabalhadora contra o capital e ater-se somente a ataques ao capital comercial e a ramos secundários da economia capitalista, através do cooperativismo, seria impossível chegar-se ao socialismo, pensa Luxemburgo.

Kautski (1972: 161), por sua vez, não nega a importância das cooperativas, o que lhe interessa saber é “se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês em todos os casos em que a grande exploração é superior à pequena, e até onde vai essa superioridade”.

Ao partir dessa questão, o autor discute o programa agrário da social democracia na Alemanha, no final do século XIX. Em suas observações, Kautski constata que é entre os camponeses que as condições para a organização cooperativa estão menos desenvolvidas. Percebe também que existência de cooperativas agrícolas estão limitadas, preponderantemente, aos setores do crédito e do comércio e, nestes, a cooperação apresenta vantagens tanto à grande exploração quanto à pequena. Entretanto, a formação de cooperativas é mais fácil para os grandes proprietários, os quais dispõem de tempo livre, conhecimentos comerciais; igualmente as suas cooperativas são as que mais prosperam.

Os benefícios da cooperação podem ser estendidos aos pequenos camponeses, principalmente para o crédito, mas “a sociedade de venda só se poderá tornar verdadeiramente útil para a pequena exploração quando for possível levar os diferentes membros da sociedade a produzir uniformemente, segundo um plano uniforme e com meios uniformes” (Kautski, 1972: 165). Mas, para este autor, os camponeses alemães não estavam dispostos a fazer despesas de aprendizagem com esse objetivo. Ainda em relação aos pequenos camponeses, o mesmo autor reconhece a boa influência das cooperativas agrícolas de compra, ao suprimirem os intermediários. Mesmo assim, novamente, são os grandes proprietários os que obtêm produtos mais baratos.

Kautski afirma que os camponeses podem usufruir das vantagens da associação para além das compras e do comércio, ou seja, no domínio da própria agricultura, desde a produção, crédito e comércio.

É evidente que uma grande propriedade cultivada em cooperação pode fruir de todas as vantagens da grande exploração (...). Ao mesmo tempo, uma propriedade explorada por cooperativas deve beneficiar da superioridade do trabalho realizado para uso próprio em relação ao trabalho assalariado. Uma sociedade deste gênero deve, portanto, não só ser igual mas até superior à grande exploração capitalista (Kautski, 1972: 168)

Apesar de todas as vantagens, apesar da possibilidade de sucesso dos empreendimentos cooperativos e a constatação de que a agricultura se presta à associação, Kautski afirma que os camponeses não fazem grandes esforços para associar-se. Da mesma forma que os artesãos não envidam esforços para sair da produção isolada para uma produção associativa, os camponeses buscam apenas obter as vantagens da associação para a compra e a obtenção do crédito, mas não conseguem organizar-se associativamente para a produção.³⁷ Ao analisar as conseqüências dessa forma de organização dos camponeses alemães, Kautski conclui que os progressos econômicos advindos dessas sociedades não concorrem para o socialismo, como muitos pensam, mas ao próprio capitalismo.

³⁷ A compreensão das razões desse comportamento dos camponeses e a reflexão de Kautski do por que que a agricultura moderna não se presta à exploração em regime de cooperação será tratada no próximo capítulo.

Lenine, dirigente da Revolução Russa de 1917, não ficou de fora do debate acerca das cooperativas; tampouco eximiu-se de realçar o seu significado para a revolução soviética. Referindo-se às “antigas cooperativas”, ele afirmou que aquelas trilhavam a via do reformismo, pregavam a neutralidade política, substituíam a solidariedade internacional dos trabalhadores pela colaboração da classe operária com a burguesia de cada país, pregavam a idéia da entrada gradual no socialismo, sem passar pela ditadura do proletariado. Refere-se aos sonhos fantásticos³⁸ daqueles que colocavam na organização de cooperativas, isolada das lutas políticas, a possibilidade de transformar o sistema capitalista.

Em que consiste o caráter fantástico dos planos dos velhos cooperadores, a começar por Robert Owen? Em que eles sonhavam com a transformação pacífica da sociedade de então por meio do socialismo, sem ter em conta questões tão fundamentais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe operária, o derrubamento da dominação de classe dos exploradores. Por isso temos razão ao considerar esse socialismo “cooperativo” como pura fantasia, qualquer coisa de romântico e mesmo trivial pelos seus sonhos de que é possível transformar, pela simples cooperativização da população, os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a guerra de classes em paz de classes (...) sem a luta de classe pelo poder político no Estado não é possível realizar o socialismo (Lenine, 1980: 661).

Mas, ao discutir a Nova Política Econômica (NEP), em 1923, Lenine afirma que a cooperação adquire uma importância excepcional ao país naquele momento, uma vez que o poder político e os meios de produção já se encontram nas mãos da classe operária.

Actualmente no nosso país esse derrubamento [a tomada do poder político] já se verificou, e muito daquilo que era fantástico, mesmo romântico e mesmo trivial nos sonhos dos velhos cooperadores, torna-se uma realidade não disfarçada. Com efeito, uma vez que o poder de Estado está nas mãos da classe operária e uma vez que a este poder de Estado pertencem todos os meios de produção, só nos resta efectivamente a tarefa de cooperativizar a população (Lenine, 1980: 657).

³⁸ De acordo com Ruschel (2000: 6), “a utopia está em dar muita ênfase às conquistas limitadas, sem considerar as relações de produção que se estabelecem entre as classes sociais. As cooperativas tem papel importante porém limitado na modificação das estruturas sociais, elas devem sempre ser tomadas como instrumento e não como um fim”.

Nessa nova situação, ao invés de desprezar o sistema cooperativo, Lenine (1980: 658) resgata a sua importância, afirmando que o seu crescimento significa o crescimento do socialismo, “em primeiro lugar no aspecto de princípio (a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado), em segundo lugar no aspecto da passagem para uma nova ordem pelo caminho mais simples e acessível para o camponês”. Ao ver nas cooperativas revolucionárias, instrumentos de transição ao socialismo, Lenine, referindo-se às relações econômicas internas da Rússia, propunha que o centro de gravidade do trabalho fosse dirigido à ação cultural. “E este trabalho cultural no campesinato tem precisamente como objetivo econômico a cooperativização (...) essa cooperativização completa é impossível sem toda uma revolução cultural (...) tanto no aspecto puramente cultural (pois somos analfabetos) *como no aspecto material*” (Lenine, 1980: 662).

Além dessas questões colocadas por Lenine em relação às cooperativas, ele também escreveu, sobre o mesmo tema, as teses aprovadas no 3º Congresso da III Internacional Comunista, realizado em Moscou em 1921, as quais preconizavam: ajudar os trabalhadores em sua luta para a conquista do poder político e onde este poder político já foi conquistado, ajudar os trabalhadores a organizar a sociedade socialista; fazer da cooperação um instrumento de luta da classe pela revolução; fazer as cooperativas participarem das lutas políticas do proletariado; as cooperativas de produção podem agrupar pequenos produtores as fábricas ou grandes explorações comuns, afim de se desembaraçarem de sua mentalidade individualista para desenvolver o espírito coletivista.³⁹

Ao analisar, atualmente, o surgimento de inúmeras cooperativas ou Organizações Econômicas Populares (OEPs) e refletindo sobre a sua natureza, potencialidades e limites, a educadora Lia Vargas Tiriba, pensa que essas experiências “podem muitas vezes representar os germes de uma nova cultura do trabalho, apresentando-se como alternativa à crise do emprego e/ou como parte integrante do projeto maior de transformação da sociedade” (Tiriba, 1998: 191).

³⁹ Ver mais sobre as teses em: *III Internacional Comunista: manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso*. Trad. Cássia Corintha Pinto. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p.181-184.

Ao mesmo tempo, Tiriba (1998) afirma que essas experiências, dependendo de sua organização e fins, contribuem para a continuidade do modelo atual de produção e reprodução do capital. Destacam-se neste item, as “cooperativas tradicionais” - capitalistas em sua forma de produção, gestão e apropriação - ou as “cooperativas de trabalhadores” - organizadas para servirem de mecanismos de redução de custos das empresas e do poder público, atuando como uma “parceira terceirizada”.⁴⁰

Contribuem também, nessa mesma direção, segundo a mesma autora, algumas medidas do governo federal para desregulamentar as atuais leis trabalhistas, estabelecendo mecanismos que facilitam esta forma de organização do trabalho. As cooperativas de trabalhadores em nome de combater o desemprego podem tornar-se, desta forma, mecanismos para viabilizar o ajuste daqueles que o geram, favorecendo as exigências do novo modelo de acumulação do capital, baseado na descentralização, no uso de novas e modernas tecnologias e na flexibilização das relações entre capital e trabalho (Tiriba, 1998; Ribeiro, 2001).

Essa dualidade em relação à natureza das cooperativas também é percebida por Ruschel, quando afirma:

O cooperativismo pode fortalecer o sistema capitalista na medida em que perpetua a divisão classista da sociedade e a exploração do trabalhador através da apropriação do excedente por ele produzido, ao mesmo tempo, pode-se apresentar como um modelo alternativo de organização social. O cooperativismo como projeto de emancipação social, impõe restrições, no entanto adquire importância como instrumento de autonomia, como ferramenta de luta contra o capitalismo na construção de uma nova sociedade, como um instrumento estratégico de organização dos trabalhadores para o aprendizado da auto-gestão (Ruschel, 2000: 7).

Ao voltar o olhar na direção do desenvolvimento do trabalho cooperativo em uma CPA do MST não podemos, portanto, ignorar o seu caráter contraditório, próprio de sua natureza. As organizações cooperativas podem, dependendo das formas e dos

⁴⁰ O empresário Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro, em artigo publicado em 29/9/96 no Jornal do Brasil, explicou as vantagens destas cooperativas: “(...) porque com as cooperativas desaparecem, da parte das empresas, os gastos desnecessários com chefias intermediárias, as perdas de tempo trabalhado, o desperdício de potencialidades, os passivos trabalhistas, os inconvenientes da rigidez e o custo evitável com contribuições improdutivas”.

fins para os quais se organiza, carregar potencialidades emancipatórias e educativas, mas igualmente podem, isoladas, desconectadas de um projeto político e, dependendo das formas e dos fins para os quais se organiza, legitimar e reproduzir relações capitalistas de produção, comercialização e acumulação.

2.5 - A concepção de cooperação do MST

No interior do MST, a organização da produção e do trabalho cooperativo, objeto desta pesquisa, ao ser concebido como espaço e princípio educativo, está organizado no Sistema Cooperativista dos Assentados, o SCA, formando um setor específico da organização interna do Movimento, o que lhe dá características e concepções próprias e diferenciadas das demais experiências, que vão desde o “cooperativismo tradicional” até às experiências hoje difundidas e concebidas, genericamente, sob o título de “Economia Popular e Solidária”.⁴¹ Excetuando-se o SCA, não está ao alcance desta pesquisa adentrar na análise da natureza, potencialidades ou limites das demais experiências. Noutro momento, talvez, com mais tempo, essa tarefa possa ser realizada.

No interior do MST, a cooperação ou o seu “modelo cooperativo” adquire contornos próprios. Para o MST, a luta pela terra é por si só uma experiência de associação, de cooperação. Os sem-terra tiveram que se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra, nas reuniões preparatórias à ocupação, no acampamento, nas marchas, nas lutas e enfrentamentos, nos assentamentos... Mas a cooperação agrícola, propriamente dita, começa quando são conquistadas as primeiras áreas, vindo, com estas, o desafio de viabilizar a produção (Ferreira, 2000).

⁴¹ Atualmente no Brasil, especialmente a partir da última década do século XX, tomou destaque o desenvolvimento de experiências de organização do trabalho e da produção sob bases cooperativadas. Vários autores estão se voltando à pesquisa dessas experiências. São inúmeras as denominações/conceituações atuais às experiências relacionadas ao trabalho cooperativo: Organizações Econômicas Populares–OEPs (Tiriba,1998), Economia Solidária (Singer,1999a;1999b), Economia de Solidariedade (Razeto,1993;1997), Empreendimentos Econômicos Solidários (Gaiger,1999), Colaboração Solidária (Mance, 2000), Economia Popular (Corragio, 1996; 1997), Sócio-Economia Solidária (Arruda, 1998), Desenvolvimento Sustentável Solidário (Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores-ADS/CUT), Economia Popular e Solidária, etc. A partir da consulta destes autores

A história da humanidade mostra-nos que o processo de produção é um processo social, onde as pessoas cooperam, dependem uma das outras para gerar riqueza, desde os sistemas mais rudimentares aos mais avançados tecnologicamente. Entretanto, não são as formas de cooperação em si - mutirão, condomínios, linha de produção, associações, cooperativas e outros - que determinam esses sistemas, mas as relações que acontecem entre os indivíduos, os indivíduos com a natureza e esses com a sociedade no processo de produção e distribuição da riqueza (Zamberlam & Fronchetti, 1992).

Essas relações estabelecidas foram e são históricas. No modo de produção comunal primitivo, escravista, feudal, capitalista e socialista aparece a cooperação como uma determinada forma de organização do trabalho e o que os diferencia são os tipos de relações sociais de produção que se estabelecem. “Estas relações dizem respeito à propriedade dos meios de produção, à organização, à administração, à gestão do processo produtivo e à distribuição dos benefícios obtidos” (Guerra, 1991: 115).⁴²

Para o MST, a cooperação agrícola - introdução da divisão social e técnica do trabalho no trabalho agrícola ou agroindustrial - é a maneira de somar os esforços de cada assentado, em vista da realização conjunta dos processos produtivos, adquirir máquinas e ferramentas, produzir uma lavoura em conjunto, organizar uma cooperativa, uma agroindústria, etc (Concrab 1998).

As relações sociais de produção que se estabelecem entre os assentados na prática cooperativa do MST, respondem por duas demandas. A primeira diz respeito às necessidades imediatas de viabilização da produção, aos benefícios econômicos. Os benefícios econômicos da cooperação, da divisão social do trabalho, manifestam-se no aumento da produção, na diminuição dos custos e no aumento da produtividade do trabalho. A cooperação não se limita, entretanto, a estes benefícios.

A segunda responde pela dimensão política. As experiências de realização de atividades conjuntas, não apenas produtivas, respondem às demandas políticas, ao

supra citados, além de outros, é possível aprofundar esta temática.

⁴² Sobre a cooperação e as relações sociais de produção no modo de produção capitalista ver item anterior

tornarem-se uma forma dos pequenos agricultores enfrentar as políticas do governo e dos latifundiários, que são contrárias aos seus interesses. A cooperação no interior do MST, combinada às demandas econômicas e políticas, responde também a uma demanda estratégica, ao vincular-se a um projeto de sociedade.

Por isso, a concepção de cooperação do MST visa o desenvolvimento econômico e social dos assentados e também vincula-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, de ruptura com o capitalismo. Não é, portanto, uma prática social limitada aos seus benefícios econômicos. Para o MST, a cooperação agrícola é uma prática social diferenciada, capaz de trazer os benefícios econômicos necessários aos assentados, mas, ao mesmo tempo, capaz de contribuir na luta por uma nova sociedade. Transforma-se, desta forma, num instrumento de luta e numa ferramenta de organização do Movimento, capaz de liberar pessoas e militantes para a luta econômica e política, capaz de incentivar e praticar novos valores, novas relações sociais, etc (Zamberlam & Froncheti, 1992; Concrab, 1998).

Para responder às demandas econômicas e políticas, a cooperação agrícola no interior do MST assenta-se em alguns princípios gerais, o que lhe dá características específicas e diferenciadas, especialmente do cooperativismo tradicional: a necessidade comanda a vontade - o ato de cooperar é uma necessidade para melhor sobreviver, por isso, deve sobrepor-se e comandar a vontade. Avançará a cooperação se os assentados tornarem-se dependente dela para viver melhor. São as condições objetivas e não a vontade dos assentados que determinam este avanço; gestão democrática - participação e responsabilidade para todos os membros do coletivo; neutralidade religiosa, racial e partidária e também cumprir um papel formativo.

O MST definiu também alguns princípios para implantar a cooperação nos assentamentos: massificar a cooperação, porque o importante não é a forma mas o ato de cooperar; iniciar a cooperação das formas mais simples às mais complexas e o que determina o avanço da cooperação são as condições objetivas e não a vontade dos assentados.

Além dos princípios gerais e dos princípios para a implantação da cooperação, o Movimento preconiza alguns princípios organizativos em relação à cooperação: a organização de base social dos assentados deve dar-se via os núcleos de base; nas cooperativas, a distribuição das sobras deve dar-se de acordo com a participação de cada associado nas operações da cooperativa; a direção deve ser exercida coletivamente e a cooperação nos assentamentos e, de forma especial, as cooperativas ligadas ao SCA, devem ser uma ferramenta de luta para a conquista da Reforma Agrária e para a transformação da sociedade, contribuindo na formação político-ideológica dos assentados, fomentando a mística e a capacidade de crítica e autocrítica no interior dos assentamentos, participando nas lutas e ações de solidariedade do MST e da classe trabalhadora.

Além disso, somam-se alguns princípios relacionados à direção, a qual deve ser exercida coletivamente, com divisão clara de tarefas e funções, com profissionalismo, polivalência, disciplina, planejamento, submetendo-se ao centralismo democrático, à crítica e auto-crítica, manter a vinculação permanente com a base e ter também como princípio a sua formação política, ideológica, científica (Concrab, 1998).

Para o MST, é importante encarar a cooperação como um processo. O desenvolvimento de formas de cooperação é um processo gradual. É algo que se vai construindo com as próprias experiências dos assentados e das demais experiências do Movimento. A cooperação no interior do MST foi e está sendo construída ao longo de sua história.

No período de origem do MST, demarcado entre os anos de 1979/1984, a questão central que impulsionava o Movimento era a conquista da terra. A discussão sobre a produção era marginal. Nesta fase, o MST ainda incorporava as idéias e a cultura que bastava a terra e, a partir dali, cabia ao “pequeno proprietário”, ao “pequeno agricultor” produzir com a sua parcela de terra e resolver sozinho os seus problemas. Geralmente os assentados, neste período, se limitavam a copiar ou repetir as suas experiências anteriores ao acampamento. A cooperação se limitava a algumas ações espontâneas.

Entretanto, a partir de 1985, a questão da produção começou a ficar preocupante no MST. Com a produção limitada apenas à produção de subsistência e cada assentado resolvendo as suas questões individualmente, corria-se o risco de, num curto espaço de tempo, os assentados serem obrigados a entregar a terra por não ter condições de sobreviver.

No seu I Congresso Nacional, em janeiro de 1985, ainda se falava muito pouco dos assentamentos e dos assentados. Mas, a partir deste ano, visando atender ao desafio de tirar da terra o sustento e incorporar os assentados organicamente ao Movimento, o MST, passou a desenvolver atividades buscando melhorar a organização da produção. Por um lado, através de pequenos grupos e associações onde trabalhavam a terra conjuntamente, as máquinas e implementos eram de uso coletivo e, por outro, através de grandes associações, onde o trabalho e a produção não eram organizados coletivamente. Criou-se uma organização coletiva de representação política e de prestação de serviço aos assentados. Estas experiências conseguiram liberar lideranças ao Movimento para fazer este trabalho de formação.

Em maio de 1986, aconteceu o I Encontro Nacional dos Assentados. Neste encontro, houve uma síntese das duas experiências anteriores. Pela primeira vez, o MST discutiu como organizar, ao mesmo tempo, os assentados e a produção. Participaram setenta e seis assentamentos, representando onze estados. Decidiu-se também neste encontro que os assentados são o MST, a sua base, e não um movimento à parte. Surgiu dali a Comissão Nacional dos Assentados, a qual iniciou a estruturação no MST do Setor dos Assentados. Esta Comissão funcionou de 1986 até 1989 (Concrab, 1998; Fernandes, 2000). A decisão de organizar os assentados enquanto Movimento foi aprovada no III Encontro Nacional do MST, em 1987.

O primeiro “Manual de Cooperação Agrícola” do MST, incentivando cursos de economia política e de cooperação agrícola, foi publicado em maio de 1988. No mês de setembro do ano seguinte, através da Secretaria Regional do Nordeste, foi elaborado o “Manual para estruturação, organização e administração dos grupos coletivos”. Em 1989 foi dissolvida a Comissão Nacional dos Assentados e a organização da produção passou a ser feita através dos Laboratórios Organizacionais. Com a percepção de que

não bastava só ter a terra, mas era necessário torná-la produtiva, também nesse ano, iniciou-se uma profunda avaliação de toda a política de estímulo à Cooperação Agrícola com vistas a melhorá-la. Destas experiências e de longos debates surgidos em seminários organizados para discutir a organização econômica dos assentamentos foi decidida a criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos, o SCA, para estruturar a organização política dos assentados e a organização da produção.

A produção começou a ser considerada tão importante como as ocupações e a conquista da terra. Inicia-se a consolidação do SCA com a formação no seu interior de Associações, Grupos Coletivos, Cooperativas de Comercialização Regional, Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Crédito. Em junho de 1990, foi publicado pelo Movimento o “Documento básico para discussão nos Estados” para iniciar a implantação do SCA, a sua estrutura organizativa, objetivos, etc.

Entre 1991 e 1992, o setor dos assentados do Movimento organiza-se como setor de produção do MST. Em janeiro de 1992, o SCA passa a ser chamado de Sistema Cooperativista dos Assentados. Nesse mesmo ano, acontece também o primeiro Curso Nacional de Dirigentes do SCA e no dia 15 de maio é formada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB).⁴³ Neste momento, o SCA passou a ser um setor do MST, incluindo toda a organização do Movimento, desde os grupos, associações, cooperativas e também os assentados individuais.

O SCA vem se construindo com as experiências de organizar a produção desde os primeiros assentamentos combinado com as necessidades políticas e estratégicas do Movimento. É uma trajetória de avanços, de crise, de mudanças de processos produtivos, de aperfeiçoamento de objetivos, de princípios, de linhas políticas, de

⁴³ Em relação a formação da CONCRAB, Gohn (1997) afirma que o Movimento a formou com a finalidade de promover cursos, organizar laboratórios experimentais no campo, articular convênios e financiamentos, elaborar cartilhas e promover a capacitação técnica dos assentados. Ainda em relação a formação da CONCRAB e do ITERRA esta autora afirma que estas iniciativas se devem a alterações na política do MST. “Nos anos 80 ela estava assentada numa plataforma política que enfatizava o caráter socialista e revolucionário da luta. As mudanças na conjuntura internacional levaram a coordenação do MST a rever suas estratégias e objetivos de ação. Integrar-se à economia de mercado e formar cooperativas que almejem atingir até mercados externos passaram a ser metas do movimento. Ou seja, a inserção dos assentamentos numa economia competitiva de mercado capitalista tornou-se uma frente de luta” (Gohn, 1997: 149).

diferentes formas de implantação. Para contribuir para o processo de cooperação em seu interior, o MST elaborou várias publicações⁴⁴ e cursos.⁴⁵

Enquanto um setor do MST, o SCA, contribui na construção e implementação da estratégia geral do Movimento, através de atribuições específicas: sendo sua retaguarda ao proporcionar militantes e dirigentes e criar condições materiais para a luta; desenvolver a consciência política na base; construir a sua organicidade; engajar-se na sociedade, fazendo articulação política e ajudando a organizar outros segmentos sociais e a vivenciar novos valores nos assentamentos.

Uma das principais diretrizes do SCA é que este setor do MST soma-se à luta pela construção de um novo cooperativismo no Brasil, ao se caracterizar por ser alternativo ao modelo econômico capitalista,⁴⁶ ser diferente do cooperativismo tradicional⁴⁷ e por ser de oposição à política neoliberal.⁴⁸

⁴⁴ Em abril de 1993, publicou o Caderno de Formação nº20 - “A Cooperação Agrícola nos Assentamentos”; em março de 1994 é publicado o Caderno de Formação nº21 – “Questões práticas sobre cooperativas de produção” e em 1996 é elaborada a cartilha “Caderno de Cooperação Agrícola nº5”. Esta cartilha atualiza e sintetiza todas as questões referentes ao Sistema Cooperativista dos Assentados, aprovadas no II Seminário Nacional sobre as perspectivas da Cooperação no MST. Uma segunda edição deste caderno foi publicada em junho de 1998.

⁴⁵ Em relação aos cursos, duas iniciativas foram tomadas. A primeira, em junho de 1993, objetivando a superação da questão da administração das cooperativas, é criado o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e a segunda, em janeiro de 1995, é fundado Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis, e nele a Escola Josué de Castro, para assumir o curso TAC e o Magistério, em vista da formação de militantes, professores e técnicos ao MST e capacitação de mão-de-obra na área de agroindústria (Concrab, 1998; Camini, 1998; Fernandes, 2000; Caldart, 2000).

⁴⁶ Ser alternativo ao modelo econômico capitalista demonstrando à sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores. Isto implica na apropriação, pelos trabalhadores, dos instrumentos de gestão da cooperativa, além de construir um mercado popular, combinando campo e cidade. “(...) a postura do SCA é buscar brechas possíveis, propondo a comercialização nos mercados locais e regionais, bem como procurando criar alternativas, como por exemplo: a criação de mercados solidários” (Fernandes, 2000: 245).

⁴⁷ Um novo cooperativismo que seja diferente do cooperativismo tradicional, priorizando o desenvolvimento do associado e a cooperação entre os associados e entre as próprias cooperativas do Sistema. Um sistema diferente por organizar os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base, os quais vinculam-se organicamente ao MST, conscientizando e politizando os assentados, desenvolvendo as atividades do Movimento e a democracia no interior do assentamento; diferente também por adotar direção coletiva nas cooperativas com critérios de distribuição das sobras correspondente à participação proporcional de cada sócio nas atividades da cooperativa, constituindo-se em mais uma ferramenta de luta dos trabalhadores (Concrab, 1998).

⁴⁸ Um novo cooperativismo, de oposição frente à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional, visando a construção de um modelo de cooperativismo próprio do MST, autônomo na organização e na representação, que respeite as diferenças regionais e que aponte um modelo tecnológico alternativo (Concrab, 1998).

Ao nascer para especializar-se na organização da produção, o SCA, hoje, aglutina, organiza, representa politicamente, presta serviços, capacita tecnicamente os assentados e contribui com a organicidade do MST.

Ao ter por finalidade massificar a cooperação agrícola nos assentamentos em suas várias formas, o SCA é responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural e pela comercialização dos produtos. Soma-se a isso, a responsabilidade pela mobilização social dos assentados diante da política agrícola e econômica do governo e pela melhoria das condições básicas dos assentados.

Quanto aos objetivos do SCA, estão divididos em orgânicos, sócio-políticos e econômicos.⁴⁹ Entre os objetivos orgânicos destacam-se: transformar a ideologia do camponês, ou seja, substituir o “meu” pelo “nosso”; mudar o jeito artesão de trabalhar e ver o mundo; criar condições materiais para a luta social e política do Movimento e desenvolver a consciência social e política, estabelecendo uma nova visão de sociedade e engajar-se nela.

Em relação aos objetivos sócio-políticos, estão assim elencados: ser uma forma de resistência ao capitalismo; vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta; provar que a Reforma Agrária é viável; servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela Reforma Agrária; aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; acumular forças para a transformação da sociedade; criar melhores condições de vida para as famílias assentadas; formar e capacitar quadros políticos e técnicos ao MST e ao conjunto da luta dos trabalhadores; contribuir para a construção do Homem Novo e da Mulher Nova. Pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras (Concrab, 1998).

⁴⁹ Os objetivos econômicos do SCA relacionam-se com a organização da produção e sua eficiência econômica. Para isso visam: ajudar a resolver os problemas econômicos das famílias assentadas; produzir resultados financeiros às famílias; aumentar o progresso econômico e social, aumentando a produtividade do trabalho, utilizando racionalmente a área e os recursos naturais disponíveis e diminuindo a exploração dos trabalhadores; modernizar a produção no campo de acordo com as características da agricultura familiar cooperativada; desenvolver a agroindústria; desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentados e também propor um novo modelo de produção agropecuária a todos os trabalhadores do campo (Concrab, 1998: 13/14).

As linhas políticas a serem implementadas pelo SCA, a fim de realizar os objetivos propostos, incluem: o SCA é um setor do MST e a ele deve estar subordinado; deve ser e ter uma estrutura única; precisa trabalhar com todos os assentamentos e todos os assentados, independente da forma de cooperação por eles adotadas; contribuir com o conjunto do MST; organizar os assentados em núcleos de base e implementar a agroindústria⁵⁰ e a indústria no campo.

Quanto à estrutura organizativa do SCA, o Movimento tem estimulado a organização da produção e dos serviços ao nível local, através de Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção Agropecuária-CPA's e Cooperativas de Prestação de Serviços-CPS's. Ao nível estadual, em Cooperativas Centrais de Reforma Agrária-CCA's. Articulado este Sistema Cooperativista dos Assentados tem-se, ao nível nacional, a CONCRAB, que procura articular as demandas e as potencialidades regionais otimizando esforços e recursos em vistas do desenvolvimento socio-econômico das famílias assentadas (Concrab, 1998).

Essa estrutura organizativa responde às várias e diferentes formas de cooperação, integrando os assentados. Essas formas de cooperação vão desde as formas mais simples como os Mutirões,⁵¹ Núcleos de Produção,⁵² Associações,⁵³ Grupos Semi-

⁵⁰ “Os assentamentos de Reforma Agrária, antigos sem-terra, mostram a capacidade de gestão e de criação de novos empreendimentos econômicos geradores de renda e emprego no interior do Brasil. São mais de 700 municípios pequenos e médios que começam a se beneficiar dos resultados do Programa de Agroindústria desenvolvido pela CONCRAB. O Programa representa impacto significativo nas regiões onde é implantado. O principal objetivo é agregar valor à produção agrícola, elevando os níveis de renda das famílias. Entre diversos benefícios, o Programa de Agroindústrias assegura a criação de novos postos de trabalho, absorvendo mão-de-obra e elevando o nível de qualificação do trabalhador do campo. Viabiliza a fixação da juventude nos assentamentos, contendo o processo de migração para outras regiões ou áreas urbanas já saturadas. O Programa de Agroindústria visa o processamento da produção, da secagem, a armazenagem e a classificação dos produtos, até o acabamento final da matéria-prima, passando por etapas intermediárias de beneficiamento parcial do produto. A participação no projeto é um passo importante para superar as dificuldades em relação ao mercado, à gestão agroindustrial, criando, assim, agroindústrias competitivas. O Programa contempla todas as etapas necessárias à implantação das unidades industriais. Das análises da viabilidade técnica, financeira e de mercado, até a avaliação das instalações industriais e de capital de giro necessário. Garante estudo de inserção no mercado, com a criação e desenvolvimento de setores comerciais locais e regionais e o uso de estratégia de marketing” (<http://www.mst.org.br/concrab/2000>).

⁵¹ O mutirão é uma forma simples de cooperação e acontece ocasionalmente entre os assentados individuais para fazer capina, colheita, plantio, etc (Concrab, 1998: 61).

⁵² Os núcleos de produção são assentados individuais que se unem por proximidade, parentesco ou linha de produção para organizar a produção e também para discutir as propostas do MST (Concrab, 1998: 62).

⁵³ As associações podem ser de vários tipos e a produção acontece no lote familiar ou no semi-coletivo.

coletivos⁵⁴ até às mais complexas como os Grupos Coletivos,⁵⁵ as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS),⁵⁶ que, por causa de sua abrangência, podem ampliar-se em Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR) e também em Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), as Cooperativas de Crédito (CC) e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA).

Em relação às CPAs, elas foram implantadas como experiências de cooperação no MST a partir de 1989, e despontam como uma forma superior de organização da produção. Uma CPA diferencia-se de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva ao ser registrada como uma empresa cooperativista, e, enquanto tal, é regida pela legislação pertinente. As CPAs constituem-se também numa estrutura complexa, na qual a produção, a gestão e o trabalho são coletivos. Para formar uma CPA, o MST, exige a aplicação de alguns requisitos: a terra deve estar sob controle coletivo, liberar quadros, estar em uma área estratégica e ter um plano estratégico de desenvolvimento.

De acordo com o MST, a principal característica de uma CPA é que a terra permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado.

Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que a passa para o controle da cooperativa, mas pode haver titulação da terra em nome da CPA. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA.

Geralmente a associação é mais para prestar algum serviço aos assentados, seja na aquisição de animais, máquinas, benfeitorias, comercialização ou representação dos assentados (Concrab, 1998: 61/4).

⁵⁴ Os grupos semi-coletivos acontecem quando as pessoas produzem no lote familiar e tem algumas linhas de produção conjuntas, voltadas para a comercialização (Concrab, 1998: 61)

⁵⁵ Os grupos coletivos são experiências mais complexas de cooperação e representam um grau de consciência mais elevado porque as pessoas já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva. É uma experiência prática de cooperação que, de certa forma, já prepara para a CPA (Concrab, 1998: 65/6).

⁵⁶ A CPS visa organizar as principais linhas de produção dos assentados, independente da forma que estes estejam organizados. A CPS faz a comercialização dos produtos, presta serviço de assistência técnica, fornece insumos, trabalha com a definição de linhas de produção, capacitação técnica e política, além de poder produzir algum bem ou produto. A CPS pode ampliar-se para CPSR e também para CPPS (Concrab, 1998: 67/70).

Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se transformam em investimentos considerados pela legislação fundos indivisíveis. Nesse caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em casos de dissolução ou desistência.

A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados - os trabalhadores. O trabalho é controlado por hora trabalhada e a sua remuneração depende da produção global da cooperativa.

O planejamento da produção na CPA - planos de produção de curto, médio e de longo prazo - é centralizado no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, definem-se as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. As moradias, normalmente, organizam-se em agrovilas e as CPAs têm que ser legalizadas, inclusive com registro na Junta Comercial (Concrab, 1998).

Ao analisarem a cooperação em uma CPA, Zamberlam & Froncheti (1992: 67), afirmam que é uma forma integral de cooperação ao trabalhar a dimensão econômica e também por se preocupar em trabalhar as relações sociais, “modificando as práticas sociais das pessoas no grupo e as relações desse grupo com outros grupos, com a sociedade e com a natureza”, através da coletivização da terra e dos meios de trabalho, do rompimento da estrutura hierárquica de poder (homem x mulher, capital x trabalho), ao buscar estabelecer novas relações entre produtores e consumidores e também por buscar uma relação harmoniosa com a natureza.

CAPÍTULO III

O CARÁTER DE CLASSE DOS CAMPONESES

Há uma definição clara do MST, através do SCA, de que o importante é cooperativizar e, no intuito de massificar essa cooperação, existem diversos níveis de cooperativização nos assentamentos. De certa forma, esses níveis estão submetidos ao nível de disposição dos assentados em cooperar. Essa amplitude de níveis do SCA respeita a diversidade de concepções, práticas e consciências dos assentados, não abandonando, contudo, a concepção do Movimento.

Apesar disso, o número de Sem Terras organizados sob a forma cooperativa, em seu nível mais profundo, desde a CPA até a sua Confederação, é muito baixo. De acordo com o trabalho de campo, das 232 famílias assentadas na Fazenda Anoni (Fase IV), esse número não ultrapassa três dezenas. A maioria absoluta dos assentados participa da coletivização visando apenas ao crédito e à comercialização e não à produção, crédito e comercialização. Por que acontece isso?

As contradições desse processo, sem dúvida, é uma questão que extrapola os assentados do MST, não cabendo, portanto, nenhum juízo de valor sobre as opções de cada assentado após a conquista da terra, tampouco em relação às concepções do Movimento. As contradições têm a ver com a própria constituição de classe dos camponeses e/ou agricultores em geral e também com a forma específica de formação dessa classe no Brasil, que percorreu um caminho próprio.

A reflexão aqui exposta nos parágrafos seguintes objetiva levantar alguns elementos relacionados ao fenômeno de constituição de classe dos camponeses em geral e também a especificidade brasileira, sua formação e suas lutas, com o intuito de encontrar o ‘rosto histórico’ dos sujeitos pesquisados assim como compreender o processo histórico que forjou a formação do próprio Movimento, com seus avanços e contradições.

3.1 - Camponeses: uma relação diferenciada com o capital

Os camponeses, os lavradores do campo, os agricultores, os trabalhadores assentados, que têm a posse ou a propriedade da terra, estabelecem uma relação de subordinação com o capital diferenciada dos trabalhadores assalariados. Enquanto estes se defrontam com o capital apenas com a sua força de trabalho (é a única mercadoria que possuem), expropriados de seus instrumentos e meios de trabalho, aqueles relacionam-se com o capital através do produto de seu trabalho. Apesar de ambos serem violentados pelo capital, experimentam processos sociais diferenciados, constituindo-se entre si classes sociais diferentes. Nas palavras de José de Souza Martins:

O trabalhador da fábrica e o lavrador do campo vivem, em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes. São por isso classes sociais diferentes. O operário da fábrica é um trabalhador expropriado das ferramentas, máquinas, instrumentos e objetos de trabalho. Não tem outro remédio, para sobreviver, senão o de vender ao patrão, ao capitalista, a única propriedade que possui, que é a da sua capacidade de trabalho, a força dos seus braços (...). Quando, porém, o trabalhador é proprietário dos seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas, sua terra, esse processo atinge o fruto do seu trabalho, mas não o atinge diretamente. Ele comparece ao mercado, sozinho, dono das coisas que produziu (...). As suas condições individuais e familiares de trabalho, isoladas, produzem também uma consciência, uma visão de mundo, que reflete, que expressa esse isolamento (Martins, 1982: 13-15).

Essa consciência e essa visão de mundo próprias do camponês levam-nos a dar respostas diferenciadas dos assalariados ao mesmo adversário. O trabalhador assalariado vende diretamente a sua força de trabalho; produz as mercadorias com outros

trabalhadores, através do trabalho combinado, social; experimenta direta e diariamente a contradição do caráter social de sua produção e a apropriação privada do capitalista e, ao tomar consciência dessa violência, sabe que não pode libertar-se dessa situação sozinho, a não ser junto com os seus companheiros. De acordo com Martins, com o camponês acontece um processo diferente.

Só uma força de fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social. O capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários. (...) O trabalhador que trabalha isoladamente com a sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e a força política de todos os lavradores da sua sociedade. Somente quando o capital, de fora da sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe. Essa descoberta se dá pela mediação do capital (Martins, 1982: 15-16).

Contraditoriamente, é justamente na luta contra essa força exercida pelo capital na tentativa de subordiná-lo e expropriá-lo que o camponês, o lavrador, o pequeno agricultor, agarra-se com unhas e dentes à sua propriedade. Para o agricultor, em sua relação com o capital, a propriedade privada aparece como garantia de sua sobrevivência e de sua família.

Ao analisar a produção dos camponeses alemães⁵⁷ do século XIX, Kautski (1972: 175) afirma que o “camponês está ainda muito mais preso ao seu pedaço de terra do que o artesão à sua oficina. Quanto mais aumenta a população, quanto mais disputado é o solo, mais obstinadamente ele se agarra ao seu torrão”. É agindo dessa

⁵⁷ Sobre esta questão, Marx, ao analisar os camponeses franceses em sua obra: O 18 Brumário de Louis Bonaparte, afirmou: “Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situações idêntica, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo. (...) Cada família camponesa basta-se, pouco mais ou menos, a si própria, produz imediatamente ela própria a maior parte do seu consumo e obtém assim os seus meios de vida mais na troca com a natureza do que com o intercâmbio com a sociedade. A parcela, o camponês e a família; e ao lado, uma parcela, um outro camponês e uma outra família. (...) Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome” (MARX, Karl. O 18

forma que o camponês opõem-se ao movimento de expropriação e subordinação empreendido pelo capital. De acordo com este autor, nessa luta contra o capital, cria-se uma espécie de *fanatismo de propriedade*.

Por essa constituição de classe, própria do camponês, pelo apego à propriedade individual da terra e dos meios de trabalho, em sua luta contra o capital, o camponês desenvolve e reforça características de organização do seu trabalho assentadas no particular e no individual. Por isso, qualquer proposta que venha questionar ou modificar esta forma de organização do trabalho e da produção individual a uma forma de organização do trabalho e da produção socializada ou cooperativa, o camponês ressent-se, fica inseguro, desconfiado e sente-se até ameaçado. Por que isso acontece?

Para organizar a produção coletiva, o camponês precisa abrir mão de sua propriedade individual e colocar os seus meios de produção à exploração coletiva. E, se por alguma razão, a sociedade não prosperar e vier a falir, o camponês terá perdido o seu torrão. Kautski (1972) identificou aí as razões da indisposição dos camponeses alemães em aderir à produção cooperativa, mesmo com todas as vantagens inegáveis dessa forma de organização da produção. Este autor, ao mesmo tempo, afirma que essa insegurança dos camponeses terá condições de ser superada no momento em que as relações de produção da sociedade não mais lhes ameaçar em subverter os meios de sua sobrevivência.

Outro autor que trata desta questão é Lenine, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, em 1918. Para ele, o advento da revolução estava trazendo a dualidade do campesinato tanto do ponto de vista da sua situação, assim como do seu papel.

De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corvéia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas

numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contrarrevolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (Lênin, 1982: 9-10).

Como podemos ver, ao mesmo tempo em que os camponeses lutavam contra as condições de servidão e pauperização, “as organizações camponesas manifestavam elementos conservadores muito fortes, oriundos de suas origens de proprietários de terras” (Ribeiro, 1987: 186).

3.2 - Camponeses brasileiros: uma construção histórica específica

É preciso considerar que a situação de autonomia dos camponeses feudais europeus, analisada especialmente por Kautski, Marx e Lenine, construída em um longo processo histórico, não é a mesma dos agricultores brasileiros, impropriamente denominados de “camponeses”, ao serem comparados aos trabalhadores rurais europeus. As relações de produção predominantes no campo brasileiro, as relações de propriedade com a terra e os enfrentamentos com o capital, ao longo da história, percorreram um caminho diferenciado do europeu, muito particular, fragmentário em sua essência (Maestri, 2001).

Não objetivando reconstituir a formação histórica camponesa no Brasil, mas tão somente ressaltar alguns aspectos de sua especificidade para compreender, através desses traços distintos, a constituição dos sujeitos pesquisados, reporto-me às elaborações do historiador Mário Maestri (2001), o qual identifica a trajetória de construção camponesa no Brasil na existência de cinco vias distintas: a *nativa*, a *cabocla*, a *quilombola* a *escravista* e a via *colonial*. É dessas diferentes formações sociais camponesas que emerge o MST.

Os nativos tupis - população estimada em um milhão em 1500 e que, à época da *descoberta*, habitavam ao longo da costa litorânea brasileira -, viviam em pequenas aldeias (em torno de 150 nativos) e dedicavam-se à pesca, à caça, à coleta e também à horticultura. A agricultura nativa de tradição cultural tupi era baseada na horticultura de “plantação-enxertia”, apoiada principalmente no cultivo das mandiocas. Por inúmeros fatores, essa prática assumiu um caráter familiar e itinerante. Suas técnicas e/ou práticas produtivas eram rudimentares com instrumentos precários, sem irrigação, adubação ou armazenamento. Os produtos colhidos serviam apenas à subsistência.

Essa forma de produção ensejou a formação de comunidades aldeãs com vínculos associativos, inter-familiares, muito frágeis. Igualmente frágeis foram os vínculos das nações tupis com a terra. “(...) sem raízes permanentes com uma terra singular, as aldeias fracionavam-se ao ultrapassar o tamanho ideal determinado pela produção do desenvolvimento civilizatório então em vigor” (Maestri, 2001: 5), transferindo-se para outras áreas para, novamente, repetir as mesmas práticas produtivas. Esse grau de autonomia das aldeias tupis e seus frágeis vínculos com a terra, é importante destacar, facilitaram a sua conquista-extermínio-absorção pelos europeus no processo de colonização lusitana deflagrado a partir de 1530.

De acordo com Maestri (2001), o modo de produção horticultor tupi-guarani opunha-se ao das comunidades camponesas européias. Estas comunidades alemãs, italianas, polonesas, etc. foram assentadas na agricultura adubada e irrigada, na exploração dos cereais, na utilização de silos, na organização de aldeias coesionadas pelo domínio da terra. Nesse sistema, a terra expressava acumulação de trabalho e as terras transformavam-se em território e propriedade aldeã, coletiva ou privada; os laços e alianças familiares, por sua vez, assumem caráter essencial, na medida em que possibilitam o acesso a uma terra valorizada.

A agricultura cabocla, formada por inúmeros nativos que se adaptaram à economia latifundiária-exportadora através de um processo de superação-degeneração das tradições aldeãs, foi marcada por uma economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, pesca, coleta e horticultura itinerante, às margens da sociedade oficial, na qual a sua relação com a terra baseava-se apenas na posse temporária (Maestri,

2001).

As bases produtivas da civilização cabocla limitavam-se à produção de subsistência, plantas de ciclo curto, produção familiar, com laços inter-familiares muito frágeis. Igualmente simples eram as suas moradias e benfeitorias, que facilmente podiam ser transferidas e montadas em outros lugares, não necessitando de um único prego ou qualquer material a ser comprado, e, à medida que avançava a fronteira agrícola, as frágeis comunidades caboclas eram obrigadas a abandonar as terras que detinham. Segundo Maestri,

A inexistência da aldeia sedentária como *locus* de formação de amplos laços familiares e aldeões, determinada pelo modo de produção praticado pelas comunidades caboclas dificultaram a resistência à expansão dos latifúndios. (...) Essa verdadeira civilização cabocla mantém-se em forma declinante até hoje, na periferia e nos interstícios da fronteira mercantil. Ela foi essencial na formação do campesinato nacional (Maestri, 2001: 7)

Outra matriz formativa do campesinato brasileiro, igualmente frágil, observada por Maestri, foi a via escravista.

A produção autônoma de cativos, nos domingos, de meios de subsistência, em nesgas de terras, foi fenômeno extraordinário e assistemático no escravismo brasileiro. Ele tendeu a dissolver-se quando da aceleração da economia escravista. Tal fato e a subordinação, no interior das unidades produtivas, dessas práticas extraordinárias às exigências da produção mercantil determinaram a inexistência do proto-campesinato negro (...) (Maestri, 2001: 9).

De forma geral, os principais fatores que contribuíram para a inexistência de campesinato negro no Brasil foram: o caráter socializado e feitorizado da exploração da terra nos latifúndios; a debilidade e singularidade da família escrava; o caráter extraordinário das hortas dos cativos; a apropriação latifundiária da terra, fragilidade da cultura de raízes escrava e afro-descendentes nos campos; os cativos mobilizavam-se por liberdades civis mas não pela posse da terra e a ação política das elites que sempre dificultaram o desenvolvimento e consolidação de campesinato nacional (Maestri, 2001).

A matriz formativa do campesinato brasileiro compreendida em torno da via

quilombola foi marcada pela sua fragilidade. Constituída pelos cativos fugidios durante a escravidão brasileira formavam comunidades camponesas clandestinas, conhecidas por quilombos, mucambos e palmares.

De acordo com Maestri (2001), os quilombos dedicados à agricultura de subsistência foram os mais comuns, apesar de existirem também nas periferias das cidades e nas proximidades das estradas dedicados ao extrativismo, mineração do ouro, cata de diamantes ou explorando a economia pastoril.

Os principais produtos cultivados pelos quilombolas eram o feijão, mandioca, milho, abóboras, cana-de-açúcar. Criavam galinhas, porcos, cabas e outros animais, além de dedicarem-se à pesca, caça e coleta.

A reprodução das comunidades dos quilombos era dificultada por inúmeros elementos: a alta taxa de masculinidade, o caráter clandestino e disperso das comunidades, a repressão policial, a expansão das fronteiras agrícolas, etc. Ao protegerem a sua liberdade e não a terra que dominavam e devido a perseguição que sofriam, os quilombolas mantinham uma relação frágil com a terra, limitando-se às práticas agrícolas descritas acima. Quando assaltados, àqueles que conseguiam fugir novamente, embrenhavam-se nas florestas fundando outros povoados.

As matrizes formativas do campesinato brasileiro analisadas - a *nativa*, a *cabocla* a *escravista* e a *quilombola* -, devido as suas características de inexistência de sólidos laços aldeões e comunitários que coesionassem esses segmentos camponeses marginais, permitiram que suas terras fossem facilmente apropriadas, tendencialmente, pelos grandes proprietários, antigos e novos (Maestri, 2001).

O surgimento no Brasil de um campesinato propriamente dito, de acordo com Maestri (2001: 14), “(...) deve-se sobretudo a processo inicialmente marginal na ocupação e exploração do território brasileiro. Ou seja, à colonização de pequenos lotes de terras com imigrantes não-portugueses proprietários”. O nascimento da agricultura colonial brasileira deu-se no início do século XIX, através de pequenos agricultores imigrantes - alemães e suíços na primeira metade do século e italianos, a partir de 1875

-, proprietários, produtores de alimentos para as capitais provinciais, braços para os exércitos e população branca e livre para o novo império.

Ao receberem gratuitamente até 1850-4 os seus lotes, após esta data financiados, os camponeses europeus formaram amplos extratos de pequenos camponeses proprietários, exportando a produção excedente para os centros consumidores. E, ao contrário das ‘vias’ anteriores, “Estas comunidades de agricultores proprietários originaram sociedades camponesas coeridas por sólidos laços familiares e profunda identificação com a propriedade da terra, como meio e caminho de inserção social e cidadã.(...) Porém, ao contrário da Europa, essas comunidades não assumiram uma organização aldeã” (Maestri, 2001: 16). Lá, as famílias camponesas residiam na “aldeia” e iam trabalhar em seu lote durante o dia. Aqui, no Brasil, devido a forma de parcelamento das terras, cada família ou agrupamento familiar reside junto as suas propriedades. Outros centros coletivos foram criados, como as *capelas*, para responder às demandas coletivas dessas populações.

Os anos anteriores a 1940-50, quando ainda havia abundância relativa de terras, houve uma grande reprodução demográfica e territorial das comunidades dos pequenos camponeses proprietários, formando uma significativa sociedade camponesa colonial, com fortes raízes com a propriedade da terra e com sólidos laços familiares.

Mas, com a continuidade do avanço demográfico e a crescente penetração capitalista no campo - com a conseqüente subjunção dos trabalhadores camponeses à produção e ao mercado capitalistas - esse período encerrou tendencialmente “a capacidade de reprodução estrutural da comunidade colonial (...). Esse fenômeno originou o surgimento dos colonos sem terra ou com pouca terra para sustentar o núcleo familiar, com o conseqüente abandono do campo pela cidade. Na década de 1960, apenas no Rio Grande do Sul, 270 mil famílias gaúchas necessitavam de terra” (Maestri, 2001: 17).

Ao encerrar as possibilidades de reprodução das comunidades coloniais, abre-se, a partir da década de 1970, um novo ciclo de luta pela terra no Brasil, incorporando de forma decisiva a *civilização colonial*.

CAPÍTULO IV

AS LUTAS CAMPONESAS E A FORMAÇÃO DO MST

As lutas dos trabalhadores nativos, escravizados, caboclos e colonos imigrantes, genericamente definidas aqui como lutas “camponesas”, marcaram a formação social do Brasil, desde o início do século XVI aos nossos dias. Foram mais de quinhentos anos de conflitos, enfrentamentos, lutas e guerras determinadas pelas contradições dos modelos de produção, acumulação e dominação, desde a invasão do território indígena até a consolidação do modo de produção capitalista, passando pela escravidão.

Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo (Fernandes, 2000: 25).

São lutas e ações dos trabalhadores do campo frente à concentração fundiária - iniciada com as capitâneas hereditárias e pelas sesmarias, fortalecida pela Lei de Terras de 1850-4 e aumentada pela grilagem monárquica e republicana -, contra a exploração e pela conquista da terra de trabalho, em busca de condições dignas para viver.

4.1 - Os povos indígenas e os trabalhadores negros escravizados

O período compreendido desde a chegada dos colonizadores, no início do século XVI, até o final do século XIX, com a introdução do “trabalho livre”, foi marcado pelas lutas dos povos indígenas e dos trabalhadores escravizados negros contra o cativoiro (Maestri, 1994; Fernandes, 2000; Ribeiro, 1995).

A caça aos índios para escravizá-los fomentou inúmeros movimentos de luta contra o cativoiro. Destacaram-se a Confederação dos Tamoios, a Guerra dos Potiguaras e a guerra guaraníca, localizados na região fronteira do sul do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai. Atacados pelos exércitos da Espanha e de Portugal, em 1753-6, ocorreu o massacre final, onde morreu o grande líder indígena Sepé Tiaraju. “A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada” (Fernandes, 2000: 26). Dizimada igualmente a possibilidade de constituição do camponês brasileiro, através desta ‘via’, ou seja, da agricultura nativa.

As primeiras lutas de resistência dos trabalhadores escravizados no Brasil combinaram-se com a proliferação dos engenhos na cultura da cana-de-açúcar ainda no século XVI, alongando-se por mais de três séculos. De acordo com Maestri (1994), havia diversas formas de luta do cativo contra o escravismo: pouca produção, sabotagem ao trabalho, fuga, insurreições, suicídio, justicamento, formação de quilombos, etc. Segundo Fernandes (2000), a primeira referência a um quilombo, na região de Palmares, data de 1597.⁵⁸ De acordo com este autor, o quilombo foi o território livre, era a terra onde viviam trabalhadores escravizados, alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial.

⁵⁸ Sobre o Quilombo dos Palmares ver mais em: “Confederação Negra de Palmares: Formação, desenvolvimento e destruição da confederação dos quilombos palmarinos”. In: MAESTRI, Mário. *Uma História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 1997. p.114-126. Sobre a escravização de índios e negros para trabalhar nos engenhos de açúcar, na coleta de drogas do sertão ver Ribeiro, Darcy. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Era um conjunto de povoados socialmente organizados que formou a União dos Palmares (...).⁵⁹ Os povoados eram formados pelos núcleos de moradia, onde existiram mais de 1500 casas protegidas por paliçadas. Nessas terras os palmarinos cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinhas, caçavam e pescavam. Estima-se que, por volta de 1670, perto de 20 mil pessoas viviam neste território. Ganga Zumba e Zumbi foram seus principais líderes (Fernandes, 2000: 26).

Depois de muitos ataques, iniciados a partir de 1602, foi em 1694 que a capital palmarina foi sitiada e destruída por um exército expedicionário sob o comando de Domingos Jorge Velho. Foi a maior mobilização militar organizada pela administração colonial sob as ordens expressas da Coroa desde a expulsão dos holandeses em 1654. Zumbi, ferido nos combates, mas que conseguira escapar do massacre, foi traído pelo quilombola Antônio Soares e seu esconderijo descoberto. Zumbi foi morto no dia 20 de novembro de 1695 (Maestri, 1997).⁶⁰ “Palmares precisava ser destruído. A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativeiro” (Fernandes, 2000: 26). Apesar desse massacre, inúmeros quilombos foram criados em todo o Brasil e as mais variadas formas de luta contra o cativeiro foram protagonizadas pelos trabalhadores escravos negros até o final do século XIX.

Ao desenvolvimento capitalista brasileiro e à nova configuração da divisão internacional do trabalho, tornava-se insustentável o trabalho escravo no final do século XIX. O Brasil foi um dos primeiros países americanos a adotar o regime de escravidão e o último a aboli-lo (Maestri, 1994). A partir da segunda metade daquele século, foram criadas as condições para a existência do “trabalho livre” no Brasil.

A condição para a formação do trabalhador “livre” no Brasil, foi que a terra fosse “cativa”, isto é, que fossem criadas as condições para a transformação das terras livres em propriedade privada. Uma dessas condições, “a chamada Lei de Terras (Lei nº 601) definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, cuja ocupação se

⁵⁹ De acordo com Maestri (1997), os quilombos da região de Palmares confederaram-se, dando origem a um Estado rústico.

⁶⁰ “A comunidade negra brasileira comemora no aniversário da morte de Zumbi dos Palmares o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil” (Maestri, 1997: 126).

sujeitava à compra e venda” (Martins, 1981: 122). Com isso concorda Fernandes, ao afirmar que:

Uma condição para a existência do trabalho livre no Brasil foi a criação da propriedade privada da terra, circunstâncias essenciais para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Com a Lei de Terras de 1850, intensificou-se o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros... Deste 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários. As terras que não foram cercadas, deveriam ser devolvidas ao governo... Dessa forma, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro (Fernandes, 2000: 29).

Cercas, grilagem, domínio da posse pelas armas e pelo poder econômico, falsificação de documentos para registrar nos cartórios a propriedade, utilização da mão-de-obra nas fazendas dos ex-escravos, imigrantes, posseiros, agregados... assim deu-se o processo de apropriação das terras e a consolidação do país do latifúndio. Aos sitiantes, agregados, posseiros, ex-escravos, muitos imigrantes europeus, caboclos e caipiras, restou a submissão ao trabalho assalariado, as beiras de estradas, a migração e as lutas de resistência em busca de um pedaço de chão para trabalhar (Ribeiro, 1995).

4.2 - Alguns momentos da luta pela terra no período republicano

Desde o final do século XIX e durante todo o século XX o Brasil republicano foi atravessado pela luta dos trabalhadores do campo para conquistar terra e trabalho. Os acontecimentos que levaram à guerra de Canudos se estenderam entre 1870 e 1897, juntamente com a guerra do Contestado, na divisa de Santa Catarina com Paraná, constituídas basicamente pelos caboclos, entre 1912 e 1916, além de outras, marcaram profundamente a primeira fase de luta pela terra no período republicano (Bezerra Neto, 1999).

Em cinco de outubro de 1897, terminava o massacre do povo de Canudos e em dezembro de 1914, com a ajuda de aviões e jagunços, as tropas federais destroçaram os camponeses de Contestado. Foram destruídas duas experiências e duas lutas que se

construíram contra o domínio dos coronéis-latifundiários, grileiros. A luta camponesa, entretanto, continuava, embora os conflitos ocorressem de forma isolada e espalhados pelo território nacional.

Bezerra Neto (1999) destaca um segundo momento destas lutas no período republicano. Entre as principais, encontram-se: a luta dos posseiros de Teófilo Otoni - Minas Gerais (1945-1948); a revolta de Dona “Nhoca”, no Maranhão (1951); a revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1952-1958); a revolta do sudoeste do Paraná (1957) e a luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, em São Paulo (1959).

Uma terceira fase da luta pela terra, a partir de 1950, é considerada por Bezerra Neto (1999). Nesse período surgem vários movimentos camponeses organizados em entidades como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil; as Ligas Camponesas, na região Nordeste e o Movimento de Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul.

Nessa terceira fase, novos e significativos fatores, diferente dos momentos anteriores, entram em cena. Depois de mais de um século de experiência como pequenos camponeses proprietários, as regiões de colonização imigrante entraram em crise nos anos 1960-70. “O processo de acumulação de capitais dessa sociedade de pequenos camponeses proprietários com acesso aos mercados ensejou um processo de reprodução da pequena propriedade - das *colônias antigas* às *colônias novas* enquanto houve terras possíveis de serem adquiridas” (Maestri, 2001).

Essa crise motivou a entrada dos colonos e de seus filhos na luta pela terra no Brasil de forma significativa. Fernandes (2000) destaca esse período pela intensidade das lutas camponesas no Brasil e pela organização político-sindical dos vários movimentos que lutavam pela terra. Foram esses movimentos que fomentaram, em dezembro de 1963, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Depois de um período intenso de mobilizações camponesas, de inúmeros encontros e congressos das organizações que impulsionavam a luta pela terra no Brasil,

em 1964, veio o golpe militar. Nas palavras do historiador Bernardo Mançano Fernandes:

(...) os militares tomaram o poder (...) numa aliança política em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros, etc. O golpe acabou com a democracia e por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído (...) significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do País estava extremamente agravada pelo que fora chamado de “milagre brasileiro” (Fernandes, 2000: 41).

O padrão de acumulação implementado pelos militares, e o conseqüente avanço do capitalismo no campo, acirrou as contradições sociais porque aumentou a miséria, a concentração de terra e de riqueza; o despejo das famílias camponesas fez surgir o bóia-fria, modificou a estrutura fundiária do país⁶¹ e “transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização (...) a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura (...) expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado” (Fernandes, 2000: 41).

Ao invés de resolver a questão agrária, a política implementada pelos militares intensificou os conflitos no campo. O Brasil reforçou-se ainda mais como o país do paraíso dos latifundiários, da violência e da miséria camponesa. No início de 1970, a ditadura encontrou na questão agrária um de seus principais problemas políticos. O resultado deste modelo concentrador não poderia ser outro: eclodiram as lutas no campo.

⁶¹ Fernandes (2000) afirma que, a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estrutura fundiária foi modificada completamente entre os anos de 1970 a 1985 se comparada ao período de 1940 a 1970. No período ditatorial, inverteu-se o número de estabelecimentos e da área ocupada. Comparado com o período anterior, diminuiu o número de estabelecimentos e aumentou a área ocupada. Ver mais sobre isso em Fernandes (2000: 41). Sobre o tratamento da Reforma Agrária,

Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes (...) os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformar a realidade (...) construíram novos caminhos de resistência (Fernandes, 2000: 43).

Os novos movimentos camponeses⁶² que surgiram durante o regime militar tiveram espaço de discussão e organização nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nascidas no início dos anos 60 e espalhadas pelo Brasil na década de 1970. Em 1975, a Igreja Católica fundou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta entidade, à luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, congregou, articulou e impulsionou uma nova fase na luta pela terra no país (Gohn, 1997; Bezerra Neto, 1999; Fernandes, 2000).

No interior dessas organizações, por causa da repressão política e da expropriação do modelo econômico, viria nascer, no final da década de setenta e início dos anos oitenta, um novo movimento na história da formação camponesa no Brasil: o MST. Para Fernandes, é possível compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a continuidade da luta camponesa porque “(...) o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: o assalariamento (...) o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato (Fernandes, 2000: 47).

4.3 - A formação do MST

Embora a ocupação da “Encruzilhada Natalino”, em Ronda Alta - RS, no início dos anos de 1980, tenha marcado uma nova fase das lutas dos trabalhadores do campo no Brasil, foi com a ocupação da Fazenda Anoni, por mais de 1500 famílias, em outubro

uma das questões que motivou o golpe reacionário de 1964, ver também Martins (1985).

⁶² Sobre as origens sociais do campesinato e sobre os movimentos camponeses anteriores ao golpe militar de 1964, ver também Martins (1983).

de 1985, que se deu, de fato, a nacionalização dessa luta. Dessa ocupação resultaram vários assentamentos em todo o Estado do Rio Grande do Sul,⁶³ que contribuíram na territorialização e na consolidação do MST como organização nacional (Fernandes, 2000).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁶⁴ destacou-se, nas duas últimas décadas do século XX, por se contrapor, em nível prático e estratégico, no meio rural e também urbano, às medidas implementadas pelo capital nacional e internacional. A luta pela Reforma Agrária marcou esse período. O MST polarizou com o governo a opinião pública e disputou, com a elite dominante, a hegemonia sobre a formação das consciências das camadas populares. A continuidade da luta “camponesa”, histórica no Brasil, continua e se potencializa com o MST.

Ao conceber o trabalho cooperativo em uma CPA do MST enquanto espaço e princípio educativo, o objetivo é captar e refletir esta potencialidade em duas dimensões. A primeira, diz respeito ao espaço, ao meio, ao contexto histórico na qual está inserida esta experiência; a segunda diz respeito à própria experiência em si, no interior da CPA.

A primeira questão nos remete ao MST, à coerência entre suas ações e seus princípios, a sua estratégia, a sua história e a sua construção identitária (Caldart, 2000). É fazendo parte deste Movimento, estando em seu interior que emerge e é construída a COOPTAR. É por isso que a trajetória histórica, a luta empreendida pelo Movimento e pelos homens, mulheres e crianças que hoje fazem parte da CPA pesquisada, deve ser considerada e concebida em sua potencialidade educativa. Neste sentido, as possíveis respostas à pergunta “Como este espaço educativo interferiu na formação dos associados da COOPTAR?” precisam ser buscadas.

⁶³ Sobre a formação e o desenvolvimento dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul no período de 1970 a 1997 ver: Navarro et al. (1999).

⁶⁴ Há, no meio acadêmico, desacordo em relação à identificação do MST como um “movimento social”. Alguns autores atualmente definem o MST como uma “organização política” ou “organização rural” representativa de amplos setores sociais demandantes de terra. Não é propósito deste texto adentrar nesta controvérsia. Ver mais sobre isso em: Navarro et al. (1999) e Martins (1997).

Noutra dimensão, é preciso analisar e refletir como o trabalho cooperativo, em seu efetivo acontecer, está formando e educando as pessoas participantes desta CPA e lhe conferindo uma identidade singular de ser Sem Terra.

Considerando esses elementos, a apresentação deste item destacará a formação histórica do MST, como um movimento educativo, no contexto da questão agrária brasileira, os seus princípios, as suas principais ações, as estratégias, a sua organização.

O processo através do qual as possibilidades presentes já na gênese e na criação do Movimento foram se tornando realidade concreta na formação da organização MST, e na formação de cada sem-terra como sujeito desta organização, e da sociedade como um todo, constitui-se como essencialmente educativo, fazendo do Movimento um sujeito de formação humana (Caldart, 2000: 105-6).

Em relação ao surgimento do MST,⁶⁵ Caldart (2000) destaca a combinação de três fatores conjuntos: as pressões da situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo, os fatores de natureza sociocultural e política e os fatores desencadeadores de lutas específicas que acabaram sendo articuladas em um movimento nacional.

O primeiro fator - as pressões objetivas da situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo, especialmente da região Sul - foi criado pelas transformações ocorridas na agricultura brasileira, especialmente com o processo de mecanização das lavouras que expulsou do campo grandes contingentes de arrendatários, parceiros, pequenos agricultores, filhos de agricultores... A falta de alternativas a esses trabalhadores, determinada pela frustração dos projetos de colonização e pela vida miserável nas periferias das cidades, gerou iniciativas de luta pela terra em suas próprias regiões. Esta realidade criou uma base social, a qual permitiu o nascimento do MST, frente ao aumento da concentração da propriedade da terra e do aumento do número de trabalhadores sem-terra.

O segundo fator, destacado por Caldart (2000) para compreender o nascimento do MST, diz respeito aos elementos de natureza sociocultural e política daquele período. Entre estes elementos estão: o trabalho pastoral junto à população do campo, através

⁶⁵ Sobre este assunto ver também em Gohn (1997).

das CEBs desde a década de mil novecentos e sessenta e da CPT, a partir de 1975 e o contexto político marcado pelo processo de luta pela redemocratização do país, numa conjuntura de luta pela democracia, de transição política e de rupturas, onde a classe trabalhadora retoma suas perspectivas, conquistando novos espaços no campo e na cidade.⁶⁶ O terceiro elemento sociocultural está ligado à tradição. O MST é um dos herdeiros do processo histórico de luta por emancipação e pela posse da terra do campesinato brasileiro, desde a sociedade escravista, passando por Canudos, Contestado, as Ligas Camponesas, etc.

Por fim, como terceiro conjunto de fatores, estão aqueles desencadeadores de lutas específicas que acabaram sendo articuladas em um movimento nacional de luta pela terra no Brasil, “aqueles que de certo modo, apressaram a conjugação entre as pressões objetivas de uma situação mais geral, e os elementos socioculturais e políticos que foram capazes de sustentar a organização desta ação de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra” (Caldart, 2000: 73).

De acordo com Navarro et al. (1999), vários fatores determinaram a emergência de movimentos sociais rurais e suas organizações no sul do Brasil, no final dos anos setenta:

1. a liberalização política que antecedeu a transição democrática brasileira;
2. os profundos impactos da modernização capitalista em áreas rurais, incluindo aí o fechamento da fronteira agrícola e a elevação dos preços da terra;
3. a decisiva ação dos “setores progressistas” das Igrejas Católica e Luterana e
4. as características socioculturais das regiões de “colônia” nos três estados do Sul, desenvolvendo um sentido de identidade social, nas comunidades rurais, raramente encontrado em outras regiões (Navarro et al., 1999: 26).

O mais importante movimento social rural surgido neste período foi o MST. Destacam-se também, segundo Navarro et al. (1999), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o movimento sindical cutista, estimulado por lideranças dos

⁶⁶ Na cidade a luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves de 1978/9 que irromperam no processo de redemocratização do país. Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular, emerge o “novo sindicalismo”, cuja potencialidade e reconhecimento político eram destacadas, de diversas formas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Essas lutas representavam a reconquista de direitos democráticos, de melhorias nas condições de vida da classe operária e também motivavam as lutas que se realizavam no campo (www.mst.org.br)

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), além de outros movimentos de duração efêmera.

Como podemos perceber, foi a confluência de vários fatores combinados que deram origem e que contribuíram para a gênese e o nascimento do MST. Em relação à sua formação histórica, diversos autores identificam três momentos distintos.⁶⁷

O primeiro momento, segundo Navarro et al. (1999), refere-se ao início da década de 80, os anos formativos, quando os primeiros sem-terras, filhos de colonos, são mobilizados, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta fase vai até o ano de 1986, passando por sua estruturação formal em 1984. As principais características deste momento são: o movimento ainda era sulista; a forte presença de mediadores religiosos; ações pacíficas e aposta nas negociações; até 1985 os governos estaduais eram os seus principais interlocutores; momento de fácil recrutamento de agricultores e de poucos assentamentos concretizados.

Uma segunda etapa é identificada, por estes mesmos autores, entre os anos de 1986 até 1993. As suas principais características foram: o Movimento optou por ações de confronto, devido uma nova orientação interna, rompendo com a mediação da Igreja Católica; adesão a um ideário leninista, organizando-se como um “movimento de quadros” e não mais um “movimento de massa” como se pensava no primeiro momento; transferiu-se do sul para São Paulo; o Governo Federal passou a ser o interlocutor privilegiado; período de maiores resultados práticos em números de assentamentos; o MST, nesta fase, passou por uma relativa “crise”, devido à presença ostensiva da UDR (União Democrática Ruralista) e devido às dificuldades de organizar a produção nos inúmeros assentamentos que se seguiram; a implementação da ideologização da produção através da formação de cooperativas totalmente coletivizadas. Segundo os autores, neste segundo momento, o MST deixa de ser um movimento social e passa a ser uma organização rural.

⁶⁷ Gohn (1997: 145) afirma que: “De forma genérica podemos dividir o Movimento dos Sem-Terra em três fases, a saber: de 1979 a 1985 – luta pela terra entendida como luta pela Reforma Agrária; de 1985 a 1988 – o movimento adquire caráter nacional, organizando-se nos estados em que há lutas e ocupações; e de 1988-1996 – quando o lema básico da luta passa a ser: ocupar, resistir, produzir. A consciência da necessidade de superar a agricultura artesanal para formas que levem à modernização das relações sociais no campo é outro destaque deste último período”.

Por fim, Navarro et al. (1999), afirmam que o terceiro momento tem início em 1994 com a “conquista” de São Paulo, onde passou a ter uma presença mais marcante nos assuntos relacionados à Reforma Agrária; aumentaram também as pressões sociais em favor da Reforma Agrária; no sul do País o Movimento enfrenta um refluxo em sua capacidade de mobilização.⁶⁸

Fernandes (2000) e Caldart (2000) igualmente identificam três momentos na formação história do MST, com pequenas variações de datas entre os períodos.

O primeiro momento, identificado por Fernandes (2000), vai de 1979 a 1985 e é marcado pela gênese e nascimento do Movimento.

Os fatos históricos que marcaram esse primeiro momento - o princípio da história do MST - foram, no Rio Grande do Sul, a luta dos colonos de Nonoai, expulsos das terras indígenas em 1978. No dia 7 de setembro de 1979, acamparam na Gleba Macali e Brilhante em Ronda Alta. Destaca-se também o acampamento Encruzilhada Natalino, iniciado em 1980 e que continuou até 1983.⁶⁹

Em Santa Catarina também aconteceram várias ocupações, especialmente a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, em maio de 1980.

No Estado do Paraná, também em 1980, houve o conflito entre mais de dez mil famílias e o Governo Federal que, com a construção da barragem de Itaipu, tiveram suas

⁶⁸ Além de não considerar o MST como um “movimento social”, Navarro et al. (1999), tem uma avaliação própria, discordante do Movimento, em relação ao seu funcionamento interno, as suas práticas, etc. Atualmente, de acordo com estes autores, o MST defronta-se com dois grandes desafios: o primeiro é o “problema da democracia” no interior do Movimento e nos assentamentos devido às diferenças políticas e ideológicas e o segundo é o desafio da gestão econômica e produtiva dos novos assentamentos que se espalham por todo o Brasil. Não é propósito deste texto alongar-se nesta discussão que é polêmica, apenas afirmar que ela existe e que poderá ser retomada em outro momento.

⁶⁹ A primeira barraca montada na Encruzilhada Natalino foi em 08 de dezembro de 1980, por Natalino dos Santos - o nome é pura coincidência - que havia sido expulso da reserva indígena de Nonoai. Somente em 10 de março de 1983 o governo do Estado, Jair Soares, reassentou os colonos e surgem as comunidades de Nova Ronda Alta, Nossa Senhora Conquistadora da Terra, Salto do Jacuí e Vitória (Wagner, 1989). Ver mais sobre a Encruzilhada Natalino em: MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

terras inundadas. O Estado propôs apenas a indenização em dinheiro, enquanto os camponeses exigiam outras terras.

No Estado de São Paulo a luta entre os posseiros e o grileiro da Fazenda Primavera, em Andradina, estendeu-se por um longo período, mas em julho de 1980 foi desapropriada a fazenda e implantado o assentamento. A luta desta fazenda representou a retomada da luta dos sem-terra em São Paulo. No Estado do Mato Grosso do Sul, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra, principalmente em Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce, Jequitibá e Santa Idalina. Além destas, outras lutas também aconteceram em outras regiões do país (Camini, 1998; Caldart, 2000; Fernandes, 2000).

Esses acontecimentos importantes têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares. Rompendo com as estruturas institucionalizadas, desafiando e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais sem-terra iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra, combinado com a formação de vários movimentos sociais e pelas diversas experiências das lutas populares. As diferentes práticas e experiências na luta pela terra foram sendo incorporadas, reprocessadas e muitas rompidas ao longo do processo de formação do Movimento.

Nos dias 9 a 11 de julho de 1982, em Medianeira, Paraná, a CPT organizou o primeiro encontro regional, dos estados do Sul, para discutir o crescimento da luta pela terra em todo o Brasil e preparar o encontro nacional que aconteceu nos dias 23 a 26 de setembro de 1982, em Goiânia, Goiás, com a presença de representantes de 16 estados da União. As principais deliberações desse encontro, além da troca de experiências das lutas pela terra no Brasil, foram estabelecer organizações regionais, por frente de luta, para organizar os trabalhadores rurais e a constituição de uma Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a função de preparar um segundo encontro nacional no final de 1983 ou início de 1984 (Fernandes, 2000).

Os desdobramentos do Encontro de Goiânia alastraram-se por diversos estados brasileiros. Mas foram os sem-terra dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina,

Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que, ao formarem, no mês de fevereiro de 1983, em Chapecó, Santa Catarina, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, impulsionaram, potencializaram e organizaram o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. O Movimento da Regional Sul criou as condições concretas para um movimento nacional, através da construção de espaços de socialização política pelos próprios trabalhadores, as ocupações, as reuniões, os encontros, as lutas, as trocas de experiências, os debates (Fernandes, 2000).

Nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, a Comissão Regional Sul organizou, com a contribuição da CPT, o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o qual formalizou a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - o MST, sob o lema *A terra para quem nela trabalha e vive* (MST, 1984). Neste encontro, foram definidos os primeiros objetivos gerais e específicos do Movimento, as terras prioritárias para a ocupação, a formação do Movimento em todas as regiões do Brasil, através da espacialização da luta pela terra, o caráter e os princípios do Movimento, a concepção de movimento social do MST, a definição do próprio nome do Movimento, além de deliberarem pela realização em 1985 do Primeiro Congresso do Movimento (Camini, 1998; Fernandes, 2000).

O Primeiro Congresso do MST realizou-se nos dias 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba, capital paranaense, com a participação de 1500 delegados, de 23 estados, sob o lema: *Sem reforma agrária não há democracia*. A bandeira de luta aprovada no Congresso foi: “Ocupação é a única solução. Porque, afinal, todos são a favor da reforma agrária. A questão é fazer (...) na ocupação da terra, os trabalhadores sem-terra assumiram essa responsabilidade inata, realizando a luta pela terra e impulsionando a luta pela reforma agrária” (Fernandes, 2000: 9).⁷⁰

⁷⁰ Neste I Congresso, os trabalhadores rurais sem-terra definiram como estratégia a conquista de espaços políticos para transformar as suas realidades e expandir a luta. Durante o Congresso, aprovaram também, com o objetivo de expansão, os princípios do Movimento: que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a Reforma Agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores e articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina (MST, 1989; Camini, 1998). Elegeram uma Coordenação Nacional com representantes de doze estados. A tarefa principal desta coordenação era a ampliação do Movimento nas regiões que ainda não estava organizado. Segundo

Caldart (2000), em relação a este primeiro momento da história do MST, afirma que foi marcado pela articulação nacional da luta pela terra, na qual os sem-terra decidem construir uma luta coletiva, através das ocupações, iniciando e consolidando o processo de construção da identidade Sem Terra, como sujeito social de direitos.

Um segundo momento é identificado por Fernandes (2000) na história do MST, compreendido entre os anos de 1985 a 1990. É o momento da territorialização e consolidação do Movimento.

O período de 1985, após a realização do seu I Congresso, até 1990, ano em que aconteceu o II Congresso, foi marcado pela territorialização e consolidação do MST em uma organização nacional, com uma estrutura básica e com algumas instâncias de representação. Foi um processo de construção, iniciado a partir da ocupação da terra, precedido pelo trabalho de base, de casa em casa, para organizar as famílias. Com a ocupação, surgem outras questões que precisam ser encaradas, como as audiências, os apoios, a organização da vida no acampamento, desde a educação, a saúde, a segurança; organizar uma estrutura básica local, regional e estadual, coordenações, secretarias, setores. Dessa forma, o MST vai se consolidando nos estados.

Um dos principais desafios, após o I Encontro Nacional do MST, foi formar uma organização autônoma, porque as lutas precisavam estar sob controle político dos trabalhadores, os verdadeiros sujeitos do processo de territorialização da luta pela terra. A troca das experiências de luta, a realização de encontros de formação, das viagens de militantes para outros estados, o intercâmbio de saberes ampliando os horizontes da luta, práticas sendo recriadas, desta forma, os Sem Terra, enfrentaram e enfrentam os diferentes conflitos, tendo como referência as lutas dos trabalhadores de outros lugares. Esse processo é o de espacialização da luta pela terra, o qual demonstra a capacidade de organização popular na conquista coletiva da terra (Fernandes, 2000).

Fernandes (2000) terminava uma fase da história do MST e iniciava um novo momento da luta pela terra no Brasil.

O processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política. Inicialmente, para construir os novos espaços, o setor de Frente de Massa realiza um trabalho de levantamento da realidade local. Procura conhecer a questão agrária da região e a situação dos sem-terra. Com a ajuda de apoiadores, de sindicatos de trabalhadores rurais e de partidos políticos, reúnem as famílias para refletirem sobre as suas vidas frente às perspectivas de trabalho e de terra na região. Iniciam o processo de criação de uma forma de organização social: analisam a conjuntura política, constroem os conhecimentos necessários para interpretá-la e procuram tomar decisões a respeito dos seus destinos. É um trabalho feito pelos próprios trabalhadores, a partir de suas experiências vividas.

Com a consolidação dos grupos de famílias e da tomada a decisão de mudarem os rumos de suas vidas, partem para a ocupação da terra. A ocupação é a condição da territorialização. Conquistada a terra, uma fração do território, organizam um novo grupo de famílias para nova ocupação, nova conquista de outra fração do território. Dessa forma, os Sem-Terra migram pelo território nacional, plantando raízes da luta, questionando a estrutura concentrada de terra no Brasil e construindo a sua história (Fernandes, 2000; MST, 2000).⁷¹ Nisso consiste também a dimensão educativa da espacialização da luta que atinge variados recantos do território brasileiro.

Referindo-se ao segundo momento da formação histórica do MST, Caldart (2000) afirma que é o momento de constituição do Movimento como uma organização social dentro de um movimento de massas. É o momento onde o Movimento passa a ter na sua agenda política, além do eixo central de luta pela terra, uma série de outras que se combinam com a da Reforma Agrária. De certa forma, de acordo com a autora, esse momento mantém-se até hoje.

Por fim, Fernandes (2000) identifica um terceiro momento na formação histórica do MST, de 1990 a 2000. É o período compreendido pela continuidade de sua territorialização e também pela sua institucionalização. O período compreendido entre os anos de 1990 a 2000 foi de avanço da territorialização do MST aos estados do Pará,

Mato Grosso, Distrito Federal, Amazonas e Tocantins e também de avanço das ocupações e assentamentos nos demais estados, principalmente no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. No último ano deste período, o MST estava organizado em 23 estados da federação. Ao mesmo tempo, o Movimento fincou as raízes de sua estrutura organizativa, as instâncias de representação, as formas de suas atividades, enfim, a sua institucionalização (Fernandes, 2000; MST, 2000).

A última década, marcada pela institucionalização e pelo reconhecimento internacional do MST, combinou-se com uma conjuntura política e econômica extremamente grave, com avanço das políticas neoliberais no país e de estagnação da Reforma Agrária. Uma das conseqüências foi a agudização da crise na agricultura, transformando muitos pequenos proprietários, arrendatários em sem-terras. O avanço também do desenvolvimento tecnológico na agricultura patronal contribuiu para o desemprego de milhões de trabalhadores assalariados.

Diante de todos os desafios, os Sem Terra levaram a luta pela terra à cidade, por meio de jornadas nacionais de luta, denunciando a violência do Estado, manifestada em muitos momentos. Em 1995, em Rondônia, na porção ocidental região amazônica, aconteceu o primeiro grande conflito que resultou na chacina de nove Sem Terra e dezenas de feridos e desaparecidos. Naquele ano, quinhentas famílias haviam ocupado uma fazenda no município de Corumbiara. Por ordem da Justiça, trezentos policiais realizaram de forma violenta o despejo.

Em 17 de abril de 1996, outro massacre, também na Amazônia. Dessa vez na porção oriental. No município de Eldorado dos Carajás, centenas de famílias sem-terra caminhavam por uma rodovia em direção à capital do Estado do Pará, quando foram surpreendidas por uma ação policial. Resistiram e foram massacradas. A ação violenta da Polícia Militar causou dezenove mortes e dezenas de feridos. As famílias caminhavam para a cidade de Belém para negociar com o governo e exigir o assentamento imediato.

⁷¹ Sobre a história do Movimento - desde a sua ampliação no território nacional, seus encontros, congressos e deliberações -, no período compreendido entre 1985 a 1990 ver: Caldart (2000) e Fernandes

Por meio de caminhadas, os sem-terra percorreram milhares de quilômetros em todos os estados, denunciando a repressão e ocupando terras. Ao mesmo tempo, Fernandes (2000) afirma que o MST voltou-se para dentro dos assentamentos, investindo no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados, o SCA.

Em fevereiro de 1997, o MST iniciou a Marcha Nacional por terra, emprego e justiça. Dois mil Sem Terra partiram de três diferentes pontos do País em direção à Brasília. A caminhada durou cerca de dois meses. Chegaram em Brasília no dia 17 de abril, quando fazia um ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Os Sem Terra tornaram-se um dos principais assuntos da mídia, chamando a atenção e a admiração de uma parcela significativa da população. A partir daquele momento instituiu-se 17 de abril como Dia Internacional da Luta Camponesa.

A década de 1990, para o MST, foi marcada pela sua territorialização e consolidação de sua estrutura organizativa, suas coordenações, setores e coletivos.⁷² Além das ocupações, das passeatas e das mobilizações, essa década também foi significativa ao Movimento pelos Encontros e Congressos.

O 6º Encontro Nacional, realizado em Piracicaba, São Paulo, entre os dias 19 a 23 de fevereiro de 1991, foi marcado pela discussão para a implementação do Sistema Cooperativista dos Assentados. O 7º Encontro, realizado em Salvador, Bahia, nos dias 13 a 17 de dezembro de 1993, aprovou um documento – Que Reforma Agrária queremos - para ser entregue aos candidatos às eleições presidenciais do ano seguinte. O apoio à candidatura Lula também se deu neste encontro.

Em 1995, foi o ano do 3º Congresso Nacional do MST, em Brasília, entre os dias 24 a 27 de julho. A palavra de ordem do Congresso foi: *Reforma Agrária: uma luta de*

(2000).

⁷² A estrutura organizativa do MST é formada pelas instâncias de representação (Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos e Coordenação de Acampamentos) e pelas formas de organização das atividades (Secretaria Nacional, Secretarias Estaduais, Setor de Frente de Massas, Setor de Formação, Setor de Educação, Sistema Cooperativista dos Assentados, Setor de Comunicação, Setor de Finanças, Setor de Projetos, Setor de Direitos Humanos, Setor de Relações Internacionais, Setor de Saúde, Coletivo de Mulheres, Coletivo de Cultura, Articulação dos Pesquisadores e Mística) (Fernandes, 2000).

todos, ampliando a discussão da questão agrária para toda a sociedade. Nos dias 24 a 27 de janeiro de 1996, aconteceu em Salvador, o 8º Encontro Nacional. Tomou conta das discussões a avaliação e o combate à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. O 9º Encontro Nacional foi realizado em Vitória, Espírito Santo, de 3 a 6 de fevereiro de 1999 e teve como prioridade a análise e as ações necessárias em vista das iniciativas governamentais para conter a mobilização dos sem-terra em todo o Brasil, através do Banco da Terra, do fim do PROCERA, etc (MST,2000). O 4º Congresso Nacional do MST foi realizado entre os dias 7 e 11 de agosto de 2000, em Brasília, sob o lema: *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Foi o maior Congresso já realizado em toda a história do MST. Foram mais de 11 mil delegados, representando 23 estados brasileiros. A capital federal foi transformada em um grande acampamento dos sem-terra brasileiros.

Ao avaliar este último período da história do MST, desencadeado a partir da segunda metade da década de 1990, Caldart (2000) afirma que este momento foi marcado pela inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. É o momento em que o Movimento, a partir da luta da Reforma Agrária, enfrenta um desafio político, de elaborar, juntamente com os demais movimentos sociais, um modelo alternativo, não só de Reforma Agrária, mas de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

É importante destacar, por fim, que o MST é originário (o seu rosto histórico, a sua matriz geradora) inicialmente das comunidades com visões de mundo consolidadas como pequenos camponeses proprietários formadas pelos segmentos sociais de imigrantes e, a seguir, por comunidades rurais de origem cabocla, negro-africana, indígena, etc. De acordo com Maestri, esse fato não é um azar da sorte. “De certo modo, o MST, o acampamento e o assentamento constituíram os elementos centralizadores e unificadores dessas comunidades de camponeses proprietários que foram barrados no processo de acesso da terra e à cidadania, normal e corrente para as gerações passadas dessa comunidade” (Maestri, 2001: 12).

CAPÍTULO V

LUTA, TERRA, TRABALHO E CONSCIÊNCIA

*Hoje é a festa nupcial
da idéia e da revolução.
Após a poesia do triunfo
e a poesia do trabalho.*

[*Le cri du peuple*, 30 de março de 1871]

5.1 - Como foram coletados os dados

O método de investigação utilizado no trabalho de campo foi o estudo de caso, dadas as possibilidades de reconstrução da realidade que oferece, pois possibilita considerar uma unidade social como totalidade, apreendendo a multiplicidade de suas dimensões numa perspectiva histórica (Santos, 1978). O caso escolhido foi a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda - COOPTAR -, localizada no município de Pontão, no Estado do Rio Grande do Sul. A COOPTAR congrega uma parcela de quatorze famílias do Assentamento 16 de Março. Esse assentamento, de oitenta e seis núcleos familiares, faz parte de um total de 232 famílias assentadas na Fazenda Anoni - o chamado “Assentamento fase IV”, nos municípios de Sarandi e Pontão. Esse assentamento foi resultante da ocupação da fazenda Anoni, em 29 de

outubro de 1985.

Inicialmente, realizei uma visita exploratória à COOPTAR, no mês de junho de 2000, com o objetivo de apresentar o projeto de pesquisa. Por duas oportunidades anteriores já havia estado na Cooperativa: em janeiro de 1998 e em setembro de 1999. A primeira visita proporcionou uma aproximação com os associados e serviu para ter uma visão genérica da realidade da CPA. A segunda, combinou-se com a fase de elaboração do memorial descritivo, apresentado na prova de seleção ao Mestrado da UFRGS, daquele ano. Esse contato contribuiu para a definição do objeto a ser pesquisado. Surgiram, também, as primeiras anotações no “caderno de campo” sobre a COOPTAR.

Na visita de apresentação do projeto, nos dias 20 e 21 de junho de 2000, conheci as instalações da Cooperativa e os setores do frigorífico, administração, suíno e produção de leite. Apresentei uma versão inicial do projeto à coordenação da COOPTAR. Expliquei os objetivos gerais da pesquisa e também combinei o período que a realizaria, formalmente: de outubro de 2000 a março de 2001. Além disso, conversei, informalmente, com duas famílias associadas. Visitei a escola instalada na sede do Assentamento 16 de Março, as demais benfeitorias da comunidade e conversei com duas professoras, com o diretor da escola e com a presidente do Centro de Pais e Mestres.

Para a coleta de dados, utilizei primordialmente a técnica de entrevistas, dirigidas e semi-dirigidas, observação, pesquisa-ação e também fiz, complementarmente, um levantamento de dados sobre a Cooperativa nos livros de atas e de contabilidade. Foram duas entrevistas dirigidas, conforme questionário em anexo 1 e 2. Participaram da primeira quatro depoentes. Dois homens e duas mulheres. Um responsável pela contabilidade, uma pela secretaria, um pela administração geral da Cooperativa e uma pessoa que está liberada para trabalhar para o Movimento. A primeira entrevista - anexo 1 - foi realizada na sala da administração da CPA no dia 23 de novembro de 2000. A segunda, anexo 2, foi realizada com o responsável pela administração da Cooperativa, no dia 24 de novembro de 2000, em sua residência. A sua esposa, que também é associada da Cooperativa, estava na sala quando da realização das conversações e fez algumas observações em relação às perguntas.

O segundo período de realização das entrevistas, semi-dirigidas, mais abertas, foi entre os dias 12 a 17 de fevereiro e 19 e 20 de maio de 2001. Ao fazê-las, segui um roteiro pré-definido relacionado ao tema, num primeiro momento; posteriormente, o entrevistado ficava à vontade para falar o que quisesse sobre a Cooperativa, sobre o acampamento, sobre o Movimento, sobre a sua vida ou outras questões que lhe interessassem.

Foram onze entrevistas, com duração de meia hora, em média, cada uma. Com exceção de duas famílias, uma que estava de férias e outra na qual o casal é liberado para trabalhar nas atividades de construção do Movimento no Rio Grande do Sul, as quais não se encontravam em suas residências neste período, conversei com todas as demais. Algumas no horário do almoço (4), outras após o jantar (5) e duas durante o período de trabalho. No total são 14 famílias e 25 associados. Três associados são solteiros.

O objetivo era entrevistar todas as famílias. Este foi o critério definido. Nesta visita, também acompanhei o trabalho realizado em todos os setores, através da observação e também através de conversas informais com os cooperados. Uma segunda tentativa para completar a coleta de dados foi realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2001. Nessa oportunidade conversei com a família que estava de férias em fevereiro e também entrevistei dois ex-associados e uma ex-associada da Cooperativa. Algumas informações complementares também foram colhidas nesta oportunidade, principalmente através de uma observação participante (Chizzotti, 1995).

O critério utilizado para a seleção das falas foi baseado nas informações que cada uma continha, combinando sempre a dos coordenadores dos setores com aqueles que não são coordenadores. Além de respeitar também a proporcionalidade dos depoimentos masculinos e femininos. Não exponho as identidades dos sujeitos falantes no texto, apenas as identifico como associado/a e ex-associado/a da Cooptar. Optei por dar um maior espaço às falas, no intuito de ressaltar o protagonismo desses sujeitos sociais que, com suas lutas, vão construindo novas configurações de relações sociais, que são de autonomia e de solidariedade. Com eles compartilho a autoria desta

pesquisa.

Orientando-se pelo método histórico-dialético, a análise e a interpretação levaram em conta os dados coletados nas observações, nas anotações, nos levantamentos bibliográficos e nas entrevistas, considerando o contexto e as categorias movimento, contradição, totalidade, unidade dos contrários, conforme explicitação dessas categorias feita por Cury (1989: 26-37).

5.2 - Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda – COOPTAR: uma trajetória educativa em construção

Trazer à reflexão a experiência do trabalho cooperativo e algumas de suas implicações econômicas, culturais, sociais e também suas implicações nas subjetividades dos homens e mulheres que protagonizaram, como sujeitos constituintes do MST, um período histórico do Rio Grande do Sul e também do Brasil, possibilita avaliar as potencialidades educativas das práticas sociais que se pretendem contrapor às práticas majoritárias da sociedade capitalista.

Trata-se de discutir esses espaços singulares de sociabilidade criados por sujeitos sociais - que são, em muitos casos, “excluídos” históricos do modelo de acumulação do capital - para perceber as transgressões, questionamentos e reflexões que esses espaços proporcionam. Trata-se, enfim, de analisar e perceber como estes espaços abrigam em seu interior, a partir da experiência do trabalho cooperativo, processos de formação e educação humanas.

A conquista da terra pelas mulheres e homens, que hoje compõe a COOPTAR, foi uma longa luta, desde a preparação do acampamento em 1983, passando pelo difícil período de ocupações, iniciado na fazenda Anoni em 29 de outubro de 1985, até o assentamento definitivo em seus lotes, em 1993. Foram quase dez anos de peregrinação, de ocupações ininterruptas, de enfrentamentos com latifundiários e seus jagunços, com a Brigada Militar e com as autoridades governamentais.

Resgatar essa trajetória é imprescindível para compreender o processo que forjou esses homens e mulheres, hoje dispostos a superar as dificuldades e desafios colocados pelo trabalho coletivo no interior de uma CPA. Além disso, esse processo também foi capaz de protagonizar um dos momentos mais ricos e importantes da luta dos sem-terra no Brasil.

Uma trajetória que supera as histórias de vida dessas quatorze famílias, dessas mães, pais, jovens, crianças, lutadores e lutadoras... Ao mesmo tempo que os supera, os torna protagonistas dessa trajetória de construção de um movimento histórico de luta pela terra no Brasil, o MST que, enquanto tal, deve ser considerado como sujeito educativo, conforme explicitação feita por Caldart (2000). Essa combinação de histórias de vida e história do Movimento perpassa os componentes da COOPTAR. Acontece uma interação vivida cotidianamente, desde a preparação do acampamento, a ocupação, chegando ao trabalho cooperativo desenvolvido atualmente. Interação que busco captar e refletir como espaço e princípio educativos.

A organização do trabalho, sob a forma cooperativa, hoje desenvolvida pelos vinte cinco associados/as da COOPTAR em uma parcela de terra da fazenda Anoni, um antigo latifúndio improdutivo, traz, no seu interior, as marcas de uma trajetória de luta coletiva, a qual foi capaz de romper com uma tradição de vida e com relações sociais de produção baseadas no particular, no individual. Foram rompimentos dolorosos na consciência de cada um dos membros da COOPTAR, provocados por práticas coletivas e solidárias, anunciadoras de uma nova formação humana. É preciso captar a pedagogia deste movimento; trazê-lo à reflexão e considerá-lo enquanto princípio educativo. Muito mais do que uma tarefa acadêmica, torna-se um exercício de aprendizagem, a partir destas práticas concretas, sensíveis e instigadoras.

5.2.1 - A primeira fase: a preparação do acampamento

Os associados da COOPTAR, antes do acampamento, de acordo com os

levantamentos da pesquisa de campo, em sua maioria absoluta viviam e trabalhavam com os pais em pequenas propriedades, em municípios da região norte do Rio Grande do Sul.⁷³ Esses “filhos de colonos” encontravam-se impossibilitados de continuar se reproduzindo nas pequenas propriedades de seus pais. O nível de renda destas famílias era muito baixo e não ultrapassava, em média, um salário mínimo mensal. As condições de vida também eram precárias. Ninguém tinha casa própria e 40% não tinham luz elétrica nas propriedades familiares.

A média de escolaridade era a 4ª série do ensino fundamental. Os instrumentos de trabalho limitavam-se à foice, enxada, arado, junta de bois, trilhadeira. Dos vinte cinco sócios, apenas um trabalhava com trator na propriedade da família. A produção era de subsistência, majoritariamente. Possuíam alguns porcos, galinhas, vacas de leite, a fim de garantir a sobrevivência e as necessidades básicas das famílias. Impossibilitados de continuar se reproduzindo em pequenas propriedades esses filhos de pequenos camponeses, provenientes da via colonial. Sobre o acesso aos créditos bancários, apenas 30% havia tido este “benefício”.

O trabalho familiar caracterizava-se pelo predomínio das regras e dos costumes do pai da família. Este detinha o controle das atividades familiares e agrícolas. Pouco ou nenhum poder de decisão ou autonomia restava também àqueles que eram obrigados ao trabalho assalariado em outras propriedades, em alguns períodos ou estações do ano. De inúmeras formas, foi relatada a realidade vivida pelos assentados antes do acampamento.

(...) quando morava com o pai, nós, principalmente na época da safra, trabaivava no braço, né (...) soja e trigo tinha que colhé tudo à braço e aí prá favorecê, pra tê mais gente, nós se ajudava. Tinha um tio meu, né, que meu primo, nós trabaivava, na época da safra, sempre trabaivava junto, se ajudava, fazia troca, né prá ficá mais fácil, mas tinha gente que, ou pagava peão, ou se quebrava trabalhando sozinho, né (...)
(Associado Cooptar).

(...) porque lá, onde nós morava lá, junto com o pai, trabalhava em

⁷³ Os municípios de origem das família associadas da Cooptar são: Três Passos, Tapejara, Constantina, Ronda Alta, Liberato Salzano, Miraguaí, Sarandi, Carazinho, Ibirubá, Frederico Westphalen, Rondinha e Nonoai.

poucos hectares. Trabalhando com o pai trabalhava também de arrendatário ou meeiro que chamavam na época, né, e, naquela terra que nós trabalhava, era um processo bem diferente, né. Trabalhava com o pai, bom se chovia vinha prá casa não tinha problema nenhum, era o pai que dominava, né (...) era um processo totalmente diferente (...) a disciplina era outra (Associado da Cooptar).

(...) eu pegava sempre na roça. Deixei de estudá cedo. Ajudava os meu irmão na lida, de tudo o que tinha prá fazê. E depois que casei, um pouco antes do acampamento, também continuava trabalhando e ajudando. Tinha pouco maquinário. Era quase tudo à mão (Associada da Cooptar).

A principal razão, a qual fez com que houvesse disposição em participar de um acampamento, de acordo com o levantamento do trabalho de campo, foi a falta de perspectiva de sobrevivência e de vida das pessoas em suas famílias de origem. Em relação à origem étnica das famílias associadas, de acordo com o levantamento do trabalho de campo, 90% são de origem italiana ou alemã. A quantidade de terra dessas famílias, por ser pouca, era insuficiente para ser repartida entre todos os filhos e/ou filhas. Essa foi a razão principal da maioria dos associados. Entretanto, outras razões também contribuíram. Entre as quais, uma singular.

Eu era da pastoral da paróquia de Frederico e vivia com a minha família lá. Uns dois anos depois da ocupação do dia 29 de outubro fui visitar o acampamento, atendendo a um convite do Pe. Arnildo. No acampamento, acabei conhecendo o (nome de seu companheiro). Depois de um tempo, o coração me fez voltar de novo ao acampamento. Levei algumas coisas minhas e não voltei mais para casa. Prá explicar a minha decisão à minha mãe e ao meu pai, pedi ajuda ao Pe. Arnildo. Disse que, de certa forma, ele também fora responsável por aquilo que aconteceu. Ele aceitou. Não foi muito fácil não. Hoje, passado já um bom tempo, está tudo bem com a minha família! (Associada da Cooptar).

O período de preparação do acampamento da fazenda Anoni iniciou ao longo do ano de 1983, principalmente na região de Ronda Alta, Sarandi, Constantina, Palmeira das Missões, Rondinha e Miraguaí e estendeu-se até à noite da ocupação. Foi um período de reuniões com as famílias preparadas pelas lideranças ligadas a diversas paróquias da Igreja Católica dessa região e também pelas lideranças surgidas nas mobilizações e ocupações de Macali, Brilhante e Encruzilhada Natalino.

Essas reuniões foram as primeiras ações desses trabalhadores e trabalhadoras;

alguns expropriados dos seus instrumentos e meios de trabalho, outros subsistindo precariamente numa pequena porção de terra paterna. Os agricultores familiares, individualmente expropriados, submetidos à condição de arrendatários, meeiros,... encontram-se em situação de “iguais” (Ribeiro, 1987). Empreendem a partir dali um movimento de reconstrução de suas identidades, com a construção de uma nova linguagem, de uma nova forma de encarar os problemas sociais.

Nóis já tinha uma certa liderança na comunidade. Vinha já discutindo os problema nosso a uns dois ou três ano. Nóis fazia encontro nas comunidade prá vê o que íamo fazê. Das primeira reunião participava até bastante gente. A coisa era mais aberta. Cada um falava dos problema que táva vivendo. O problema maior era a poca terra mesmo. Nas época de colheita nóis ía trabaiá fora. Não adiantava ficá em casa. Depois ía aprofundando. A coisa mesmo ficô prá prepará um acampamento, mas não se espalhava muito. Tinha que sê segredo (Associado da Cooptar).

Eu participei do acampamento da Natalino, do início até o fim. Não arredei. O meu pai ficô com o lote. Depois fomo com tudo prá cima da Anoni. Criô um movimento forte na região. Nóis fazia encontro regional com as liderança. Servia pros levantamento das família de cada município e também prá discuti os encaminhamento do movimento (Associado da Cooptar).

A preparação do acampamento da Anoni constitui-se como parte da luta pela terra na região e também do processo de gênese, formação e territorialização do MST no Rio Grande do Sul.

O grande contingente de filhos de pequenos agricultores, de arrendatários, meeiros, os atingidos pela barragem de Passo Real e também as centenas de famílias expulsas da Reserva Indígena de Nonoai formaram a base social do acampamento da Anoni. Em relação à Reserva Indígena de Nonoai, Fernandes (2000) afirma que:

A Reserva Indígena de Nonoai foi criada em 1847 e a entrada na área das primeiras famílias sem-terra começou na década de 1940, sendo que em 1962 já existiam 400 famílias que arrendavam lotes de até 20 há. Em 1963, em torno de 5.000 famílias do MASTER que estavam acampadas na fazenda Sarandi, e em outros acampamentos da região, foram despejadas. Para parte das famílias que resistiram, o governo estadual ofereceu a condição de se tornarem rendeiros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ocupando as terras da área indígena. Somente 15 anos depois, com a sua organização, os Kaingang, cessaram essa relação de exploração (Fernandes, 2000: 51).

As ocupações e os assentamentos anteriores, especialmente Brilhante, Macali e Encruzilhada Natalino não foram capazes de resolver, nem ao menos de aliviar, a esse grande contingente de agricultores, os problemas relacionados à falta de terra e trabalho. Em vista disso, aprofundaram-se, nessa região do Estado, os conflitos pela conquista da terra.

A existência de um grande contingente de sem-terras, somados à experiência e às lições da luta de ocupação e assentamento de Encruzilhada Natalino motivaram, muito fortemente, a continuidade da luta por novas ocupações e por novos assentamentos, não só no Rio Grande do Sul, mas também em outras regiões do país. A preparação do acampamento da fazenda Anoni destaca-se por fazer parte deste contexto de retomada do processo de luta camponesa na região Sul/Sudeste e da potencialização do MST.

As principais atividades e discussões da preparação do acampamento, além dos aspectos já colocados anteriormente, relacionavam-se à garantia de uma quantidade mínima de recursos e de mantimentos para os primeiros momentos de vida no acampamento.

5.2.2 - A segunda fase: a ocupação

As quatorze famílias, hoje associadas à COOPTAR, fazem parte do contingente de 1.500 famílias, mais de 6.500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças,⁷⁴ que, no dia 29 de outubro de 1985, ocuparam a fazenda Anoni, de 9.500 hectares, no município de Sarandi, Rio Grande do Sul. Foi a primeira ocupação organizada pelo MST no Rio Grande do Sul desde a sua fundação, em janeiro de 1984. Tornar-se-ia um dos acampamentos mais longos e mais importantes da história do MST em todo o Brasil.

A fazenda ocupada estava em processo de desapropriação para assentar os

⁷⁴ De acordo com Bavaresco (1999), as famílias eram provenientes de 32 municípios da região norte e noroeste do Rio Grande do Sul.

atingidos pela barragem do Passo Real desde 1974, mas devido a inúmeros recursos judiciais impetrados pelo antigo dono - Bolivar Anoni -, o processo se arrastava. Desde 1972 ela já havia sido decretada improdutiva. Era uma imensidão de terra com apenas pasto e em torno de 1300 cabeças de gado (Wagner, 1989). Viviam na fazenda, antes do acampamento, 54 famílias. Algumas famílias eram “afogadas”⁷⁵ do Passo Real, mas, em sua maioria, eram antigos empregados da fazenda. Algumas se incorporaram aos acampados. Outras continuaram morando em alguns lotes e, posteriormente, em 1987, foram todas assentadas na própria fazenda. Esse processo ficou conhecido como Assentamento: Fase I da Anoni.

A noite de 29 de outubro está viva na memória dos ocupantes e causa emoção nos momentos de sua lembrança.

(...) era um dia assim (...) bonito, da noite pro dia virou uma cidade (...) simplesmente era nada e virou uma cidade no acampamento, só que era uma cidade diferente, mas era de pessoa, de pensamento (...) em busca de outro objetivo, que era a terra (Associado da Cooptar).

(...) bom, na noite do dia 29, foi uma noite (...) bem, o cara não esquece nunca mais né. No dia que estiver trabalhando na lavoura e não tiver outra coisa prá pensá, já começa a lembrar lá aquela história, até por sinal bonita até né, (...) quem participo da invasão da fazenda Anoni, até que era uma coisa nova, ninguém sabia de nada, ninguém. Aquilo ali era um claridão, um negócio, daí o pessoal foi disparando pra dentro do mato. Alí começou estouro de facão, corte de árvore, taquaruçu (...) o pessoal com o facão e a foice, era taquaruçu prá todo lado, eu sei que foi uma noite... (silêncio, a voz não sai, os olhos se enchem de lágrimas. Depois de alguns instantes, retomou a fala). Amanhecemo daquele jeito e anoitecemo naquela coisa (...) ninguém sabia onde ía ficar, “faço o meu barraco aqui”, “eu não vou ficar aqui”, “o que que eu vou fazer aqui”, muita gente se perguntava né, (...) até eu (Associado Cooptar).

No amanhecer do dia 30 de outubro, enquanto os novos “moradores” da fazenda Anoni ainda se organizavam para montar os seus barracos de lona preta, chegava uma companhia que não os deixaria nem mais por um minuto, até o fim do acampamento: a repressão policial.

⁷⁵ Expressão utilizada para identificar as famílias que tiveram as suas terras alagadas e desapropriadas na construção da Usina Hidroelétrica de Passo Real, em 1969, na região de Cruz Alta - RS (Wagner, 1989).

(...) os milicos, valendo mesmo, chegaram ali prá nove horas da manhã. No clarear o dia tinha dois ou três gatos pingado alí. Ainda não sabiam o que fazer, andava pelo meio dos acampado lá, não tinham o que fazer. Agora, depois de umas horas em diante começô pegá pesado. Eu sei que era três quatro horas da tarde, eu achava que era oito nove horas da manhã, tudo bem perdido. Imagina tu, sem horário, chegar numas horas da madrugada, não era acostumado, ficava todo mundo perdido daí todo mundo se perguntava, o que vamo fazer aqui agora, era brigadiano prá todo lado, cercando o acampamento. Aos poucos o pessoal foi montando os barraco e daí criaram, meio de emergência, uma direção dentro do acampamento né, e aí começaram a coordenar o pessoal, criá equipe de segurança né, e assim foi indo (...) (Associado Cooptar).

O primeiro dia do acampamento foi marcado pelas negociações entre as lideranças dos acampados e entre o secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, João Jardim e o representante do INCRA, acompanhados pelos oficiais, pela tropa da Brigada Militar e pela Polícia Federal. No final desse dia foi fechado um acordo com a Justiça, no qual previa a permanência dos colonos na área, porém, não podiam mexer em nada na fazenda (Wagner, 1989).

Os primeiros dias no acampamento foram de muito trabalho. Serviram para alimentar a esperança de que logo esses homens e mulheres teriam terra para trabalhar. Um bom sinal de esperança e de vida foi o nascimento, em menos de dois dias, da primeira criança do acampamento: Marcos Tiaraju, filho de Roseli Nunes. Seu nome foi uma homenagem ao líder guarani Sepé Tiaraju, que tombou na luta em defesa do território indígena (Caldart, 2000). As duras lições, os aprendizados da luta pela conquista da terra, entretanto, já nos primeiros dias, igualmente, também, começaram a aparecer.

(...) sei que dentro de dois dias tava tudo se acalmando, já trabalhando na organização, pensando já numa coisa diferente, que poco tempo tava aí a terra, esse era o objetivo maior. O pessoal achava que quinze ou vinte dias já temo a terra né, essa era a idéia, mas a luta não é bem assim né. A luta (...) quando tu vai prá luta aí o pessoal foi amadurecendo. Dez dias chegou. Não veio a terra. Mais dez dias vai vim a terra e foi indo, foi indo (...) o pessoal foi se acostumando, ficando acampado (Associado Cooptar).

Os primeiros passos estavam dados. O tempo foi passando, mas a terra não vinha. O que fazer? Desistir? Não. Ao longo de oito anos a esperança de um dia ter um pedaço de terra para plantar, trabalhar e viver, sustentou a trajetória dessas famílias de

pequenos agricultores até a posse definitiva dos seus lotes, passando de ocupação em ocupação, de fazenda em fazenda, de caminhada em caminhada, de audiência em audiência, de enfrentamento em enfrentamento, de mobilização em mobilização, de protesto em protesto.

A expectativa de uma ocupação breve, trazida do período de preparação do acampamento, justificava-se porque o processo de desapropriação da fazenda Anoni já se arrastava por vários anos. Também estava se iniciando um novo período político no país. O período ditatorial havia sido derrotado e em 1986 o calendário eleitoral previa eleições para governador, deputados e senadores. A postura política adotada pelo governo Sarney, da “Nova República”, como não poderia deixar de ser, continuou o tratamento militarizado dado à questão agrária dos governos precedentes. Tratou de todas as formas de derrotar a ocupação da Anoni e as demais decorrentes dessa, contando com o apoio dos governadores sulistas Jair Soares, Pedro Simon e Alceu Collares. Este último, já sob o governo Collor. Sem falar no apoio incondicional dos latifundiários, muitos deles organizados na UDR.

Essa situação levou o Movimento à realização de centenas de ações com os acampados da fazenda Anoni, a fim de pressionar as autoridades federais e estaduais para que liberassem áreas para assentamentos, juntamente com milhares de outros sem-terras a partir de 1987 até 1993,⁷⁶ em todo o Rio Grande do Sul.

Em dezembro de 1985, os acampados aram em torno de 30 hectares de terra e em março do ano seguinte invadem a sede do INCRA em Porto Alegre com o intuito de pressionar o Governo Federal. Representantes do MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário) e o delegado do INCRA no Estado assinam um documento comprometendo-se a desapropriar 32 mil hectares para assentar os acampados, em sessenta dias. Se não bastasse essa promessa, em maio de 86, o governo Sarney, no auge de sua popularidade conseguida através do Plano Cruzado, assinou o Plano Regional de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, o qual se comprometia a assentar 11.300 famílias até fins de 1987 (Wagner, 1989). Nada saiu do papel. Nenhuma

⁷⁶ As ações do Movimento para assentar todos os acampados da fazenda Anoni, obviamente não se esgotaram no de 1993. Continuaram ainda por um longo período. Este ano marcou, entretanto, a posse

meta foi cumprida. Novas lições estavam sendo apreendidas, a luta tinha que continuar.

No dia 23 de maio de 1986, os acampados iniciaram uma caminhada histórica de mais de 400 quilômetros, desde a fazenda Anoni até Porto Alegre. Denominaram-na de “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”. No seu percurso, percorreram dezenas de comunidades e municípios discutindo e mobilizando apoiadores pela Reforma Agrária. Em cada local, os acampados eram recebidos por centenas de pessoas e no dia 23 de junho, quando chegaram em Porto Alegre, foram recebidos por mais de trinta mil populares e receberam a chave da cidade. A caminhada teve repercussão nacional e internacional. Passou a ser o centro da luta pela terra no país. As ações dos acampados da fazenda Anoni eram acompanhadas em todo o Brasil. Eles permaneceram acampados na sede do INCRA e num plenário da Assembléia Legislativa por três meses (Wagner, 1989; Fernandes, 2000). Novas promessas do Governo Federal surgiram nesse período. Desta vez, o Governo anunciou que resolveria a pendência da Anoni em trinta dias e desapropriaria novas áreas na região de Cruz Alta. Novamente, nada foi cumprido. Contrários às lideranças religiosas da CPT que propunham a continuidade da caminhada até Brasília, a direção do MST, conquistando sua autonomia, não concordou com a proposta. Os acampados retornaram à Anoni e iniciaram um novo processo de mobilização, dispostos a acabar com o “rolo” da Anoni.

Um novo capítulo da luta dos camponeses da Anoni inicia no dia 29 de setembro de 1986 quando decidem partir para Cruz Alta em busca das terras desapropriadas. São impedidos violentamente pela Brigada Militar. Mais de cinquenta pessoas são feridas e o acampamento é totalmente cercado pela polícia.

Em outubro de 1986, depois do primeiro aniversário de ocupação, a área da Anoni foi liberada para o plantio; as pendências judiciais haviam acabado. Houve uma divisão da fazenda em 16 pequenas áreas e as famílias foram distribuídas em grupos de dez e distribuídas por todo o latifúndio. Nesse momento acabou o acampamento central. Todos os acampados ficaram dispersos na imensidão das terras, inclusive nas regiões de mato. Foi um ato ousado da nova superintendente do INCRA do Rio Grande do Sul, a advogada Rejane Brasil Fellipi. As consequências dessa ação foi assim avaliada:

definitiva dos lotes pelas famílias sorteadas para permanecerem na área da fazenda.

(...) o acampamento já tava meio complicado né. No final de 86, fomos prá áreas. Eu acho que foi o mal nosso se instalar no meio da fazenda Anoni. Eu acho que foi a pior coisa que foi feita foi esparramar o pessoal nas áreas, dentro da fazenda. Porque depois o pessoal começou se acomodar, né (...) quem não plantava nada, plantava um hectare agora. O que aconteceu? Esqueceu da luta, né. Houve uma divisão do acampamento em dezesseis acampamentos (...) Então foi uma coisa muito complicada que foi feita né, esparramar todo mundo e aí o pessoal não queria mais lutar, achando que aquele hectare que ganhô, dois hectare já era suficiente, já dava prá tocar. Foi uma perda de tempo ali (...) (Associado Cooptar).

A destruição do acampamento central e a conseqüente dispersão dos agricultores em toda a área da fazenda dificultou as ações que ainda foram necessárias para se resolver a situação da Anoni. Iniciou um novo desafio à coordenação do Movimento: evitar a dispersão completa e reaglutinar os acampados. Apesar dos esforços, esta situação primou durante três anos, até 1989.

(...) foi três anos. Nós tivemos que reorganizar o acampamento de novo, mesmo nas 16 áreas, juntá de novo, vamo dizê assim no espírito, não tirando o pessoal do lugar, não tinha mais como voltar ao acampamento inicial...Aí o pessoal acabou fazendo um local de encontro que até era aqui na área 14, onde eu era da área 6 participava como líder da área 6, né. Um outro era lá da área 8 participava como líder da área 8, foi indo assim, né. Cada área tinha um líder e ali nós comecemos de novo, mas olha foi demorado (...) (Associado Cooptar).

Com a divisão nas dezesseis áreas iniciou também, de forma desarticulada, o cultivo da terra. Não havia uma coordenação capaz de organizar a produção de todas as famílias em todas as áreas. A prioridade da coordenação central do acampamento continuou sendo a luta por novas parcelas de terra. Não era possível todos permanecerem no interior da fazenda. Cada família ficaria com cinco ou seis hectares. De acordo com relatos dos associados da COOPTAR, houve discussões sérias sobre isso. Havia uma grande parcela de famílias que queria permanecer na fazenda, mesmo com apenas uma pequena parcela de terra. Esta posição, entretanto, foi derrotada no coletivo do acampamento e novas ações e estratégias deveriam ser preparadas.

De outubro de 1986 a fevereiro de 1987, foram desapropriadas três áreas e apenas 135 famílias foram sorteadas para serem assentadas. No dia 31 de março de 1987, os sem-terra e os pequenos agricultores participavam de uma mobilização contra

a política agrícola do governo, na BR 386, trevo de Sarandi, quando um caminhão da empresa Cavol de Carazinho meteu-se por cima das pessoas na estrada. Dois homens, Lori Grosselli e Vitalino Mori, e uma mulher, Roseli Celeste Nunes da Silva, morreram. Rose, como era chamada, era a mãe de Marcos Tiaraju, a primeira criança nascida no acampamento.⁷⁷

Em abril de 1987, num Seminário de Lideranças em Frederico Westphalen, o MST definiu por arregimentar as famílias acampadas na Anoni e intensificar o trabalho de base em vista da formação de novos grupos de famílias. Inúmeras ocupações foram realizadas até o final de outubro daquele ano; em junho, setenta e uma famílias ocuparam uma área em Guaíba; em julho, trezentas famílias ocuparam a fazenda São Juvenal em Cruz Alta; em outubro foram realizadas cinco ocupações simultâneas: Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Rondinha, Nova Prata e em Canoas, na fazenda Itapuí. Somente nesta última as famílias foram vitoriosas e, portanto, assentadas. Nas demais, foram violentamente despejadas pela Brigada Militar e pelos jagunços da UDR (Wagner, 1989; Fernandes, 2000). Nesse mesmo ano, foram liberadas duas áreas no interior da fazenda Anoni para assentamento definitivo. A primeira, para cerca de cinquenta famílias originárias do Passo Real (conhecido como Assentamento da Anoni fase II) e a Segunda, para 35 famílias sorteadas dos próprios acampados da Anoni, o Assentamento Fazenda Holandesa (Fase III).

A partir desses novos fatos, em novembro de 1987, o MST muda de estratégia e parte em busca de novas famílias de sem-terra para engrossar o movimento de ocupações e criar força política superior, tentando espacializar a luta pela terra pelo Estado do Rio Grande do Sul. As novas ocupações deram-se com as famílias remanescentes da Anoni e com as novas adesões que se seguiram. Foi assim, que, ainda no mês de novembro, o MST fez três ocupações com 1.350 famílias: Fazenda do Salso, de quatro mil hectares com oitocentas famílias em Palmeira das Missões; Fazenda Itati, de 1.743 hectares com quinhentas famílias em São Nicolau e cinquenta famílias procedentes da Anoni ocuparam uma área da Universidade Federal de Pelotas, no interior do município de Pelotas. Somente esta última saiu vitoriosa. As famílias foram

⁷⁷ Dois filmes foram feitos, no contexto das lutas e trajetórias das famílias da Anoni, a respeito da história de Roseli: *Terra para Rose* (1986) e *Sonho de Rose* (1996), sob a direção de Tetê de Moraes (Fernandes,

assentadas em uma área em Canoas. Em 1988, o MST contava com mais de três mil famílias acampadas.

O início de 1988 foi marcado pela Jornada pela Reforma Agrária, organizada, em janeiro, pelo MST, FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e diversas outras entidades do movimento sindical e popular. Em fevereiro, aconteceu a 11ª Romaria da Terra em Pelotas, com a participação de mais de vinte mil pessoas. O decorrer do ano foi assinalado pela peregrinação dos acampados do Estado em diversas fazendas, enfrentando despejos, violência policial, más condições de saúde, higiene, alimentação e um sem número de promessas do Governo Federal e estadual. Combinado com esta peregrinação dos acampados, o MST territorializava-se e consolidava-se no Rio Grande do Sul como uma importante força política na luta pela terra.

Duas questões marcaram a vida dos acampados da fazenda Anoni em 1989. A primeira, foi a continuidade das ocupações e a segunda, foi o sorteio das famílias e grupos coletivos de famílias que seriam assentadas na área da fazenda. Ao todo, foram 232 famílias (Fase IV, do Assentamento da Anoni), com um lote previsto de 18 hectares para cada uma, subdivididas em vários assentamentos, entre os quais o Assentamento 16 de Março, com 86 famílias. No interior desse assentamento seria formada a COOPTAR, em 1990.

A continuidade das ocupações em 1989 deu-se através da Fazenda Ramada, de 2.300 hectares, no município de Júlio de Castilhos e a Fazenda Santa Elmira, de 3.860 hectares, no município de Salto do Jacuí. Nesta, os acampados foram violentamente despejados da área.⁷⁸ Os ocupantes da Fazenda Ramada, depois de uma longa luta, conquistaram a terra.

O sorteio das famílias e dos grupos que permaneceriam na área da fazenda Anoni em 1989, foi uma grande vitória para os acampados. Esta nova situação, entretanto, não resolveu o problema. Havia um excedente, superior a mil famílias, as

2000).

⁷⁸ Ver sobre este despejo em: Görgen, Frei Sérgio. *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis:

quais não tinham aonde ir. As famílias definidas para permanecer na fazenda estavam impossibilitadas de efetivamente tomarem posse de seus lotes.

Além dos conflitos já costumeiros com o Governo Federal/Estadual e latifundiários, criou-se um conflito interno no acampamento. Aquelas famílias que não foram contempladas na Anoni, muitas delas (de acordo com depoimentos colhidos no trabalho de campo, eram a maioria) negavam-se a sair das áreas provisoriamente ocupadas, desde a divisão do acampamento, nas dezesseis áreas da fazenda, realizada no final de 1986. E, inclusive, negavam-se a participar de novos acampamentos. Criou-se uma situação extremamente grave no interior da Anoni.

O impasse começou a ser resolvido com um forte trabalho de base, com várias discussões entre as lideranças das áreas e dos grupos das famílias com a coordenação geral do Movimento, combinado com uma ofensiva das famílias sorteadas sobre todos os demais acampados, que, ao longo do tempo, davam sinais de acomodação. A principal medida dessas famílias, além das discussões nos grupos de base, foi puxar a frente, tomar a dianteira no rumo de novas ocupações. Este fato, de certa forma, causou constrangimento aos demais acampados e os levou a acompanhar as novas mobilizações e ocupações surgidas.

(...) nós sorteado era os único que não poderia se acomodar. Nós tinha até um certo compromisso com a companheirada que estava alí e nós tinha que lutá junto, não era porque nós já tinha sido sorteado que nós ía pegá e aí se deitá nas cordas e deixar que eles se lascassem. Foi um período permanente na luta. Fomos lutá junto até que todo mundo for assentado, né. Depois a luta vai continuar mas pelo menos a companheirada que tava aqui na Anoni, todo mundo ganhô terra. E eu acho que foi excelente aquela idéia, foi o que resolveu o problema. Inclusive nós tinha um excedente em cima da nossa própria área aqui de quarenta e poucas famílias e que não tinha jeito dos cara nem í acampá, ou também nem í prá luta, fazer uma pressão, depois aí eles foram junto. Aí como nós fomo lutá eles tavam se acostumando (...) e foram junto e nós conseguimos terra praticamente prá eles, né (...)
(Associado Cooptar)

Um grupo significativo de famílias, entretanto, resistiu até o final de 1992, plantando em áreas ditas suas e não aceitando desocupar as áreas destinadas aos legítimos assentados. Chegou-se a um grau tão elevado de tensão que a posse efetiva da

área destinada aos associados da COOPTAR deu-se por uma ocupação, à noite, todos armados e preparados para defender a posse da terra e as suas vidas. Dizem alguns que o conflito só foi evitado por habilidade dos dirigentes desse grupo de famílias, os quais também participavam da direção do Movimento.⁷⁹ Aos poucos, o excedente da fazenda Anoni foi sendo absorvido por outras ocupações e pelos novos assentamentos no Rio Grande do Sul. Até a última família originária do acampamento da Anoni ser assentada passaram-se mais de dez anos, desde a ocupação em 1985.

Entre os anos de 1990 até o final de 1992, aos membros da COOPTAR foi um período destinado à participação nas ações e mobilizações conjuntas com o Movimento⁸⁰ e o início da organização e estruturação da Cooperativa. Inicia, neste período, o assentamento de fato, apesar de não ter ainda a posse efetiva dos lotes e também de não ter sido fundada a agrovila, onde se localiza hoje a COOPTAR; tampouco a comunidade, a escola, o campo de futebol, o ginásio de esporte, a cancha de bocha... do Assentamento 16 de Março. A construção de toda esta estrutura inicia somente em 1993, assim como a posse definitiva da terra.

A trajetória do acampamento da fazenda Anoni galvanizou a luta pela terra por mais de oito anos no Rio Grande do Sul, assim como contribuiu para a consolidação do MST como uma organização nacional. Iniciou na segunda metade da década de oitenta e atravessou os primeiros anos da década de noventa. Um período decisivo na luta pela terra no país. Forjou, ao mesmo tempo, um jeito singular de viver de homens, mulheres, crianças. É forte esse período na vida daqueles que foram os protagonistas desse período histórico. Muitas lições, muitas histórias, muitos aprendizados, inclusive a incorporação de uma nova linguagem...

Nós, já quando viemo pro acampamento, a gente começou a trabalhar em núcleos, né, já se organizá em núcleo no acampamento, então a gente via aí no acampamento que dava muito problema, né, problema assim de relacionamento entre grupos e logo quebrava o grupo; já

⁷⁹ Esta situação conflituosa vivida no interior do acampamento da Anoni deve ser analisada considerando a constituição dual dos trabalhadores camponeses que, ao ocuparem uma porção de terra rompem com o princípio da propriedade privada, mas de posse da terra voltam a agarrar-se à propriedade. Ver de forma mais abrangente esta questão, item 2.6 do capítulo II.

⁸⁰ Não é propósito deste texto alongar-se a respeito dessas ações. Entretanto, merece destaque a ocupação pelos sem-terra da Praça da Matriz, em Porto Alegre, no dia 8 de agosto de 1990. Os fatos e a repressão policial desse acontecimento são tratados por Górgen (1991).

formava um outro grupo. Então a gente via que era um processo muito difícil que tinha que sê muito discutido prá dá certo. Essa é uma questão que a gente já vinha percebendo, né. (...) a gente veio do acampamento com o núcleo formado e ficô com a aquele núcleo alí, já trabalhando, mesmo não sendo sortiado na Anoni, mas já trabalhando em núcleo, né. (...) às vez dava problema no grupinho também, tinha que sentá e (...) depois começá andá de novo. (...) a gente já vinha com um ritmo assim bom de disciplina, né. A disciplina tinha que sê diferente daquela anterior. Embora o grupo seja pequeno, mas tu tá trabalhando a tua terra, mais a terra do outro e tu tem que se submetê também a proposta do companheiro senão não ía dá certo. O acampamento foi prolongado, eu acho que foi bastante desgastoso. Então, a gente pego uma (...) uma certa prática, né e assim uma experiência: de como é que tem que sê o coletivo (Associado da Cooptar).

Assim, mais que eu aprendi, para mim, foi uma escola, a situação que nós vivia lá fora, nós ganhava muito pouco, era mais trabalho que tudo o resto, hoje tu (...) eu por exemplo, vejo a questão política, muito importante na vida das pessoas. Uma coisa que não é passada a maioria das vezes as pequenas propriedades, onde mais trabalham, que a questão política é importante no dia a dia, né. O acampamento foi uma primeira escola que aprendi com os outros, eu aprendi com os demais, na convivência e assim a questão de visão já tinha uma coisa completamente diferente daquilo que a maioria das vezes a imprensa divulga, que a questão da imprensa né, na questão de visão distorcida, né (Associado Cooptar).

(...) foi um período longo de acampamento. Eu acho que a amizade uma das coisas, mas é a amizade que a gente teve com o pessoal, que quanta gente que tu conviveu junto, né. Que nós por exemplo, eu, nós aqui (...) ninguém conhecia o outro e de repente fumo morá tudo mundo, os oito junto, num barraco só. Então é uma família que tu convivia ali, né. Nós chegemo a conclusão que nem uma família vivia que nem nós. Que se um chamasse o outro de feio o outro não ficava brabo, né. Numa família geralmente dá ou daria um encrenca e nós não tinha esses lado (...) nós não parava em casa, vivia na estrada. Chegava num lugar só trocava as roupas da sacola e voltava prá outro, né (Associado Cooptar).

O acampamento foi longo. As crianças cresceram no meio do acampamento. Nunca a gente sabia onde seria a próxima ocupação. A gente só sabia que tinha que continuar lutando. Praticamente foi tudo organizado já no acampamento, desde a escola prá crianças. Prá nós mulheres e que tinha as criança era até mais difícil, mas todo mundo se ajudava. Se acaso as criança no colo pesasse, a gente entregava pros outro e ía em frente. Acho que é por tudo isso que tamo aqui hoje (Associada da Cooptar).

(...) eu acho que do acampamento o aprendizado do acampamento eu pra mim foi uma escola, foi uma escola que não aprendi quando estudava lá, né. (...) no caso estudei muito pouco, né. Isto que eu te colocava. Na quinta série tu aprende em aula matemática básica, por exemplo, mas é muito pouco né, mas no acampamento prá mim foi uma escola onde se aprendeu muito. Tipo assim bom, vamo conhecê

um pouco a política geral né, tinha essas oportunidades, né de discussão no próprio acampamento, tinha boa liderança no acampamento que trazia isso, né e isso aprendeu a se organizar também, né. No acampamento não adianta (...) tu se depara aí com 1500 família, né, num acampamento de lona preta aí te obriga tu se organiza (...) é negócio de saúde, é higiene, é alimentação. Então é uma questão assim: ou tu te organiza ou tu abandona e vai embora, então eu acho que aí foi um aprendizado assim que (...) embora foi meio desgastante, né, mas é um desafio prá quem fica.. Prá quem fica alí num acampamento (...) eu acho que foi um aprendizado assim muito bom mesmo e depois, além disso, a gente saiu prá um esparramo de áreas aí que prá organização foi meio complicado (...) mas isso foi um desafio, né que a gente foi enfrentando (Associado Cooptar).

As suas influências e seus ensinamentos continuam refletindo em suas vidas, em vários aspectos, na convivência, na amizade, na luta, nas falas e também no início da experiência de trabalho coletivo, não ligado ainda diretamente à produção, mas aos outros aspectos. As necessidades do acampamento exigiram práticas de cooperação para garantir as mobilizações, as ocupações, a alimentação, a segurança,... Nesse movimento, neste acampamento, nesses espaços, os agricultores familiares, individuais, com seus costumes, suas crenças, sua cultura estavam transformando-se, reconstruindo-se, reencontrando-se enquanto classe na medida que se envolviam na construção de algo coletivo.

5.2.3 - A terceira fase: o Assentamento 16 de Março

O assentamento e a escolha das famílias na fazenda Anoni deram-se de duas formas. Uma metade por sorteio e a outra por escolha do INCRA, obedecendo alguns critérios desse órgão. Das 232 famílias assentadas foram formados quatro assentamentos, ou quatro comunidades. O Assentamento 16 de Março faz parte desses assentamentos, conhecidos como Assentamento Fase IV da fazenda Anoni.⁸¹

A denominação Assentamento 16 de Março é uma referência ao dia 16 de março de 1993, momento em que as 232 famílias sorteadas e escolhidas a permanecerem na

⁸¹ Sobre os resultados econômicos do Assentamento da Anoni (Fase IV) ver: BAVARESCO, Pedro Antônio. “Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul”. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*.

área da fazenda Anoni dividiram-se nos quatro assentamentos ou comunidades. Cada uma escolheu uma denominação. Os acampados das áreas 1, 2, 3, 13, 15 e 16 formaram então o Assentamento 16 de Março. Este dia marcou a posse definitiva da área destinada às 86 famílias desse Assentamento. Como vimos, no interior destas famílias havia diversos grupos organizados os quais estavam distribuídos em diversas áreas dentro da fazenda. As 86 famílias definidas para o Assentamento 16 de Março não eram todas do mesmo grupo de base do acampamento. Na área 1, do município de Pontão⁸², foi formada a comunidade do Assentamento que hoje conta com escola, igreja, ginásio de esporte, quadra de futebol de salão/vôlei, cancha de bocha, campo de futebol e cemitério.

O Assentamento 16 de Março faz parte da Regional Sarandi do MST. As famílias estão divididas em quatro núcleos; oito pessoas, sendo quatro mulheres e quatro homens que representam esses núcleos na Regional. Essa representação é exercida por um período de um ano, após, são realizadas novas eleições.

Os núcleos são coordenados por um coordenador e por uma coordenadora. Segundo o depoimento de uma associada da COOPTAR, liberada para atuar no Movimento, “a razão desta divisão de coordenação entre um homem e uma mulher é para ficar claro a ‘questão de gênero’. Em condições normais uma mulher, por mais condições e qualidades que tenha, nunca seria escolhida”, afirmou ela.

Os núcleos reúnem-se ao menos uma vez por mês para discutir a questão política em geral, as questões do Movimento e também as questões do Assentamento, como os problemas da comunidade, a educação, as equipes de saúde, o Orçamento Participativo do Estado e do Município, a comercialização da produção, etc. Com exceção das 14 famílias que fazem parte da COOPTAR, as demais organizam a produção e a propriedade da terra de forma individual. Na área destinada a esse Assentamento não havia nenhuma benfeitoria. Apenas a terra e uma parcela desta com mato e açudes. O compromisso dos assentados é de manter 20% da área de mato/floresta.

Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 251-309.

⁸² Em 1985, ano da ocupação, toda a área da fazenda Anoni localizava-se no município de Sarandi. Com a emancipação, em 1992, do município de Pontão, distrito de Passo Fundo, a área da fazenda Anoni ficou dividida entre os municípios de Pontão e Sarandi.

5.3 - A Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda - COOPTAR

A busca de compreensão da COOPTAR deve levar em conta todos os demais aspectos colocados nos capítulos e itens anteriores.

Em primeiro lugar, ela faz parte de um contexto histórico bem determinado. O seu surgimento combina-se com o início do governo Collor no Brasil, em 1990. É sabido que a partir desse Governo, o Brasil aumentou a sua subordinação à dinâmica de desenvolvimento e/ou dominação do capital internacional. Os ventos do neoliberalismo, disfarçados na ideologia da “globalização”, tomam conta dos governantes e da elite econômica brasileira.

A bem da verdade, as políticas neoliberais de descomprometimento do Estado com as políticas sociais já começavam a ser experimentadas no Governo Sarney, só que timidamente, porque os movimentos sociais ainda eram bastante fortes. Elas tornaram-se mais agressivas com o desemprego e a queda dos Estados Operários (entre os anos de 1989 e 1991), e constituíram uma justificativa adequada à adoção do caminho único do mercado como “salvação”, exigindo para isso o desmonte dos serviços públicos, as privatizações, etc.

As conseqüências dessa diretriz política-econômica-social, de uma forma ou de outra, atravessaram os dez anos analisados e/ou pesquisados sobre a existência e o desempenho da COOPTAR. Obviamente, a minha preocupação não é analisar as conseqüências do neoliberalismo ou da política econômica da década de 1990 no interior de uma CPA. Apenas quero frisar que a CPA pesquisada não é uma experiência isolada, imune às oscilações e variações do contexto na qual está inserida.

Em segundo lugar, os associados da COOPTAR foram agricultores familiares, foram “afogados” pelas barragens, foram meeiros, arrendatários e trazem consigo uma história de vida marcada pela expropriação/proletarização que atinge a classe

trabalhadora, principalmente os trabalhadores rurais em nosso país, que em sua longa história política, econômica e social sempre foram aliados das políticas sociais de proteção ao trabalho e da participação política.

Essas experiências de uma produção familiar isolada ou de assalariamento marcam as práticas dos agricultores assentados que precisam descobrir-se como iguais em violentos confrontos com os poderes constituídos e em dolorosas reflexões e ações internas, como vimos no processo de seleção das famílias que viriam a constituir os assentamentos.

Por fim, em terceiro lugar, os homens, mulheres e crianças, integrantes da COOPTAR, fazem parte de um movimento de luta pela Reforma Agrária e por trabalho digno no Brasil: o MST e que, por mais de oito anos, ficaram indo de ocupação em ocupação, com todas as suas conseqüências, até ter a posse definitiva de seus lotes, para, somente depois disso, construir uma experiência de trabalho cooperativo. Alguns aspectos considerados importantes serão destacados, a fim de trazer à análise esse trabalho cooperativo da COOPTAR, como espaço e princípio educativo.

5.3.1 - Alguns aspectos históricos da COOPTAR

A COOPTAR, fundada no dia oito de fevereiro de mil novecentos e noventa, por oitenta e quatro sócios, com quarenta e oito famílias, tem, conforme o art. I de seu estatuto social, o objetivo de “congregar os agricultores da sua área de ação, promovendo a mais ampla defesa dos seus interesses econômicos, podendo para tanto, ter o trabalho, a produção, a comercialização bem como cuidar da educação e da saúde, em comum”. A COOPTAR é uma sociedade cooperativa regida pela Lei nº5.764 de 16/12/71. Quando de sua fundação, localizava-se em uma das dezesseis áreas, ainda provisórias, no interior da fazenda Anoni, no município de Sarandi, mas, a partir de 1993, transferiu-se para o município de Pontão.

Antes da constituição formal da COOPTAR, houve um convite a todas as 86

famílias do Assentamento 16 de Março para participar de um laboratório de fundação da cooperativa. Este convite partiu da Coordenação Regional do MST e expressava a linha adotada pelo Movimento. Este período combinou-se com a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) em nível nacional. A proposta do Movimento era que a produção fosse organizada de forma cooperativada.

Havia insistência e muitas discussões para que todos os assentados assumissem esta estratégia. Apesar disso, em torno de trinta famílias do assentamento não aceitaram o convite e partiram para o trabalho individual em seus lotes, o que de certa forma reflete as contradições na constituição e formação dos trabalhadores camponeses, como vimos anteriormente. Das 55 famílias que iniciaram o curso ou o laboratório, várias desistiram durante o período que durou trinta dias. Foi um mês intensivo de discussão e preparação do modelo de cooperativa preconizado pelo MST.

(...) naquela época nós tivemos o laboratório. Nós não morava aqui, na agrovila, nós morava lá embaixo em outra área. Deixou muito 'nego' com os miolo velho balenciado, meu deus do céu, porque foi uma coisa nova, uma coisa complicada porque tu vinha de um vício diferente lá de fora né, nosso vício era bem diferente...nós tinha umas quarenta e poucas famílias, só prá tê uma idéia nós tivemos umas dez famílias que saltou na hora. No finalzinho do curso já tinha gente que não participou do encerramento do curso (...) e por exemplo, nós chegemo a ter mais família daqui da vila, quando nós viemo mora aqui, nós tinha vinte e poucas famílias da cooperativa, né, depois, aos pouquinho, algumas famílias foram ainda desistindo, né (Associado da Cooptar).

Os primeiros três anos foram marcados pela adesão massiva das famílias assentadas à cooperativa. Apesar de congregarem apenas 50% do total do assentamento, o número era expressivo. Havia disposição, por parte dos assentados, em participar da cooperativa e esta representava uma necessidade para a sobrevivência desses camponeses.

Entretanto, a partir de 1994, a realidade começa mudar radicalmente. Há uma debandada geral dos associados. Em fevereiro de 1995, a COOPTAR contava com apenas 26 famílias associadas. Dois anos após com 16 e, a partir de 1999, com 14 famílias, num total de 25 sócios, os quais permanecem até hoje.

As famílias que deixaram de ser sócias da COOPTAR permanecem no MST e

fazem parte dos núcleos de base da Regional Sarandi. Apesar de desenvolverem as suas atividades agrícolas de forma individual em seus lotes e não fazerem parte de uma CPA, estas famílias são associadas da Cooperativa Regional do MST, a COANOL. Desenvolvem, assim, outras formas de cooperação e integração no interior do assentamento, principalmente atividades ligadas à comunidade do Assentamento 16 de Março. Em torno de dez famílias permanecem morando na agrovila, fundada em torno da COOPTAR.

Quais os principais fatores que contribuíram para este fenômeno? É possível compreender as razões das famílias que saíram da Cooperativa? Em relação a estas razões, por um lado é perceptível a insegurança sobre o futuro da Cooperativa, o medo do novo, o imediatismo e por outro, não há divergências na compreensão entre os associados que ficaram na cooperativa e aqueles que a abandonaram, como veremos logo em seguida.⁸³

Não tinha muito porque ficá na cooperativa. No início não era tão organizado como se vê hoje. Tava tudo desorganizado e a gente não sabia se as coisas iam melhorá. Prá tudo dentro da cooperativa tinha que decidi junto. Isso até era uma coisa boa. Mas tava demorando demais prá tê algum tipo de retorno. A maioria das veiz nós ficava em casa, não tinha muita coisa prá fazer (Ex-associado da Cooptar).

Acho que foi tudo exagerado no início. Foi comprado muita máquina e de bom mesmo não veio nada. Só promessa. Daí quando tivemo que se desfazê até das vaca de leite eu vi a coisa ficá feia. Achei melhor trabalhá eu e a mulher, com o nosso lote (Ex-associado da Cooptar).

Era muita gente na cooperativa. Começô dá algumas encrenca. Um queria uma coisa, os outros já queriam outras. Eu me decidi dedicar a outra atividade. Acho que mesmo não estando na cooperativo, também estou contribuindo ao Movimento. Mesmo porque na época não tinha trabalho para todo mundo (Ex-associada da Cooptar).

Dois fatores principais interferiram, segundo a visão daqueles que ficaram na COOPTAR. O primeiro tem a ver com a demora em assentar as famílias excedentes do acampamento da Anoni. Os primeiros três anos da Cooperativa combinaram-se com a

⁸³ A análise e o estudo sobre os associados que saíram da cooperativa e mesmo aqueles do Assentamento 16 de Março, que desde o início do assentamento não fizeram parte da Cooperativa, infelizmente não estiveram ao alcance deste trabalho enquanto “objeto de pesquisa”, os quais poderão ser numa outra proposta de pesquisa. Foram realizadas apenas três entrevistas com três pessoas que eram associadas da Cooptar e que ainda permanecem morando na agrovila com o objetivo específico de avaliar as razões das

posse provisória dos lotes das famílias assentadas, o que dificultava o uso da área destinada. A terra, as plantações e a colheita eram disputadas entre os próprios acampados/assentados. Quem plantava não tinha certeza que iria colher. O uso do solo deu-se de forma irregular. Isto interferiu na produtividade. Os aspectos climáticos também contribuíram para colheitas diminutas.

O segundo fator, colocado como determinante para o esvaziamento da CPA, relaciona-se ao modelo produtivo adotado. Apesar de manter um pequeno plantel de vacas de leite, em torno de vinte e cinco, os primeiros três ou quatro anos foram baseados no modelo da “agricultura moderna” - grandes máquinas agrícolas, defensivos, monocultura de soja, trigo e milho, submissão aos créditos do sistema financeiro oficial, principalmente da carteira agrícola do Banco do Brasil.

(...) nós começamos com um modelo produtivo, uma matriz produtiva, um modelo tecnológico. Embora a visão de todos os assentados, embora a gente lutasse nos acampamentos e pensasse diferente (...) Mas, quando nos deparamos com a terra, o primeiro sonho da maioria dos assentados foi, sem dizê, sem admiti, era, mas eu digo isso com certa segurança, que foi imitá o granjeiro, né. Comprá grandes máquinas e entrá na produção de soja e trigo (...) banco, financiamento (...) (Associado da Cooptar).

(...) em 1990, a gente fundô a cooperativa em mais famílias, a gente tinha uma outra visão de produção, nem tava pensando em agro indústria né, em montá o frigorífico, nem tinha idéia. Então tem aí, bom hoje nós temos 700 hectares de terra que dava as quarenta e poucas famílias, né, a gente se programou com uma estrutura de máquina, fez uma dívida, né. Só que a agricultura tava indo pro saco, né e ainda com a indefinição da Anoni isso se tornou mais grave ainda, (...) as máquina foi desvalorizando, as família foram saindo e as dívida foram ficando, né (Associado da Cooptar).

(...) porque nós entremo na época de início era questão de grão mesmo. Era soja, milho (...) até foi gastado muito em cima de maquinário, trator. Depois se viu que essa linha era uma linha muito complicada (...) prá você disputá com os grande agricultor não é fácil, né (Associado da Cooptar).

As conseqüências desse modelo produtivo, de “imitação dos granjeiros”, foram desastrosas aos associados da COOPTAR.

E começamo a se dá conta que quanto mais trabalhava, mais ficava dependente e de vez de dá sobra, sobrava sempre dívida (...) e que isso excluía também a mão de obra e o saldo foi de dívidas. Bom, a gente levô cinco anos quase prá se dá conta disso (Associado da Cooptar).

(...) muitas pessoas das famílias ficavam em casa, sem fazer nada, porque não tinha trabalho para todos na lavoura. Se ficassem em casa e, apesar disso, ganhassem para isso, até que não tinha problema, mas o problema é que a produção começou dar prejuízo. Aos poucos essas famílias foram abandonando o trabalho coletivo (...) o modelo adotado foi um modelo de produção falido e excludente. O modelo de agricultura, baseado na monocultura, que, em crise, provocava grandes investimentos, mas não deva retorno econômico às famílias. Este modelo ao invés de gerar empregos, tirava o emprego da companheirada (Associado da Cooptar).

De acordo com os depoimentos colhidos no trabalho de campo, no primeiro ano de produção os associados da COOPTAR tiveram que utilizar mil sacas de soja para pagar uma parcela das dívidas contraídas; no segundo, a produção da soja e do trigo deu para pagar os investimentos feitos no plantio e tiveram que vender vinte vacas de leite para pagar as dívidas do maquinário e no terceiro ano, acabaram falindo de vez. Venderam algumas máquinas a preço irrisórios, o trator e a ceifa entregaram pela dívida, outras maquinarias foram se estragando com o tempo.

Soma-se ao endividamento, a não absorção da mão-de-obra disponível dos assentados como as principais conseqüências do primeiro modelo produtivo adotado pelos associados da COOPTAR. Este modelo foi responsável, em grande parte, pela saída das famílias da CPA. Houve, a partir destas conseqüências, um balanço e em 1994 iniciou um redirecionamento nas atividades da COOPTAR, no sentido do desenvolvimento de atividades que agregassem trabalho e valor.

E quando a gente fez esse balanço a gente percebeu: olha gente, nós tamo caminhando num rumo que vai nos levá à sarjeta, que é o contrário do que sempre nós sonhamo, né. Não é essa vida que nós escolhemo, não é essa vida que nós sonhava e aí que decidimo então mudá de rumo. Que que vamo fazê? Teve todo um chaquaiio geral. Começamo por decidi vendê a colheitadeira, vamo vendê o trator traçado que nós tinha e vamo vende o caminhão. Foi meio que unânime: é isso, vamo por outro rumo! E se tivé que pegá de novo como se pegava na junta de boi, vamo pegá (Associado da Cooptar).

Aí que começamo, bom vamo dá uma parada, vamo dá uma guinada aí. Aí começamo redirecioná, pensá a matriz e outro modelo e

começamo pensá de produzi, industrializá e vendê direto, indireto, mas vendê prá cidades e também pensá de saí um pouco desse modelo que excluía mão-de-obra e criá postos de trabalho prá todos e aí foi que a gente começo a comprá vaca de leite, suínos, os embutidos (...) (Associado da Cooptar).

(...) e foi pesando que a gente viu que: bom, prá mantê lucro tem que disvinculá um pouco esse negócio de querer produzir grão até mesmo pela quantia de hectares de terra que a gente tinha ficado né. Tu com aí uma estrutura de máquinas e fica com meia dúzia de hectares de terra não vai viabilizá. Então acabamo vendendo as máquina que sobrô, dando um jeito de pagá a dívida (...) conseguimos pagá aquela dívida, daquelas máquina... foi um bom tempo prá isso (Associado da Cooptar).

Os acontecimentos e as conseqüências dos primeiros anos de atividade da COOPTAR não configuram uma experiência única. Todos esses fatos foram sendo desencadeados como parte de um processo de organização da produção e também de amadurecimento de experiências, no interior do MST. Esses fatos contribuíram, ao mesmo tempo, para a própria consolidação da Cooperativa.

O laboratório, o projeto hegemônico introjetados nos sem-terra, foram conseqüências, de certa forma, de heranças trazidas do período anterior ao acampamento e pela falta clareza do Movimento na organização da produção e do trabalho nos assentamentos. Prova disso é que vários membros da COOPTAR, participavam dos fóruns regionais, estaduais e nacional que tratavam da produção nos assentamentos - de 1986 a 1989 da Comissão Nacional dos Assentados ou Setor de Produção e após do Sistema Cooperativista dos Assentados, o SCA e nem por isso foi evitada a falência. Por exemplo, a COOPTAR decidiu e fez parte da fundação, conforme Ata nº 02 de 22/01/1991, da Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul – COCEARGS, entidade que faz parte do SCA e congrega as cooperativas dos assentados em nível estadual e também decidiu e fez parte da fundação da Cooperativa Regional, a COANOL. As lições aparecem nas falas dos assentados de diversas formas:

Estamos pagando as dívidas até hoje daquela opção. Foi um duro aprendizado. Não foi fácil. Não foi só o nosso assentamento que adotou aquele modelo de produção; a fazenda Holandesa, os outros assentamentos aqui também da Anoni, todos faliram (Associado da Cooptar).

(...) aliás, os outros assentamentos que saíram do acampamento da Anoni, também entraram nessa. Parece que cada um teve que viver prá depois mudá de produção. Até a direção do Movimento tentava convencer a companheirada. Não teve jeito, aprendemos quebrando a cara (Associada da Cooptar).

O ano de 1994 marcou a ruptura do modelo produtivo baseado na monocultura. Iniciava uma segunda fase na organização da produção da COOPTAR, marcada pela diversificação da produção. Do período anterior, havia a experiência positiva da produção de leite, a qual proporcionava, mensalmente, uma renda líquida aos assentados. Isso era importante porque supria uma necessidade imediata à sobrevivência das famílias. Optou-se, por isso, em fortalecer esse setor produtivo. Outra questão avaliada do período precedente foi que, ao priorizar a produção de grãos, principalmente soja e trigo, além de utilizar uma parcela muito pequena de mão-de-obra, devido à mecanização, não havia diversificação na produção de produtos básicos necessários à alimentação das famílias, como feijão, arroz, mandioca, amendoim, legumes, trigo, banha, etc.

Nóis comprava na cidade até salada, nós comprava muita coisa que nem precisava, era só plantar que dava aqui nas nossas horta. Chegemo a conclusão que nós vivemo na terra e temo que buscá na terra o que mais precisemo. Resolvemo daí plantá quase meio de tudo (Associado da Cooptar).

A partir dessa avaliação, foi reorganizada a produção de grãos. Ao invés de somente produzir soja e trigo, a lavoura começou a produzir milho, para utilizar na produção leiteira e de suíno, e os demais produtos básicos para alimentação. Junto com isso foi formado o setor da horta. “Nós somos agricultores e temos que tirar da terra aquilo que precisamos para o nosso sustento. No mínimo isso!” (Associado da Cooptar).

Por dois anos, houve uma grande produção de cenoura. Imaginava-se, a partir de uma grande produção, acrescentar mais um fator de ingresso de renda às famílias. De acordo com os depoimentos, no segundo ano houve uma excelente produção, mas o preço por quilo, em 1996, foi tão irrisório que não compensou nem o trabalho de colheita. A plantação daquele ano perdeu-se na lavoura. Nos anos seguintes, produziu-se somente o necessário ao consumo interno dos associados. A comercialização de

hortigranjeiros foi abandonada.

Outro setor que ganhou impulso e começou a fazer parte da produção da cooperativa a partir de 1994/5 foi o abate de suíno e bovino. Por iniciativa de dois associados da COOPTAR, ainda nos primeiros anos da cooperativa, havia, em pequena quantidade, abate de suínos. Três ou quatro porcos eram abatidos durante a semana e a produção de salame, toucinho, costela defumada começou a ser comercializada nos mercados vizinhos, principalmente em Passo Fundo. Aos poucos, com um retorno significativo, aumentou-se o abate de suíno e iniciou-se o abate de bovino. Naquele momento, em 1995, entretanto, não havia estrutura instalada a esta atividade. E se esta fosse garantida, poderia ocupar uma grande parcela da mão-de-obra, disponível na cooperativa.

Em março de 1995, tomou-se a decisão de construir um matadouro e uma fábrica de embutidos. Desde a elaboração do projeto, a busca de recursos, os trâmites legais relacionados à licença/inspeção veterinária e a construção das instalações, etc. até o funcionamento pleno e legal, dezoito meses se passaram. Em 6 de agosto de 1996, era inaugurado o abatedouro e a fábrica de embutidos. Foi uma festa grandiosa. Participaram centenas de pessoas de todos os assentamentos da Anoni, de lideranças nacionais do Movimento, parlamentares e lideranças dos partidos de esquerda do estado do Rio Grande do Sul, vários sindicalistas e autoridades da região. Foi uma conquista para o Movimento e ao mesmo tempo uma demonstração das potencialidades econômicas de um assentamento do MST.

Neste período de construção do frigorífico, houve também a abertura de uma filial da COOPTAR em Passo Fundo. O *Mercado da Reforma Agrária*, como ficou conhecido, foi uma iniciativa conjunta do Sindicato dos Metalúrgicos, demais sindicatos cutistas e a COOPTAR. Visava a colocação dos produtos da Reforma Agrária junto à população e aos trabalhadores da cidade. O mercado funcionou por três anos e, após, teve que ser fechado. Dois motivos principais contribuíram para o seu fechamento: inviabilidade econômica e falta de mão-de-obra. O principal fator que tornou inviável esse mercado foi a não absorção de toda produção da cooperativa, devido ao tamanho das instalações. Para que o mercado se tornasse viável, eram necessários grandes

investimentos para aumentar a sua estrutura o que demandaria, num primeiro momento, recursos e, posteriormente, mão-de-obra. Em relação à falta de mão-de-obra, aconteceu porque para atender ao mercado, era necessário no mínimo uma família, duas ou três pessoas e a cooperativa não tinha esse pessoal disponível porque faltava essa força de trabalho exigida na produção, na sede da CPA. E, se fosse aumentada a sua estrutura, era necessário contratar trabalhadores assalariados. Diante desses impasses, optou-se pelo fechamento.

Outro setor surgido juntamente com a abertura do frigorífico foi a creche. Foi uma necessidade a sua organização para viabilizar e/ou liberar todas as pessoas para o trabalho, especialmente as mulheres. Ao contrário do período anterior, em que havia sobra de mão-de-obra, com esta reorganização da produção, começou a faltar pessoas para suprir os postos de trabalho surgidos. Até hoje, há falta de mão-de-obra associada à CPA para suprir a demanda de trabalho existente.

Um aspecto importante a ser destacado nesta alteração da matriz produtiva diz respeito às decisões tomadas. A COOPTAR é uma cooperativa regida pela legislação brasileira atual, e, enquanto tal, deve obedecer inúmeras questões de ordem legal e burocrática. Uma destas questões é a sua estrutura administrativa, os seus cargos, as responsabilidades legais dos administradores perante o poder público, o sistema financeiro, etc. O funcionamento interno da cooperativa, entretanto, não obedece aos critérios legais. As decisões são tomadas de forma coletiva em reuniões periódicas, no mínimo mensais ou quinzenais, chegando em alguns momentos, semanais, dependendo das demandas setoriais ou do andamento geral da cooperativa. A direção administrativa somente executa estas decisões.

(...) uma coisa é a assembléia que tu se obriga a botá em ata, (...) só esse ano (esta entrevista foi realizada em 23 de novembro de 2000) nós já fizemo acho quatro, assembléia ordinária e extraordinária (...) fora o que nós temos que nós chamamos de assembléia de poderes de decisão (...) são questões de decisões internas. Nós não lavramos em atas oficiais, mas isso nós fizemos no mínimo uma cada mês (...) todo mundo participa. Inclusive, por exemplo, às vezes a gente faz uma assembléia num fim de tarde e aí as criancinha maior vão brincar e as pequena a gente tem que levá junto prá assembléia, porque não tem creche e a mulher que cuida da creche é sócia da cooperativa e tem que participar da assembléia (Associado da Cooptar).

As modificações introduzidas na COOPTAR, a partir da segunda metade da década de noventa, transformaram a estrutura produtiva da Cooperativa que, com pequenas variações, permanecem inalteradas. A produção e a organização do trabalho começaram a funcionar em seis setores: frigorífico, lavoura, suíno, produção de leite, horta e creche. No período da realização da pesquisa, entre junho de 2000 e maio de 2001, eram estes os setores existentes no interior da CPA. A organização do trabalho dá-se a partir desta divisão por setores. Os associados da cooperativa dividem as suas tarefas/horários combinando a dinâmica específica do setor onde está localizado e com o funcionamento geral da CPA definida no coletivo. Abordarei a seguir o funcionamento da COOPTAR e a organização da produção e do trabalho dentro destas duas dinâmicas.

5.3.2 - O funcionamento dos setores

O frigorífico responde, atualmente, por 70% de toda a produção da CPA e ocupa a força de trabalho de quatorze pessoas, oito homens e seis mulheres. De toda a força de trabalho demandada pelo frigorífico, três não são associadas da COOPTAR, são assalariados. São dois homens e uma mulher. É assinada a carteira de trabalho de todos eles. Segundo os depoimentos, esta realidade constitui uma contradição e precisa ser eliminada. É encarado como trabalho temporário para compensar a mão-de-obra que ainda falta. O objetivo é eliminar com a entrada de novos sócios, principalmente os filhos e filhas dos atuais associados. No início do funcionamento do frigorífico, este demandava mais mão-de-obra. Com o avanço da experiência e da especialização, diminuiu.

(...) saiu três, quatro de lá e nós aumentamo e vamo tocando. Antes todos trabalhavam lá, inclusive as mulheres, de tarde principalmente eram oito mulheres, hoje tem quatro. Tu veja que esse é o processo (...) nós fazia coisa que não precisava fazer, não conhecia a coisa do trabalho, era tudo mais difícil (...) (Associado da Cooptar).

No início ninguém tinha experiência de trabalhar no frigorífico e todo mundo tava aprendendo junto, aprendendo, hoje tu vai ver com muito menos gente faz muito mais, todo mundo se aperfeiçoou, mas na

época (voz entristecida) era aquela bagunça porque ninguém se entendia em nada, mas todo mundo tava ali para trabalhar, pra fazer, só que ninguém tinha experiência nenhuma (Associada da Coopitar).

Os trabalhadores e as trabalhadoras estão divididos em quatro equipes: administração, abate, viciação, fábrica de embutidos e corte. Cada equipe tem um coordenador responsável. Existe também um coordenador e uma coordenadora geral do frigorífico, responsáveis por todas as atividades que envolvem este trabalho. O setor de administração (também chamado “o pessoal do escritório”) responde pela administração de toda a Cooperativa e não apenas pelo abatedouro e a fábrica de embutidos; dois homens e duas mulheres respondem por esta equipe. O coordenador é um homem. Esta equipe é responsável pela contabilidade, comercialização, finanças, atas, relações institucionais com bancos e demais cooperativas e/ou entidades.

O funcionamento interno do abatedouro e da fábrica de embutidos obedece uma lógica de linha de produção bastante precária. O trabalho é basicamente manual, com utilização de muita força física por parte dos trabalhadores/as. A equipe do abate traz o animal da mangueira, lava, abate, sangra, dependura nas roldanas, tira o couro ou o pelo, corta, divide ao meio, vicia e leva à câmara fria ou ao desosse. Outra equipe é responsável pela viciação, separação dos órgãos internos utilizáveis ou descartáveis. A equipe que desossa também é responsável para moer a carne que será utilizada na fabricação de embutidos. Por fim, a equipe dos embutidos, a partir da carne moída, tempera, mistura, embute, defuma e separa os produtos para a venda. Esse setor também é responsável pelo cozimento do toucinho e o armazenamento da banha suína.

Por basear-se na lógica de uma linha de produção, os trabalhadores e as trabalhadoras estão submetidos à especialização e à rotina de suas tarefas. A localização nas equipes e a definição atual das tarefas no interior do frigorífico, deu-se, principalmente, pela adaptação e/ou capacidade física desses homens e mulheres. Para se ter uma idéia dessa adaptação, os animais são abatidos com um golpe de marreta de ferro na divisão do pescoço com a cabeça. São “desnucados”. Essa atividade exige, ao mesmo tempo, habilidade e força física. O corte ou a divisão longitudinal dos animais em duas partes é feita com um instrumento, uma espécie de motosserra, suspenso em algumas correntes com roldanas. Este trabalho também exige muita força física e

habilidade. Para levar os animais abatidos à câmara fria ou ao desosse, é preciso empurrar as roldanas suspensas numa linha de ferro a uma altura de mais de três metros e muitas vezes é preciso levar estas partes dos animais às costas. Quem pode fazer estas tarefas? Nestas atividades descritas, trabalham somente homens. As mulheres trabalham na fábrica de embutidos e na viciação. Nestes setores, trabalham também homens. A coordenação da equipe de embutidos é de uma mulher.

Nos cinco anos de funcionamento do frigorífico, as equipes permaneceram as mesmas. Aconteceram apenas pequenas variações. Na administração, não houve nenhuma mudança. As quatro pessoas estão desde o início nas mesmas funções. No abate dos animais também não houve mudanças nesse período. Na viciação, desosse e na fábrica de embutidos houve algumas mudanças. Algumas pessoas saíram, outras são substituídas. Não há um rodízio organizado e/ou sistematizado nas equipes de trabalho.

Os animais abatidos são bovinos e suínos. Em média, são abatidos vinte bovinos e oitenta suínos semanalmente. A capacidade de abate do frigorífico pela estrutura e pela mão-de-obra disponível é o dobro da utilizada atualmente. As razões deste limite de abate, tem a ver com a comercialização e com a inadimplência, com a chamada “crise do mercado”.

Hoje é quinta-feira de manhã e não sei se vai ter abate. Se não chegou nenhum pedido ontem à tarde, temos que esperar durante o dia de hoje. Se não chegar pedido não adianta abater (...) é a crise (...) (Associada da Cooptar).

Porque se nós tivesse hoje, se não fosse a inadimplência, que tu pudesse matá a capacidade do frigorífico nós achemo que dá prá matá 120 a 150 porco por semana, mais uns 40 boi (...). Assim tu tá matando na média de 60 porco, 70 ou 80 no máximo 90 e 10 ou 12 boi que dá o mínimo né. (...) Poderia ser mais. Só não é mais porque não adianta tu se atracá que o pessoal não te pagam depois, né. Que nem nós começemo o ano passado. O cara em Poa queria 150 porco por semana daí nós não tinha capacidade, entreguemo no máximo uns 70 porco, foi que o cara não pagô. Hoje temo com 40/50 mil prá recebê do cara (...). Esse é o maior problema porque nós hoje a mão-de-obra prá nós, se nós fosse em vez de matá 60 ou 70 porco por semana, nós matá 150 não muda nada porque, hoje, nós temo o pessoal (...) que tá na moleza, né. Foi trabaiado anteonte e ontem e hoje o pessoal tá na moleza. Hoje e amanhã poderemo matá mais alguma coisinha. Depois, até o final de semana é moleza (...). Uma época nós tava que nós tinha o mercadinho lá em Passo Fundo, nós matava, matava porco prá fazê, prá tirá as costelinhas, que era mais o que o pessoal vendia e com o

resto fazia salame e nós tava com estoque de 2000 kg de salame que nós não vendia e tava ali. Porque o salame vai indo vai indo e vai estragando, né. Daí quando nós se demo por conta, tá loco home! Nós chamemo (...) uma assessoria (Assessoria da COANOL) prá nós e a decisão então achada então foi que quem levá um porco ou então quem qué costelinha tem que levá tantos kg de salame. Vamo te que combiná as vendas porque senão, não tem jeito (Associado da Cooptar).

Como se vê, aparecem os limites colocados pelas relações estabelecidas com o mercado, com o “mundo lá fora”. A produção advinda do trabalho dos homens e das mulheres da Cooperativa é colocada no mercado. E este determina muitas vezes até o ritmo desse trabalho, “(...) conforme os pedido, a gente abate”, o que, de uma certa maneira, equipara-se à estratégia das indústrias de produzir apenas sob encomenda, ou seja, não acumular estoques de mercadorias. Como se vê, a cooperação também obriga o conjunto dos associados/as a compreender o mercado.

Para a manutenção do abate, a Cooperativa compra os bovinos dos pequenos agricultores e dos assentados da região. Os suínos abatidos fazem parte de um sistema integrado entre a COOPTAR, a COANOL, os demais assentados da Anoni e também dos outros assentamentos da região. A COANOL é responsável pelo acompanhamento técnico e pelo fornecimento da ração. A COOPTAR pelo fornecimento dos leitões; os assentados e os pequenos agricultores, pela engorda.

A COOPTAR comercializa os seus produtos diretamente aos pequenos mercados da região de Sarandi, Palmeira das Missões e Passo Fundo e também na região do Vale dos Sinos, na grande Porto Alegre. Tem um vendedor em Igrejinha e outro em Palmeira das Missões, responsáveis pelos pedidos dos mercados à Cooperativa. Outra parte da comercialização é feita diretamente pela CPA aos assentados e pequenos agricultores da região. Os vendedores são remunerados através de uma comissão de 2% sobre os valores das vendas.

Sobre o funcionamento interno do frigorífico, relacionado à organização do trabalho, são realizadas algumas reuniões para resolver os problemas que surgem no local de trabalho. Os coordenadores convocam estas reuniões de acordo com a necessidade. Não há um calendário pré-definido. Segundo os depoimentos, há um

tempo atrás se fazia bastante reunião, mas o pessoal enjoou. “(...) o pessoal não gosta muito de reuni. Tinha muita reunião uma época e aí o pessoal enjoou de reunião. Mais é quando dá algum problema, né que tu sempre tem problema tu reúne o setor e vai levando assim, né” (Associado da Cooptar).

Um aspecto interessante está relacionado com a postura dos coordenadores ou coordenadoras no trabalho interno ao frigorífico e também nos demais setores da cooperativa. São criadas novas relações de poder no ambiente de trabalho, muito diferentes das empresas privadas e também das “cooperativas tradicionais”.

(...) talvez que seja por causa que o pessoal é sócio, então todo mundo manda (...) se sente dono, né. Porque, se é uma empresa que eu fosse um diretor... aí era diferente, aí tu mandava e o cara tinha que fazê, mas é diferente. Tu tem que sabe até onde que tu pode chegá, porque se eu vô mandá um cara fazê uma coisa de qualquer jeito, o cara já não faz, dizendo que também é dono e tal (Associado da Cooptar).

(...) mesmo que pareça que a minha idéia é melhor, tem que ver o que os outros dizem. Não dá prá saí mandando todo mundo. A gente tem que ir devagar. As vez dá alguma rusga. Depois se ajusta. A gente tem que cuidá do jeito que fala com os outros. O respeito tem que tá sempre junto (Associada da Cooptar).

O intercâmbio das informações do frigorífico com os demais cooperados e também entre os demais setores da cooperativa acontece de duas formas: nas reuniões gerais da cooperativa e nas reuniões entre os coordenadores dos setores.

(...) na maioria das vezes, o pessoal fica sabendo, né o que acontece porque... uma que nós temo a reunião da coordenação, né que são os coordenador do setor que forma a coordenação da cooperativa e nós se reunimo um vez por semana cada dez dia ou duas vez por semana ou conforme precisa e aí tudo mundo fala do setor. Depois, mesmo que nós se reunimo, um vai conversando aqui, outro ali e vai passando a conversa (Associado da Cooptar).

Nós temos o conselho da cooperativa, as informações, a maioria, é repassada naquele conselho né, daí discute lá e daí cada setor da cooperativa tem um coordenador, então discute no conselho e o coordenador passa para o restante da companheirada. Todo mundo fica informado do que está acontecendo, discute o problema do leite, do frigorífico, da lavoura e assim por diante (...) A cada oito dia mais ou menos. É quase toda semana. Quando tem proposta prá defini, um investimento, daí tu tem que levar pro conselho, né. Tem um monte de coisa que tu tem que discutir no grupo maior, né (Associado da Cooptar).

Nós fizemos, no mínimo, uma vez por mês, uma reunião de informe, por exemplo. O que passa no meu setor , o que passa nos demais, mesmo a questão da administração. Fizemo permanente. O máximo que demora é a cada 15 dias, porque é coisa que tem que sê definido, né. E mais, todo o setor é repassado e daí discute, porque, por exemplo, se for coisa pequena até os coordenador do setor define, porque todo mundo tem o conhecimento igual, os coordenador repassam pros demais, se for uma coisa, um negócio maior, daí tem que ser a assembléia que define (Associada da Cooptar).

Nessas reuniões, há oportunidade de os associados saberem o que está acontecendo nos demais setores da cooperativa, de interferirem nas discussões e encaminhamentos relativos aos setores e no andamento geral da cooperativa.

A lavoura responde por 8% da produção da Cooperativa e ocupa a força de trabalho de duas pessoas. São dois homens que trabalham neste setor, com um coordenador. A metade da área de terra da CPA é utilizada para a lavoura, ou seja, em torno de cento e dez hectares. A área cultivada é, em sua maioria, mecanizada. Os principais produtos são: milho, trigo, feijão, arroz, mandioca e amendoim. O principal produto, o milho, é entregue na COANOL. A Cooperativa Regional armazena o milho e repassa à COOPTAR em forma de ração, utilizada na produção de suíno e na produção leiteira. Os demais produtos são utilizados para a subsistência dos associados. Somente uma pequena quantidade da lavoura está sendo utilizada para o plantio da soja. A produção de grãos está totalmente voltada para suprir as demandas internas da CPA.

Um aspecto a ser ressaltado ainda em relação ao setor da lavoura é o esforço que está sendo feito para alterar a forma de produção, tradicionalmente realizada com agrotóxicos e defensivos agrícolas. A safra 2000/2001 de milho foi produzida sem o uso de defensivos agrícolas, tampouco adubo químico. A produtividade foi de 60 sacas por hectare. Uma média de produtividade considerada boa, apesar da pouca chuva no final do ano 2000.

A produção de leite responde por 12% do faturamento bruto da Cooperativa e ocupa a força de trabalho de duas pessoas. São dois homens que realizam as tarefas deste setor, um é o coordenador. Duas crianças, entre dez e quatorze anos, também acompanham por meia, uma hora, ou um pouco mais, dependendo das necessidades,

para ir aprendendo o trabalho. Frequentam a escola pela parte da manhã e à tarde ajudam um pouco o setor.

O setor do leite, como é chamado pelos cooperados, foi implementado desde a fundação da Cooperativa. No primeiro período produtivo da CPA, apesar de não ser prioridade, pois todas as atenções voltavam-se à produção de grãos, esse setor sempre garantiu uma certa quantidade de renda líquida aos assentados. No início, foram apenas algumas vacas leiteiras; em 1994, havia 25 e no período da pesquisa eram 45 vacas, com o objetivo de chegar a 80, até 2003. A produção diária de leite é de quinhentos litros. Toda a produção de leite é entregue à COANOL ao preço de vinte e oito centavos (R\$0,28)⁸⁴ o litro e esta repassa à Parmalat.

É a produção de leite que garante, mensalmente, o pagamento líquido às famílias das sobras da Cooperativa. O cálculo é feito da seguinte forma: pega-se todo o lucro obtido da produção de leite e divide-se pela quantidade de todas as horas trabalhadas durante o mês na Cooperativa. Tem-se com isso o preço/hora trabalhada. É multiplicado este valor pelas horas trabalhadas de cada um, mais cinquenta reais (R\$50,00) por família pelo aluguel da terra à CPA, totalizando assim o total da sobra.

O trabalho, na produção de leite, obedece rigorosamente uma série de procedimentos, em sua maioria repetidos diariamente, outros variam de acordo com as necessidades, principalmente de controle da produtividade e da qualidade do rebanho. Começa todos os dias às seis horas e trinta minutos. Às sete horas da manhã é feita a primeira ordenha. A ordenha é mecanizada. Após, em torno das oito horas e vinte minutos, é feito o manejo das vacas, das novilhas e das terneiras, as quais são levadas aos piquetes de pastagens. São anotados em uma ficha o horário que cada vaca permanece no piquete. Permanecem nestes até às onze horas da manhã, após são levadas às “áreas de lazer”, na sombra e às quatorze horas voltam aos piquetes de pastagens até às dezessete horas. Dessa hora até as dezoito e trinta é feita a segunda ordenha e depois são colocadas novamente nos piquetes, onde passam a noite. Pela parte da manhã, um pessoa fica no manejo e outra na limpeza do estábulo. As visitas dos técnicos que acompanham a produção de leite também são pela parte da manhã. No

⁸⁴ Este valor recebido pelo litro de leite corresponde ao mês de março de 2001.

outro dia a rotina recomeça.

O controle da produtividade do rebanho e os cuidados tomados para manter uma boa média de produtividade vacas/litros de leite que está sendo implementado foi um longo processo, desde o início da Cooperativa. As principais dificuldades para manter em boas condições o plantel foram desde a recuperação da qualidade da terra, pastagens impróprias até a aquisição de um rebanho de melhor qualidade. As pastagens antigas que havia na fazenda foram mudadas para grama.

Segundo os depoimentos, ainda tem o problema de média de produção de leite por vaca/dia, que é em torno de onze litros. O controle é feito uma vez por mês, quando é pesado o leite tirado de cada uma das vacas. Esse trabalho é feito manualmente. É feito uma espécie de mutirão. Todos os demais setores vão ajudar o setor de leite. Este procedimento é feito para conferir a produção de cada vaca. Aquelas que ficam abaixo de dez litros por dia são relacionadas e recebem tratamento diferenciado das demais. Este trabalho é feito com o acompanhamento técnico da COANOL. As vacas com uma média considerada boa recebem tratamento privilegiado. Divide-se o rebanho em dois lotes. Um de vaca de melhor produção, de dez litros para cima e outra de dez litros diários para baixo. Diferenciando o plantel, as que dão mais leite vão para um pasto melhor. As vacas de menor produção, ao invés de acompanhar as demais, comer em dois piquetes por dia, vão comer um só. As poucas estas vacas vão para o descarte e serão substituídas por outras. As vacas de melhor produção poderão ser colocadas até em três piquetes novos a cada dia para aumentar ainda mais a produção. A estrutura de piquetes é considerada pelo coordenador do setor como muito boa. Existem 99 piquetes com pasto e a cada 45 dias é feito o rodízio, ou seja, o piquete é utilizado a cada 45 dias. Os piquetes têm dois mil e quinhentos metros quadrados (50mX50m). Outro mecanismo de controle da produtividade e controle dos custos da produção é também utilizado. É feita a pesagem, uma vez por mês, do pasto consumido durante um dia inteiro. É possível verificar com isso se o animal está consumindo dentro de sua necessidade ou está faltando alimentação, ou se está se alimentando bem, mas não reverte em produção de leite. Esse controle também é utilizado para descartar do rebanho as vacas de baixa produtividade. O objetivo, com estes procedimentos, é aumentar a média de produção vaca/litros por dia, passando de dez para dezesseis, num prazo de 24 meses.

As duas pessoas que trabalham nesse setor, apesar de não saberem quanto é a lucratividade por litro, conhecem todos os procedimentos necessários para manter a produção de forma ascendente. Por ser um trabalho que é necessário ser feito os sete dias da semana, há um rodízio, ou plantão, entre os demais setores, nos finais de semana. Cada domingo é um setor que atende, por isso é um setor amplamente conhecido pelos demais membros da cooperativa; todos dominam a rotina de trabalho.

O setor de suínos responde por 9% da produção da Cooperativa e utiliza a mão-de-obra de uma pessoa somente. Este associado é auxiliado pelo trabalho, em algumas horas do dia, por duas crianças entre dez e quatorze anos. Este setor sempre fez parte da produção da COOPTAR desde a sua fundação. No período anterior à instalação do frigorífico, entretanto, a produção era realizada de forma não profissional e/ou sem acompanhamento técnico. Desde 1996, vem sendo aprimorado o plantel de suínos, devido à necessidade de matéria-prima para o abatedouro. Através do sistema integrado com os assentados/pequenos agricultores da região e com a COANOL, este setor da cooperativa fornece 50% dos suínos abatidos no frigorífico.

No sistema integrado, a Cooperativa Regional é responsável pelo fornecimento da ração, tanto para a COOPTAR, como para os assentados/pequenos agricultores e também pela assistência técnica. A COOPTAR, através de suas matrizes e seus reprodutores, é responsável pela criação dos leitões até quarenta e cinco dias após o nascimento. Após este período, a COOPTAR repassa os leitões aos assentados e pequenos agricultores. A função destes é garantir a engorda dos suínos até cento e vinte dias. Após o período de engorda, os assentados e pequenos agricultores devem vendê-los à COOPTAR. Há um controle rigoroso em relação ao acompanhamento dos suínos desde o nascimento até o dia do abate. A COOPTAR e a COANOL mantêm uma ficha de cada animal e os responsáveis pela engorda devem anotar toda a quantidade de alimentação consumida ou por ventura algum medicamento receitado pelos técnicos responsáveis. O objetivo é garantir uma boa produtividade dos animais.

O trabalho da creche absorve a força de trabalho de duas pessoas. São duas mulheres que desenvolvem esta atividade com as crianças. Há rodízio entre estas

pessoas, que obedece apenas um critério: as mães com filhos/as de menor idade. Segundo os depoimentos, é para não haver estranhamento das crianças ao serem colocadas na creche, cuja denominação é: Ciranda Infantil Cooptar MST.

O funcionamento da creche coincidiu com o início do funcionamento do frigorífico, em 1996. Dos seis meses até os seis anos, as crianças ficam na creche, depois vão à pré-escola. A creche funciona nos mesmos horários do trabalho das mães, em dois turnos: das oito às onze horas e das quatorze às dezoito horas.

Dos seis anos até o fim da 8^a série, as crianças vão à escola num turno e no outro existe acompanhamento de uma pessoa adulta para um período de aprendizagem no trabalho, para fazer os temas da aula, algumas leituras, lanche e também algumas brincadeiras. As crianças dessa idade recebem uma pequena parcela em moeda corrente pelas atividades que desenvolvem, geralmente na horta, ou no setor dos suínos ou no leite. Por ter esta atividade organizada fora do período de aula, há, segundo depoimento de algumas mães, um melhor rendimento de seus filhos na escola. Não foi feita nenhuma pesquisa em relação a esse item. Portanto, esta informação não deve ser levada em conta.

A partir de 2001, há um filho de quinze anos que está iniciando o primeiro ano do ensino médio. O período de aula é à noite. Durante o dia, ele está ajudando o setor de suíno, por meio turno. Segundo a sua mãe, ainda não tinha sido discutida a sua situação dentro da Cooperativa. É possível que ele se torne um associado efetivo e passe a ser remunerado nos mesmos critérios dos demais associados da cooperativa. De qualquer forma, continuará trabalhando somente meio turno para possibilitar a continuidade dos estudos.

O setor da horta absorve a mão-de-obra de uma pessoa. Houve, em 2000, produção de verduras, legumes, temperos, etc para o consumo de todas as famílias da cooperativa. Este setor é utilizado como meio de aprendizagem ao trabalho para as crianças. Os produtos necessários ao consumo das famílias são repassados a estas sem custo. Somente o excedente é vendido.

5.3.4 - O funcionamento geral da COOPTAR

A propriedade dos meios de produção na COOPTAR é coletiva. Com exceção de um lote de 300m², onde está construída a casa das famílias dos associados, todos os demais bens, incluindo 210 ha de terra, um caminhão, dois tratores, uma camionete, uma ceifadeira, um automóvel, os implementos agrícolas, o frigorífico e as demais benfeitorias (desde a sede da cooperativa, telefone/fax, computador, materiais de escritório até galpões, mangueiras, cercas, chiqueiro, estábulo, etc.). Somam-se a estes bens o rebanho bovino (oitenta cabeças), 310 suínos e toda a produção proveniente da lavoura, como milho, soja, trigo, mandioca, feijão, arroz, etc. São coletivos os meios de produção da cooperativa e também a produção advinda do trabalho dos associados. Os bens particulares dos associados resumem-se ao lote e a casa de cada família e tudo o que ali dentro estiver.

Sobre a qualidade da produção estão sendo tomadas algumas medidas: reforma do frigorífico para melhorar as condições sanitárias e também a sua estrutura interna. Sobre o controle de qualidade do leite está sendo feito um acompanhamento técnico por parte da COANOL. O abatedouro tem o acompanhamento cotidiano da inspeção estadual, através de um veterinário. Está sendo feito um planejamento para eliminar o uso de agrotóxicos na produção agrícola. Como já foi colocado anteriormente, a última safra de milho, 2000/2001, já foi produzida com uréia e adubo orgânico.

As principais fontes de recursos/créditos para a produção estão ligados aos financiamentos advindos de programas específicos do Governo Federal, negociados pelo Movimento e também pelos pequenos agricultores, entre eles, os de investimento: PROCERA e PRONAF e os demais de capital de giro, por exemplo, junto ao mercado financeiro tradicional: Banrisul, Banco do Brasil, etc.

A COOPTAR não mantém nenhum convênio com assessorias fora do Sistema Cooperativista dos Assentados. O acompanhamento técnico é de responsabilidade da Cooperativa Regional, a COANOL, a qual é auxiliada também pelo CETAP (Centro de

Tecnologias Alternativas e Populares). O projeto LUMIAR atua na COOPTAR através da COANOL. Não há, igualmente, convênio ou intercâmbio com universidades.

As moradias das famílias foram construídas com recursos próprios ou com recursos/renda proveniente da própria cooperativa. A creche foi construída e é mantida pela cooperativa. A saúde é a saúde do SUS. Não existe plano de previdência. Cada associado/a tem direito a tirar quinze dias por ano de férias. Durante as férias, é remunerado da mesma forma daqueles que estiverem trabalhando.

A COOPTAR é uma CPA do MST. Faz parte de sua estrutura orgânica. Cumpre todos os critérios: a terra está sob controle coletivo, libera quadros ao Movimento e tem um plano estratégico de desenvolvimento. Tanto é assim que a Cooperativa tem liberado para o Movimento três pessoas, mais um liberado para o governo do Estado. Os associados da Cooperativa participam dos núcleos de base do Movimento, os quais estão integrados à Regional de Sarandi e esta à Regional Estadual. A relação dos associados da COOPTAR com o MST é muito estreita e muito forte.

(...) nós entendemos que a CPA, ela é parte do Movimento, nós, as quatorze famílias, somos do MST e portanto a nossa principal bandeira é a bandeira do MST. Nós como grupo de organização na área da produção de serviço nós criamos esse sistema de cooperativa prá gente tentar resistir na terra prá continuar empurrando esse sonho que nós temos é o sonho do movimento de um dia transforma esse país num país socialista, num país onde todo mundo tem direitos iguais tem oportunidades iguais por isso nós somos do Movimento e a principal bandeira nossa da cooperativa é o Movimento, tanto que, hoje, a cooperativa se fosse pensa só economicamente nós não teria, temos hoje, três liberados pro MST e tamo contratando três mão-de-obra, né. Então nós temos a nossa contribuição com militantes no movimento além da participação em geral (Associado da Cooptar).

(...) nós temo o privilégio de ter um grupo, de ter pessoas liberadas pro Movimento porque se for individual não consegue, ou se ele consegue, mas não consegue avanço na questão produtiva dele (...). Os nossos liberados ajudam na integração do Movimento, da organização como um todo e até na questão do trabalho; no coletivo, facilita as coisas. Você tá mais informado do que os demais (...) Ah, se eu me proporia ser liberado? Claro. Se eu for escolhido prá ser liberado num termo que eu consiga ajudá (...) tudo bem. Não tem problema. Na realidade até o ano passado, quera ou não quera, eu era um assim não um liberado, mas ajudava dentro da organização porque a regional tá dentro do assentamento, né e eu representava o nosso núcleo na Regional (Associado da Cooptar).

A CPA nossa (...) acho que é uma das maior percentagem de gente pro Movimento, então é pesadinha a nossa porcentagem, mas aquilo ali, eu prá mim o Movimento é o que fortaleceu nós; se nós não tivesse criado esse movimento, a gente não teria a quem recorrer e tal. Então eu acho que o Movimento assegura, dá uma certa segurança prá todo mundo, não é só prá nós da cooperativa. Mas eu acho que quem não é integrado ao Movimento é complicado (...) complicado. Então a nossa relação com o Movimento acho que é boa (...) Apesar de termos quatro liberados, todos os anos temos uma parcela grande e muito procurada, teria que ser mais ainda (...) o que é uma diferença daqueles individual, né, uma diferença grande, muito grande, porque eles não tem nenhum. Tem algum que até tem, mas é poca coisa, né, dá prá dizer “semi-liberado”; tem alguns que acompanham também, né, não dá pra dizer que não fazem nada, né, tem gente que acompanha também (...) Os nossos liberados eles vem discutir com nós (...) por exemplo, até inclusive fizemo um curso há uns 90 dias atrás, né, todos os liberados participaram. Por exemplo, tem assembléia, também os liberados participam. Inclusive os liberados eles tem assim um certo compromisso com a cooperativa de fornecer um parecer durante o mês do que eles estão fazendo, o que eles fazem, eles prestam conta prá quem fica aqui. Não é, por exemplo, um liberado que sai daqui e esquece. Um liberado que sai daqui durante a semana, fim de semana tá aí e se tá aí já tá pesquisando como tá a cooperativa, se não aconteceu assembléia ou reunião do conselho vai mais pros cabeça alí, né prá até prá entender o que se passa aqui. Até o que ele (um associado da Cooptar que ocupa um cargo no governo do Estado do Rio Grande do Sul) ganha fora ele repassa para a cooperativa. Ele é um liberado da cooperativa. Vamo pegar o exemplo do ... (nome deste associado) que trabalha lá no governo. O que ele ganha lá ele repassa prá cá e a cooperativa repassa a mesma política que eu, que trabalho no meu setor, a mesma coisa, né (Associado da Cooptar).

As principais discussões que estavam sendo feitas, no período da pesquisa de campo, no segundo semestre de 2000, eram sobre a preparação do 4º Congresso Nacional em agosto; no início do ano de 2001 a discussão era sobre o 18º Congresso Estadual do Movimento, o qual se realizou nos dias 18 a 20 de janeiro de 2001. A participação nas lutas do Movimento dá-se em forma de rodízio. Todos participam de acordo com este rodízio. Os liberados ao Movimento participam organicamente em todos os momentos.

As contribuições da CPA ao MST dá-se através dos liberados e também através das contribuições individuais dos assentados. Sobre o questionamento se existe algum projeto que está sendo construído, ao mesmo tempo que a própria Cooperativa, a resposta foi positiva: *o projeto de uma nova sociedade*. As relações que a CPA estabelece com os demais movimentos sociais são as relações estabelecidas enquanto parte do próprio Movimento. Os membros da COOPTAR também participam da comunidade do Assentamento 16 de Março, onde se localiza o colégio, a quadra de

esporte, o ginásio, etc.

Em relação aos espaços formativos no interior da CPA, existem as reuniões semanais ou quinzenais, nas quais são discutidas as questões que envolvem a vida da Cooperativa e também as questões que envolvem a pauta de discussão do Movimento. A cooperativa regional, a COANOL, é responsável pela maioria dos cursos em que participam os associados da COOPTAR. Os temas variam desde os aspectos ligados à produção de leite, suínos, lavoura, sobre cooperativismo, programas de créditos, de melhoramento dos produtos, etc.

A escola, localizada na sede da comunidade do assentamento, ocupa importante espaço na relação dos associados com as demais famílias do assentamento. Os associados participam da vida da escola enquanto pais de seus filhos, membros do CPM (Centro de Pais e Mestres) e também do Conselho Escolar. A escola é a principal forma de ligação dos associados com a comunidade do assentamento. A sua denominação - “Escola Estadual de Ensino Fundamental 29 de Outubro” é uma referência ao dia da ocupação da fazenda Anoni em 1985 -, expressa bem a influência do Movimento na Escola. Esta instituição de ensino foi uma, entre as oito escolas estaduais a funcionarem, a partir de 1987, em um acampamento do MST. Está em andamento, no ano de 2001, um projeto de reformulação pedagógica na escola para estreitar ainda mais as relações Assentados/Movimento/Escola. Segundo o depoimento de uma professora do Movimento, que trabalha na escola 29 de Outubro, está em andamento a elaboração conjunta, entre os professores e comunidade escolar, de projetos específicos relacionados ao currículo, metodologia, através de oficinas dos temas relacionados à terra, à cooperação, ao Movimento, etc.

5.4 - Sobre a organização e a centralidade do trabalho

A organização do trabalho dá-se por equipes e dentro delas discute-se o planejamento e a execução das tarefas. Há rodízio entre os setores, apesar de 50% dos associados/as permanecerem nas mesmas funções há cinco anos. Não há fiscalização de

terceiros, chefias ou qualquer outra interferência de autoridade a não ser o poder de decisão da equipe, dos coordenadores e das assembléias da cooperativa. Não há, tampouco, cartão de ponto e cada qual anota as suas horas trabalhadas em um caderno colocado sobre uma mesa na sala da administração da CPA.

Em relação à carga horária de trabalho, há um limite de horas diárias dedicadas ao trabalho: nove horas para os homens e sete para as mulheres. O retorno e/ou pagamento das sobras aos cooperados é um valor fixo de cinquenta reais (R\$50,00) pago pela Cooperativa a cada família a título de aluguel de seu lote de terra à CPA, somado aos valores referentes às horas trabalhadas, calculadas pelas receitas provenientes da lucratividade da produção de leite. Não há diferença do preço pago pela hora trabalhada entre os homens e as mulheres ou entre aqueles que exercem cargos diretivos na Cooperativa, tampouco aqueles que são liberados para trabalhar para o Movimento. As mulheres saem do trabalho às onze horas e os homens saem às doze horas. O tempo de trabalho necessário para fazer o almoço - das onze às doze horas - não conta como hora trabalhada. Apesar de os homens auxiliarem nas tarefas domésticas, a responsabilidade e o tempo destinado a estas tarefas é das mulheres.

A cada ano é feito um balanço contábil geral, onde as sobras são incorporadas ao capital da Cooperativa, geralmente para pagamento dos investimentos/dívidas, etc. As sobras são distribuídas entre os associados ou capitalizadas à cooperativa de forma igualitária. Em termos de quantidade, a renda líquida dos Cooperados gira em torno de dois a três salários mínimos mensais, por família.

A vida dos homens e das mulheres e, em grande parte, também, das crianças, no interior da COOPTAR, é marcada pela dinâmica implementada em torno do trabalho. É na organização do trabalho, na definição de seus horários, na distribuição das tarefas, nas discussões sobre os investimentos, sobre as dívidas, sobre as metas, nas avaliações acerca da produção, da comercialização, da produtividade, que as pessoas se encontram e voltam as suas preocupações. É um modo de vida diferenciado dos demais assentados do Movimento que trabalham de forma individual e também diferenciado em relação ao modo de vida de pequenos agricultores ou arrendatários que eram. Houve a incorporação de uma nova forma de vivenciar o ciclo, os horários, os processos de

trabalho, houve estreitamento entre as relações interpessoais, alteração no comportamento e nas formas de expressão das idéias e pensamentos.

(...) quando trabalhava com o meu pai, bom, se por exemplo o tempo atrapalhava, não tinha outro jeito, voltava prá casa. Era o costume da gente. Não tinha tanto horário. Era uma coisa diferente (...) (Associada da Cooptar).

(...) desde que acampemo até depois defini os lote, tirá o pessoal, os setenta que tavam acampado lá, pra nós chegá aqui nessa área, em 93/94 quando foi liberada a área, isso foi quase dez anos de acampamento né tchê. Então, a gente pegô uma (...) uma certa prática né e assim uma experiência: bom de como é que tem que sê o coletivo. Então você pega no coletivo agora e de onde nós viemo, o costume que nós trabalhava, isso mudô cem por cento (...) Mudou completamente, porque aqui claro eu acho os coletivo ele não é (...) é não que ele é ruim de trabalha no coletivo, mas também não é fácil porque é uma questão que tu é a mesma coisa que uma empresa. É a mesma coisa que tu tá empregado quase né, entre aspas, porque tu é o dono né. Essa que é a diferença que (...) bom, pra tu ser excluído, a não ser que tu cometa uma coisa muito grave né de (...) Mas tirando isso é a mesma coisa que tá empregado. Aqui eu sempre, de manhã, quando é sete e meia eu tenho que tá aqui pra cumpri meu horário assim em outros setores. Não é só aqui. Eu trabalhava em outros setores da cooperativa, né e sempre foi assim: chegô o horário é o compromisso que tu tem, embora o individual também tenha seu compromisso, mas é aquele compromisso que é dele só, né, ele só tem a responder pela família dele, não pelo conjunto que nem é hoje com nós. Mas eu acho que tá bom, eu acho que apesar da crise, das dificuldade, os problema que a gente enfrenta, tendo em vista o ramo de mercado que a gente tá que eu acho que é muito complicado porque... um pouco pela pouca experiência que a gente tem, né, que a gente veio lá duma região que não tinha essa experiência que tem hoje. Era basicamente zero, perto de hoje, né. Uma que era mais o pai que administrava outra que era só agricultura, tu não conhecia essa industrialização, comercialização, então (...) isso a gente foi pegando aos poucos, né, porque isso é um processo muito lento, a gente assim que não era acostumando assim nessa área, então a gente foi se adequando conforme o crescimento da empresa, as tarefa. Então a gente mudô muito nesse período todo, né, que eu já te colocava, porque, tipo assim em 1990, a gente fundô a cooperativa em mais famílias, a gente tinha uma outra visão de produção, nem tava pensando em agro indústria né, em montá o frigorífico, nem tinha idéia (Associado da Cooptar).

Eu já era acostumado de um jeito quando morava em casa, com todo mundo junto,né. (...) Hoje é totalmente diferente. Eu sinto assim, por exemplo, se é pra mim hoje trabalhá individual eu acho meio brabo, acostumá denovo, mesmo que às vez tu discute com algum companheiro (...) Uma época, há quatro ano a cinco ano atrás nós não tinha os horários da cooperativa, né. Nós trabaiava lá (...) chegava fazê quinze, dezesseis horas. Começava trabaiá seis hora da manha e ia até as dez horas da noite (...) dava muito problema de horas que cada um marcava suas horas, mas se eu e o (nome de outro associado)

fazia quinze dezesseis horas (...) ficava muito desparelha as horas. Às vez nós fazia um montão de horas e os outros faziam lá em baixo, então não funcionava e aí foi discutido esse negócio de nós igualizá as horas. Não pode (...) é tantas horas por dia que o cara vai marcá. Se o cara fizé dez, doze, quinze hora por dia mas é nove hora por dia que os home vão marcá (...) Nós sentimo mal no início quando foi começado marcá, que nós tinha que marcá a hora. Até eu, eu ficava meio assim. Mas como é que vô ficá marcando hora se não tô trabalhando de empregado? Mas na prática tu não é empregado, mas tu é empregado e então tu se torna mais empenhado até (...) até que tu pegue o jeito (Associado da Cooptar).

(...) por exemplo, prá nós aqui na cooperativa foi uma opção de cada um. Foi uma coisa assim muito difícil até. Hoje já é uma coisa que parece não tem como se separar. Aprendeu a conviver naquilo alí e aprendeu a convivê junto com as pessoas e se tu ficá 4 ou 5 dias fora, tu já estranha e assim por diante. O grupo se acostumou tanto que sei lá, uma convivência quase que permanente e eu acho que isso educa a pessoa, né (...) pro trabalho. Assim, por exemplo, vamo dizê que eu tivesse o meu lote sozinho, eu poderia ser um outro tipo de pessoa, né, poderia ser. Por exemplo, como eu trabalho com uma outra pessoa, né, eu sou respeitado e eu tenho que respeitar ele, porque é uma coisa assim que às vez assim tu nem com a própria família tu não se acerta bem, tem dia que tu levanta com as “guampa torta”, como diz o outro, e, na cooperativa, que nem a nossa, tem que saber que você convive com tanto tipo de gente, por exemplo eu que trabalho com o meu companheiro (...) ali, amanhã não quer dizer que vou trabalhar com ele, poderei trabalhar com outro companheiro lá do frigorífico se faltá mão-de-obra, né. Então tu tem assim uma certa dependência das pessoa, tu tem que entender as pessoa eu acho isso bom. (...) a primeira coisa que muda é a disciplina. A disciplina (...) na cooperativa. Tudo tem horário, né. Porque se tu não vai na hora certa, teu companheiro foi na hora certa, porque que tu não foi na hora certa? A disciplina eu acho que é uma coisa até bonita, eu acho, porque ajuda muito, porque se meu companheiro tá uma hora trabalhando e eu tenho que ir lá às três horas no trabalho, bom, até posso me atrasar quinze minuto, dez minuto, coisa assim, né, mas a disciplina prá mim é uma coisa muito importante dentro da cooperativa. (comentário sobre os que trabalham individualmente) (...) é muito diferente, porque aqui é assim né, aqui pelo menos a maioria, todo o pessoal da cooperativa não vai tirar um dia de chuva pra ir lá no vizinho, ou até ir dar uma carteada, jogar um baralho e tal. Agora, por exemplo, se você pegar uma propriedade individual ainda ele sobra esse tempo, você percebe bem que ele tira esse tempo. Agora não sei se ele consegue fazer o trabalho dele correto, no dia a dia, né. Mas ele sobra esse tempo. Agora na cooperativa, nós na CPA, por exemplo eu pego às sete da manhã, largo às onze e meia, pego às duas da tarde e solto às seis, sete hora da tarde e isso é diário, isso tem dia que tu pega, tem uma semana que eu faço quinze dia porque eu pego até o meu plantão (...) Claro, essa mudança, foi aos poucos e eu acho que foi difícil (...) foi uma coisa nova, uma coisa complicada porque tu vinha de um vício diferente lá de fora né, nosso vício era bem diferente. Hoje eu admito que o meu vício era muito diferente que quando a gente morava lá com o pai a gente trabalhava assim com o espírito bem diferente, né (Associado da Cooptar).

(...) na verdade, a organização do trabalho...foi tudo uma experiência que foi se acumulando, quebrando a cara, errando aqui acertando lá e nós buscando a troca de experiência com outras cooperativa e tal. No começo era uma distribuição, na monocultura uma distribuição meia, muito geral sabe, embora teoricamente a gente achava que tava correto, mas como nós tinha poucas áreas de produção, de serviços e de receitas acabava que tinha muita gente prá pouco posto de trabalho. Mas daí, conforme nós fomos avançando na mudança fomos criando os postos de trabalho (...) Cada um ia escolhendo onde ia trabalhar. O primeiro critério é esse: a pessoa tinha que gostar do que ia fazer, que não adiantava botar alguém na marra naquele serviço. E aí a pessoa não tinha experiência, bom, vai se especializando na área que hoje eu acho que tá um pouco mais definido, ao menos a maioria. Que mais gosta foi, por exemplo, no setor de leite e tentou se especializar ali, hoje tá mais consolidado. Na área de leite, na área de suinocultura a mesma coisa, na área de administração a mesma coisa, né. Então acho também que a própria necessidade foi forçando a especialização. Bom, eu gosto de fazer tal coisa, e eu tenho compromisso de fazer essa minha responsabilidade, essa minha tarefa com um grau de responsabilidade porque é de todos, né (...) isso aqui que tô fazendo, uma tarefa, não é prá mim, essa tarefa é prá mais quatorze. Então isso levô a companheirada, de forma consciente, a buscar sua própria superar a própria deficiência e assim foi acontecendo, meio sem nenhuma ordem de cima (...) ou tu te especializa ou tu salta daí. As pessoas foram notando que tinham de aprender (Associado da Cooptar).

No início foi uma coisa muito difícil porque na realidade tudo mundo sabe, nós viemos pro acampamento nós não tinha nada. Era só as barracões de lona e o que nós viemos vindo, viemos construindo no segundo tempo, né. Foi muito difícil. A questão financeira das famílias também era difícil, né, até que se pensou na época que não foi assim de início até não era tanto, mas era o problema maior que nós enfrentamos foi assim o individualismo das pessoas por questão que vinha já com uma tendência que vinha lá de fora (...) Com o tempo depois é que foi mudando. As coisas começaram andar mais no coletivo, né. Começamos trabalhar nos setores e nas reuniões se debatê o problema de cada setor. Cada um também teve que aprender bem aquilo que é da obrigação dele (Associado Cooptar).

(...) hoje eu já não consigo ficar em casa, só fazendo os serviços de casa. Me sinto até mal dentro de casa. A gente se acostumou tanto com o serviço do frigorífico que se a gente não tá lá, parece que falta alguma coisa. Eu tô aproveitando esse período de licença (licença para tratamento de saúde) para ir nas reuniões lá na Coanol ou fazer outra coisa que eu possa (Associada da Cooptar).

(...) mesmo as crianças, tem os adolescentes ali, eles já tem o ritmo de ter horário prá tudo, prá estudo, já querendo entrar para o trabalho, eles já se disciplinam, tem horário. Acordam de manhã sabendo que às oito horas tem de ir para o trabalho. É assim (Associada da Cooptar).

A apropriação de um novo processo produtivo, combinado com a história vivida no interior do Movimento desde a preparação do acampamento, foi transformando o

modo de ver, viver e de ser destas pessoas. Houve uma reconquista da imagem, do reconhecimento próprio, da valorização pessoal. A dignidade pessoal expropriada foi e está sendo reconquistada.

Eu acho que uma coisa que a gente aprende no momento que se aprendeu em termos de cooperativa, o conhecimento, nós de início, nós que viemos pro acampamento nós não era nada. Cada um trabalhava prá si (...) você era visto, por exemplo, como pequeno agricultor ou como um sem-terra, que não tinha muito valor dentro da sociedade e hoje é pelo contrário. Hoje, nós, por exemplo, entremo em qualquer banco alí, nós temos condições de fazer qualquer financiamento; nós somos reconhecido dentro do estado, mesmo no município. Nós tivemos uma grande dificuldade (...) no tempo que era pequeno agricultor (...). Nos acampamento, nós era chamado (quase caluniado) de “os sem-terra”, hoje nós somos bem visto até dentro dos bancos (...) e até somos muito bem reconhecido a nível de estado, alí também. Porque na época do acampamento, se você tava com uma camiseta do movimento sem terra era até uma (...) ninguém te olhava. E hoje não, hoje você tá com uma camiseta do Movimento Sem Terra é uma honra, que todo mundo, onde você chegá, alguém vai te cumprimentá, que sabe, donde for, nessa linha aí. Na época não, ninguém te olhava. Até você entrava num ônibus, tudo mundo ficava te olhando, uma discriminação. Hoje é completamente ao contrário (...) avanço (...) na questão de reconhecimento (...). Uma coisa importante, que é da cooperativa, é que embora todas as dificuldades que tem, do tempo que nós não tinha nada, né, ela é reconhecida. No início nós não tinha esse reconhecimento aqui. Como eu disse, se saísse com uma camiseta do MST tu era criticado e hoje não! (Associado da Cooptar).

Em torno do trabalho cooperativo, com a apropriação de um novo processo produtivo, criaram-se outras práticas e outras relações interpessoais. Novas expectativas e esperanças estão sendo alimentadas. Foram criados novos espaços de socialização no interior das próprias equipes de trabalho bem como nas demais atividades coletivas da cooperativa. Novos conhecimentos foram sendo incorporados.

Até uma outra coisa que é importante é a discussão que tem, né, porque, por exemplo, dentro uma família vamos dizê que você tá sozinho parece que aquilo lá é diário que tu discute, agora, dentro de uma CPA que nem a nossa é uma coisa mais planejada, tu discute com todo mundo, nem a minha proposta não é igual a dela, mas tu chega no final as idéias fecham, se eu tenho cinco do meu lado e ela tem oito do lado dela (referindo-se a sua esposa) eu tenho que entender que a proposta dela é melhor, né. Essa aí é uma coisa que o pessoal aprendeu (...) (Associado da Cooptar).

Eu acho que uma coisa que aprendi dentro de mim assim muito que eu não tinha muito assim é convivência com o próprio pessoal; sou uma pessoa completamente diferente da época que vim pro

acampamento, não tinha muito, pensava mais em mim do que nos demais. Hoje você trabalha no conjunto, pensa mais no conjunto e as idéias, não é assim aquelas idéias (...) que nós tinha na época. Hoje você (...) a maioria decidiu (...) decidiu. Você vai tê que vê o resultado. Se você (...) a tua idéia não passa, quem sabe lá amanhã, depois pode ser complementada por algum outro, modificando um pouquinho, pode ser que seja uma boa idéia, mas na época não foi, né (...). Sobre o meu setor, eu me sinto bem no meu setor, mas assim se fosse um setor acho que tivesse mais discussão acho que seria melhor porque eu tô alí mais os piá, né, se tivesse mais pessoas, acho que seria melhor. Assim seria, num setor maior, seria melhor, prá conversar, discutir melhor, que prá mim alí uma idéia é só minha, não tem mais com quem discuti.

Se eu tásse lá fora era completamente diferente, não tinha conhecimento nenhum, não tinha clareza nenhuma, era uma outra pessoa. Até hoje você fala com pessoas de onde tu morava lá fora, são a mesma coisa que antes, não mudaram nada, por isso que eu acho que a política dentro dum coletivo ela passa mais fácil, mais rápido, você tem um entendimento maior, isso que eu acho importante que falta nas pequenas propriedades, nas pessoas assim que possa mais (...), nessa questão política do dia-a-dia. Aqui discute mais, várias coisas, não só o trabalho. Acho que é importante que as pessoa falam, as pequenas propriedades falta esse (...) tipo de convivência maior. Porque às vez, dentro da pequena propriedade, eles acham às vez que é muito mais viável ficá trabalhando do que saí, discuti uma coisa que é interesse dele, pro futuro deles. Às vez em quando ele fica sabendo uma coisa e já passô, não volta mais. Isso que é um atraso muito grande na pequena propriedade. Aqui, aquilo que acontece, tu tá sabendo, mesmo no trabalho. Eles tão no trabalho deles e não ficam sabendo, nós, no trabalho, nós ficamo sabendo. Porque se você tá informado, se você tem uma pessoa informada no coletivo, você passa prá todos. Mas se eu sô individual, mesmo que eu sei, eu não vô passá pelos demais, vou ficar só prá mim, eu não consigo repassar pros demais. Isso que é a diferença. Nós aqui tem 14 família, se um fica sabendo uma coisa, repassa prá todo mundo, tudo mundo fica sabendo. Você é uma pessoa individual, eu sei alguma coisa, fica prá mim, outro sabe alguma coisa, fica prá ele, não consegue repassá pros demais. Isso que é as grande diferença (...) Por exemplo, nós discutimos isso na semana aqui do "Orçamento Participativo" do município e teve várias questão, por exemplo, teve gente que tem empedramento até a porta da casa, outro falta mil metro, mas a estrada dele prá chegá lá no fundo, ela tem três, quatro quilômetro e tem outro que tem 500 metros de distância. Isso que dificulta (...). Não é fácil fazê 3 ou 4 km. Se o pessoal trabalhasse mais no coletivo quanto mais fácil seria pro município, quanto menos gastaria! (Associado da Cooptar).

(...) eu acho que hoje aqui o trabalho que a gente tá fazendo aqui no dia-a-dia, eu acho que é um aprendizado vamo dizê assim não só pra nós, mas pros filho também, né. Como é que tu enfrenta a sociedade de hoje? Como é que tu vai resisti perante uma crise agrícola, né, que tá alí (...) tá muito difícil de tocá, né. Nós tamo no mercado e temo batalhando prá sobreviver, vendo outros (...) outros agricultores aí que os filhos tão indo prá cidade, tão deixando os velho, os velhos mesmo tão vendendo as terra e indo prá cidade se aposentando, né. Mas eu acho que o aprendizado que a gente tá tendo aqui, é claro, tem em vista nossos filho que tão pequeno ainda, né. A gente tá vendo que tá difícil de dá um estudo, prá dá uma faculdade pros filho. Do jeito que

tá, os filho não vão tê faculdade, né. Nós não vamo tê perna prá isso. Então hoje, esse aprendizado que nós tamo tendo aqui é, vamo dizê assim, cada vez prá tentá sê mais eficiente e passá pros filho, futuramente que os filhos administrem isso aqui e que consigam se mantê na terra, porque hoje, eu acredito que só vai consegui se mantê na agricultura, se a política não mudá, é quem tem já uma raiz, é quem tá mais ou menos bem, quem tem condições de plantá seu lote, sem dependê de banco (...). Porque a gente aqui hoje acho que tá num ramo de diversificação de produção e eu acho que vai nesse processo (...) prá aumentá mais a produção, prá tu aproveitá melhor a terra que tem, a estrutura que se tem, né porque senão a desvalorização, ela vem vindo. Se tu não acumula um dinheiro prá tu ir repondo essas estrutura é questão de tempo, né (...) tu não consegue mais repor e aí tu vai quebrá (Associada da Cooptar).

(...) me sinto como membro da comunidade, tanto aqui na cooperativa como na própria comunidade, né e outra que eu, prá mim, a cooperativa aqui é uma família. Todo esse tempo, né, que a gente pega junto; eu não sei como é que se sentiram as família que saíram da cooperativa (...) mas eu acho que se eu fosse saí hoje, ainda que se tivesse uma causa muito específica ou coisa assim (...) a gente fica meio constrangido, né... se fosse hoje saí da cooperativa ou saí daqui (...) é muito complicado, acho muito complicado, eu sinto assim membro de uma família. (...) Até mesmo uma coisa que eu conversava com a minha esposa nesses dias atrás quando fomos juntos visitar uns conhecidos por aí e deixamo a estrada principal e fomos indo lá nos fundão, né, tu se sente meio... perdido. Bá! Tu chega lá a casa do cara lá em baixo, né. Não sei, a gente acostumô no meio do povo, não sei se é isso ou o que é, né (...) aí tu fica te perguntando: bom, eu se fosse saí hoje do grupo e eu vim morá aqui nesse fundão aqui, botá a minha casa, ficá aqui, não sei o que seria, né, muito difícil (...) A gente já acostumô a vivência junto, né. Lá de vez em quando a gente faz uma festinha, programa um almoço ou uma janta, toma uma cerveja todo mundo junto (...) aí sempre na creche alí e até organiza uma dança, né todo mundo junto, mas dizê assim num domingo eu pegá e ir lá na casa do meu vizinho prá visitá ele, é muito difícil, a gente se encontra meio direto assim e às vez tá passando na frente da casa tem alguma coisa prá encaminhá ou começa conversá, senta um pouquinho, mas não é uma questão assim de que o pessoal se visita nas casas. Criou assim um ritmo que o pessoal acostumô nesse ritmo e funciona bem. No domingo a maioria então, como tem muito trabalho durante a semana, tem alguns que prioriza alguma coisa em roda da casa. Tem uns que vão passeá na comunidade, jogá uma boxa, uma bola ou um baralho e se distraí dessa forma (Associado da Cooptar).

É nesse espaço de sociabilidade que se desenvolvem novas relações, as quais extrapolam as relações estabelecidas no trabalho. O trabalho cooperativo está possibilitando e agregando às pessoas informação, conhecimento, convivência e melhores condições para se viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução, ainda que parcial, da trajetória dos homens, mulheres e crianças, chamados genericamente de sem-terras, com rostos de agricultores familiares, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados rurais, expropriados da terra e dos instrumentos de trabalho, hoje membros da COOPTAR do MST, possibilita algumas reflexões significativas, no que diz respeito à dimensão educativa do trabalho vivenciado no cotidiano desta Cooperativa.

No momento em que esses homens e mulheres decidem reunir-se, discutir a sua situação junto com os vizinhos, com outros moradores da sua pequena comunidade interiorana, ampliando-se os muitos “iguais” do seu município e da sua região, no início dos anos 80, sob o nascente MST, desencadeiam um processo de formação humana que assume um caráter pedagógico, o qual transcende os aprendizados escolares embora o impliquem.

Ao conceber, no início da pesquisa, o trabalho cooperativo em uma CPA do MST como princípio educativo, parti de alguns pressupostos em relação à educação já incorporados pela legislação e às práticas educativas refletidas por autores citados anteriormente, ou seja, que a educação é um processo mais amplo do que a simples escolarização e que abarca os processos que acontecem nos movimentos sociais, na convivência humana, nas manifestações culturais, no trabalho... (LDB 9394/96); que tem um caráter de formação de uma classe que se educa enquanto luta e enquanto se institui com uma consciência dos “iguais” (Ribeiro, 1987) e que o MST é um sujeito

educativo e pedagógico ao constituir-se enquanto sujeito social, com identidade própria, o Sem Terra (Caldart, 2000).

A busca do educativo do trabalho cooperativo, objeto desta pesquisa, guiou-se pela hipótese de que essa forma de organização do trabalho constituiria e formaria sujeitos com identidade própria e específica; isso porque levaria os sujeitos a incorporarem práticas, comportamentos, costumes, crenças, idéias e culturas singulares, sem afastá-los do interior de sua classe social, a classe-que-vive-do-trabalho e tampouco do MST. O trabalho cooperativo, desenvolvido no interior de uma CPA do MST, ganharia, desta forma, o estatuto de princípio educativo e de sujeito pedagógico, sem romper com a trajetória educativa da classe e do Movimento, antes pelo contrário, potencializando-a.

Justifiquei a busca deste educativo por vislumbrar nesta forma de organização do trabalho uma nova perspectiva de formação humana, ao imprimir um novo estatuto à categoria “trabalho” neste contexto histórico marcado pela barbarização da condição humana, em suas múltiplas dimensões.

Diante do exposto e do caminho percorrido ao longo deste trabalho de pesquisa, é possível apontar algumas conclusões, sem pretender que sejam acabadas, mas apenas reflexivas e educativas.

- a fase atual da gestão do capital está demonstrando, cada vez com mais visibilidade, o seu caráter destrutivo para a maioria da população humana e ao meio ambiente. Os recursos naturais e culturais estão concentrados em uma pequena minoria possuidora. Os direitos sociais, a dignidade, o trabalho, a vida da classe-que-vive-do-trabalho estão sendo solapados em favor da acumulação e reprodução do capital;
- a abrangência de uma experiência específica de trabalho cooperativo no interior do contexto atual da sociedade contemporânea é muito limitada. A realidade econômica, política, social e cultural, desde o âmbito internacional, nacional, regional e local, exerce um poder de pressão quase que absoluto

sobre esta experiência. As brechas e os espaços construídos por práticas sociais diferenciadas podem, por isso, a qualquer momento, evaporar-se. A produção cooperativa, especificamente do caso analisado - a COOPTAR -, enfrenta as contradições próprias de estar vinculada ao mercado com o qual se relaciona, com o qual vende/compra produtos/mercadorias, busca crédito, etc. Se fosse considerada em si mesma, isoladamente, seria possível afirmar que não passaria de uma forma alternativa para garantir a sobrevivência de algumas pessoas, o que de certa forma seria importante para o contexto de crise e desemprego atual, mas não passaria, com certeza, desse limite;

- Há uma trajetória em construção na qual estão envolvidos os associados e as associadas da COOPTAR. Há um processo de formação humana desencadeado em cada homem e em cada mulher desta Cooperativa desde o primeiro momento que cada um, no âmago de sua individualidade, decidiu romper com os limites impostos pela cultura e tradição dominantes. Ao invés de ficar se debatendo consigo mesmo, de como resolver o seu problema de falta de terra e instrumentos de trabalho, saiu porta à fora. Deixou para trás a “proteção” de seu pai ou de seu patrão. Não precisou andar muito. Outros, em igual situação, estavam lhe esperando no salão da comunidade do interior de Constantina, de Ronda Alta, de Rondinha, de Sarandi, de Palmeira das Missões... Em pouco tempo formaram uma cidade, *mas era uma cidade diferente, de gente que precisava de terra, de dignidade, de respeito, de trabalho*. No acampamento, o educativo do Movimento foi-se mostrando, construindo-se...
- O MST está presente nos gestos, na aprendizagem e na apropriação de uma nova linguagem, nas idéias, na consciência, nas práticas, nos símbolos, nas casas, na agrovila, na escola,... nas crianças, nas mulheres e nos homens que fazem parte da COOPTAR. O Movimento foi sendo construído desde os primeiros encontros em suas comunidades de origem, no acampamento, no assentamento, nas mobilizações, nas marchas, nos encontros e congressos. O Movimento tornou-se, desta forma, um espaço de sociabilização para estas pessoas. Um espaço reconquistado, outrora expropriado pelo capital;

- Com a criação da CPA este espaço de sociabilização assumiu dimensões próprias, determinado pela presença e convivência constantes entre as pessoas: de amizade, de confiança, de respeito, de companheirismo, de ajuda, de troca de informação, de discussão política. Ao mesmo tempo, ao haver este estreitamento de relações, os conflitos também, em vários momentos, tomam dimensões fortes. Isso obriga os associados da Cooperativa a enfrentar os problemas interpessoais que surgem de forma coletiva, para não prejudicar a boa convivência;

- A opção em organizar a produção de forma cooperativa, logo em seguida ao sorteio de seus lotes, surgiu por um lado das práticas aprendidas durante o acampamento - a prática de cooperação desenvolvida por estes homens e mulheres desde a madrugada do dia 29 de outubro de 1985, na fazenda Anoni, até a posse efetiva de seus lotes. Por outro lado, este aprendizado foi um processo que ocorreu no interior do próprio Movimento, enquanto uma organização nacional. Ao incorporar outras experiências e aprendizados, o Movimento definiu uma intencionalidade rumo à cooperação em nível de CPA, primordialmente. A opção em formar uma CPA, a COOPTAR, foi uma síntese destas duas questões: a experiência concreta vivida no acampamento e a intencionalidade do Movimento. A própria opção em formar a cooperativa foi uma ação que incorporou uma nova cultura de relações interpessoais e de organização do trabalho;

- A experiência de trabalho cooperativo desenvolvido na COOPTAR tem uma potencialidade própria. Ela faz parte e está no interior, organicamente, de um movimento social, o MST, que traz consigo uma história e uma capacidade de mobilização social e política muito significativa. Há uma interação Cooperativa/Movimento. Neste caso, podemos dizer *que Cooperativa é mais do que cooperativa*, assim como, para o Movimento, *Terra é mais do que terra; Escola é mais do que escola...* Os fins da CPA não estão circunscritos e limitados as suas tarefas cotidianas e nem de busca de retorno econômico, financeiro ou político apenas aos seus associados. Ela participa de uma

sistema nacional, o SCA e este é apenas um setor do MST. Ao mesmo tempo que contribui com esta organização é fortalecida por ela. A COOPTAR, os seus associados ligam-se, desta forma, a um projeto político. Enfim, essa experiência não está voltada para si, nem se fecha sobre si mesma;

- A cooperação agrícola desenvolvida em uma CPA representa um nível específico de cooperação no interior do MST. Há outros níveis de cooperação na produção como as associações, o mutirão, as cooperativas de prestação de serviços, etc. Há também outros níveis de cooperação, além dos praticados na produção: as comunidades surgidas dos assentamentos, a escola, a luta,.. além da cooperação do Movimento com outros movimentos sociais e instituições. São diferentes níveis que não se opõem uns aos outros, mas complementares ou que acontecem em momentos diferenciados.

Em relação ao trabalho cooperativo, o educativo mostra-se em duas dimensões combinadas: em sua dimensão concreta, como situação vivida e experimentada pelas pessoas em seu cotidiano, membros da COOPTAR ao longo dos dez anos de existência. São os aprendizados incorporados a partir da realização e da prática efetiva do trabalho cooperativo; e o educativo em sua dimensão e significação histórica mostra-se ao projetar-se para além do concreto vivido, ao vislumbrar uma nova perspectiva ao trabalho, ao desvelar um novo sentido às relações coletivas e interpessoais que definem a organização do trabalho e a apropriação de seus produtos pelos próprios produtores. Com estes olhares, captamos o educativo do trabalho cooperativo.

- Considerando os limites intrínsecos da experiência de trabalho cooperativo desenvolvido no interior de um sistema dominado pelas relações capitalistas de produção e de organização do trabalho, o trabalho desenvolvido na COOPTAR rompe, efetivamente, com estas relações. A propriedade dos meios de produção é coletiva; todos os associados tem a mesma cota-parte nos bens coletivos; a apropriação da produção é coletiva e igualitária, independente dos cargos, das funções, do sexo, da escolaridade; não há separação entre quem decide e quem executa as tarefas; a totalidade dos processos produtivos são de pleno conhecimento de seus executores; as

relações de poder são horizontalizadas; as relações sociais entre os trabalhadores são de solidariedade; as decisões sobre o trabalho, a produção e a apropriação são tomadas coletivamente; os cargos diretivos, eleitos por todos os associados/as, apenas executam as decisões tomadas no coletivo; há transparência e fiscalização sistemática no exercício da direção; em forma de rodízio, todos participam dos cursos de qualificação profissional; os excedentes produzidos são reinvestidos na cooperativa; a COOPTAR é autônoma em suas decisões e atividades em relação a outras instituições;

- Esta prática de trabalho cooperativo imprimiu uma auto-disciplina estabelecida entre os próprios trabalhadores na realização das tarefas, do tempo e dos processos de trabalho; foi criada e assimilada uma nova disciplina em relação ao trabalho; há novas formas de vivenciar os ciclos da natureza, os horários, as estações do ano; há novas formas de vivenciar as relações interpessoais; houve a incorporação de um novo processo de trabalho, diferenciado do trabalho familiar anterior, com a apropriação e o domínio de novas técnicas, procedimentos, metodologias, funções diferenciadas, de acordo com os setores produtivos organizados no interior da CPA; a aprendizagem destas novas técnicas deram-se com o próprio desenvolvimento do trabalho, não houve um período de aprendizagem e/ou treinamento e outro de execução. Estes dois processos aconteceram e acontecem concomitantemente;

- A prática do trabalho cooperativo na COOPTAR está formando sujeitos com identidade própria no interior da classe-que-vive-do-trabalho e do MST. Esta não é uma questão dada, é algo que está sendo construído, é um processo em aberto. É com este olhar que deve ser observado e analisado o trabalho cooperativo no interior da COOPTAR. Ao praticarem a cooperação em seu nível mais profundo, trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem uma nova cultura do trabalho, um trabalho coletivo, autogestionário, negando o individualismo e a propriedade privada, atacando a raiz da alienação. Ao formar esta nova cultura do trabalho, imprimem-lhe um novo sentido, um sentido humanizador, capaz de contribuir na formação humana das pessoas,

capaz de resgatar a dignidade, a auto-estima, a alegria; capaz de sustentar desejos e projetos de mudança também para os outros e para a sociedade.

Ao construir o trabalho cooperativo, os sujeitos sociais envolvidos estabelecem, em suas ações, novas relações sociais de produção e de apropriação. São relações sociais diferenciadas da lógica dominante e, ao contrário da alienação e da desumanização experimentada sob a lógica do capital, estão a indicar novas possibilidades de formação e de educação humana. O trabalho cooperativo, torna-se, desta forma, um sujeito pedagógico. Por isso, a análise desta experiência possibilita estabelecer também uma relação, em um nível mais amplo, com a educação e com a escola. Uma educação que se pretenda humanizadora, pode ter, neste sujeito, um dos seus pilares de sustentação e poderemos pensar a escola, seus currículos e suas políticas pedagógicas, a partir desta dinâmica construída por estes sujeitos sociais. Ao ser capaz de refletir e estar aberta às práticas pedagógica dos movimentos sociais, a escola reassume o seu papel crítico e desalienante.

Ao analisar a trajetória de construção do trabalho cooperativo na COOPTAR, é possível também apreender algumas contradições. As relações de gênero homem/mulher são ainda desiguais em vários aspectos: todas as tarefas domésticas são de responsabilidade das mulheres e os homens apenas as “auxíliam”; na cooperativa as tarefas domésticas não são contadas como horas trabalhadas e a maioria dos cargos de “responsável” pelos setores é exercida por homens. Há também pouco rodízio dos trabalhadores/as nos setores; corre-se o risco da superespecialização, do embrutecimento de algumas tarefas. A COOPTAR funciona com três trabalhadores assalariados; mesmo que a curto prazo o objetivo perseguido seja a sua eliminação, permanece atualmente esta contradição, pois estes trabalhadores não participam, em igualdade de condições, da apropriação do produto do trabalho.

Os homens, mulheres, crianças, hoje membros da COOPTAR, antigos agricultores familiares, expropriados da terra e dos instrumentos de trabalho, estão construindo uma experiência de trabalho coletivo e autogestionário. É possível afirmar, entretanto, que são autônomos? Não. Os limites e as cercas do capital ainda os rodeiam. É apenas uma autonomia relativa conquistada. O aprendizado, entretanto, dessa

trajetória os impulsiona a continuar lutando. Quem sabe um dia as ações e as práticas coletivas e humanizadoras possam encontrar-se, no campo e na cidade... E, aí sim, não será mais uma experiência singular, mas o “assalto aos céus”, expressão utilizada por Marx para definir a Comuna de Paris de 1871, poderá ser atualizada e festejada pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Esta utopia também mobilizou-me a realizar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- ARROYO, Miguel G. (Org.). *Da escola carente à escola possível*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. Trabalho - “Educação e Teoria Pedagógica”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 138-165.
- ARRUDA, Marcos. *O Feminino Criador: sócio-economia solidária e educação*. Texto apresentado na reunião anual da ANPED, setembro de 1998. Rio de Janeiro: PACS (Mimeo).
- _____. *Globalização e Sociedade Civil: Repensando o Cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Texto preparado para apresentação na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social. Genebra, 9-11/12/1996. Rio de Janeiro: PACS (Mimeo).
- _____. *Globalização e sociedade civil. Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro: PACS, 1996.
- BAVARESCO, Pedro Antônio. “Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul”. In: TEDESCO,

- João Carlos (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 251-309.
- BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. 5ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- _____. *O Brasil Privatizado II*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- BOBBIO, Norberto...[et al.; Robin Blackburn, organizador]. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Trad. Maria Inês Rolim, Susan Semler, Luis Krausz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.
- BRENNER, Robert. “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão”. In: *Revista Outubro* (3). São Paulo: Xamã, 1999. p. 7-18.
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CATTANI, Antonio David. *Processo de trabalho de novas tecnologias: orientação para pesquisa e catálogo de obras*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- CHESSAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. “Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais”. *Revista Outubro* (1). São Paulo: Xamã, 1998. p. 7-31.
- _____. “Mundialização: o capital financeiro no comando”. In: *Revista Outubro* (5). São Paulo, Xamã, 2001. p. 7-28.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola nº 5*. São Paulo: Concrab, 1998.

- CORAGGIO, José Luis. “Alternativas para o Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado”. *Proposta* (72). Rio de Janeiro, mar/maio 1997. p. 30-38.
- _____. *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez & Instituto Paulo Freire, 1996.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- DE MASI, Domenico. *A Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Ed. SENAC, 1999a.
- _____. *Desenvolvimento Sem Trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999b.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na era da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FALCON, Pery Thadeu O. et al. *O movimento Sindical e as transformações no mundo do trabalho: a questão da qualidade total*. Porto Alegre: CAMP, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERRARO, Alceu R. “Neoliberalismo e políticas públicas. A propósito do propalado retorno às fontes”. In: FERREIRA, Márcia Ondina; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). *Fragments da globalização na educação: Uma perspectiva comparada*. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 23-62.
- _____. “Movimento neoliberal: gênese, natureza e trajetória”. In: FERRARO, Alceu R.; RIBEIRO, Marlene. *Movimentos Sociais Revolução e Reação*. Pelotas: Educat, 1999. p. 17-42.
- FERREIRA, Elenar. “A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção”. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 81-92
- FLEURY, M. T. L. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. “A interdisciplinariedade como necessidade e como problema nas ciências sociais”. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Interdisciplinariedade*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

- _____. (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FROMM, Erich. *Conceito Marxista de Homem*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1988.
- GAIGER, Luiz Inácio. “Significados e tendências da economia solidária”. GT Economia Solidária. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT Nacional. dez., 1999. p. 29-42.
- _____. “Empreendimentos Solidários: Uma alternativa para a economia popular?” In: GAIGER, L. I. (Org.). *Formas de Combate e Resistência a Pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- _____. et al. *A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: Viabilidade e Perspectivas*. Caderno CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura: São Leopoldo, nº 15, 1999. p. 1-80.
- GARCIA, Regina Leite. “A educação numa plataforma de economia solidária”. *Revista Proposta* (74). Rio de Janeiro: Fase. Ano 26. Set/Nov. 1997. p. 42-57.
- GENTILI, Pablo. “Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora”. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-99.
- GOHN, Maria da Glória. “Os sem-terra: lutas e movimentos populares no campo no Brasil após 1970”. In: *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez. p. 141-162, 1997.
- GONÇALVES, Reinaldo. *A desnacionalização da economia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GÖRGEN, Frei Sérgio (Org.). *Uma foice longe da terra. Repressão aos sem-terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *O massacre da Fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____.; STÉDILE, João Pedro. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GUERRA, Júlio Santamaria. “Associativismo de produção na agricultura”. In: GÖRGEN, Frei Sérgio; STÉDILE, João Pedro. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.

- GUTIÉRREZ, Francisco. “Educação Socialmente Produtiva”. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época).
- HABERMAS, J. “A Nova Intransparência”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 18, setembro 1987.
- HIRST, Paul; Thompson, Grahame. *Globalização em questão*. Trad. Wanda Caldeira Brant. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Os Trabalhadores. Estudo sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOLLOWAY, John; PELÁEZ, Eloína. “Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico”. In: *Revista Outubro* (2). São Paulo: Xamã, 1998. p. 21-29.
- IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- JINKINGS, Nise. *O Mister de fazer dinheiro. Automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- JOFFILY, Bernardo. “Uma revolução que desafia os sindicatos”. In: *De Fato*. São Paulo: CUT, ano 1, nº 2, dezembro 93/fevereiro 94. p. 14-23.
- LÊNIN, V. I. “Sobre o cooperativismo”. In: BERTELLI, Antônio Roberto (Org.). *Lênin: Estado, ditadura e poder soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. p.337-347.
- _____. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1982.
- LENINE, Vladimir I. “Sobre a Cooperação”. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 656-662.
- LIMBERGER, Emiliano. *Cooperativa: Empresa Socializante*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma social ou revolução?* São Paulo: Global, 1986.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Porto: Portucalense Editora, 1972, Volumes I e II.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- _____. et al. Manifesto contra o trabalho. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 de jul.1999. Caderno 4, p.1-8.
- MAESTRI, Mário. *O Escravismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1994.
- _____. *Uma História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. “A Aldeia Ausente: Índios, caboclos, escravos e colonos na formação do campesinato brasileiro”. Passo Fundo, 2001, 19 p. In: *I Seminário Internacional de Etnia Polonesa no Brasil*. Erechim: URI, 19 de outubro de 2001.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A Armadilha da Globalização*. São Paulo: Globo, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2ª ed. São Paulo: LECH, 1981.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. “A questão agrária brasileira e o papel do MST”. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.
- MARX, Karl. *O Capital*. 8ª ed. Livro I. São Paulo: Difel, 1982a.
- _____. *O Capital*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982b.
- _____. “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- _____. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1982. p.126-127. In: VOGT, Olgário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS 1849 - 1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p.27.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. & LEITE, Sérgio (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- MÉSZAROS, István. “A crise estrutural do capital”. In: *Revista Outubro* (4). São Paulo: Xamã, 2000. p. 7-15.
- MST. Relatório do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST: Porto Alegre, 1984.
- _____. MST: Dados históricos.<http://www.mst.org.br>. 16 de outubro de 2000.

- NASCIMENTO, Cláudio. História da autogestão. Palestra proferida na Escola Sul da CUT, Florianópolis, 07/12/00.
- NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sérgio (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p.19-68.
- NOGUEIRA, M.A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1993.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da ‘sociedade do trabalho’*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Os Direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PEIXOTO, Evandro. “Violência semeada pelo Estado ganha as ruas”. *FENAE AGORA*. ed. 23. ano 3. n.4. Brasília, set/2000.
- RAZETO, Luis. “Economia de solidariedade e organização popular”. In: GADOTTI, M. & GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção questões de nossa época; v. 25).
- _____. “O papel central do trabalho e a economia de solidariedade”. *Proposta* (75). Rio de Janeiro: Fase. Ano 26. Dez.97/Fev/98. p. 92-99.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor-Pescador, a Operário Metalúrgico*. Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987. Dissertação de Mestrado em Educação. 375p.
- _____. “É possível vincular educação e trabalho em uma sociedade “sem trabalho”?”. In: *Revista da UCPEL*. 8 (1) Pelotas: EDUCAT, 1999a. p. 5-27.
- _____. “O caráter pedagógico dos movimentos sociais”. *Serviço Social e Sociedade*.(58). São Paulo: Cortez, 1999b. p. 41-71.

- _____. “Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica”. 2001. 30p. Texto inédito.⁸⁵
- _____.; FERRARO, Alceu; VERONEZ, Luiz Fernando. Trabalho, Educação e Lazer: horizontes de cidadania possível. Trab. Inédito, 2000. 30p.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Book, 1995.
- RUSCHEL, Vanderci Benjamin. “O trabalho no assentamento e na escola do MST”. In: *Anais III Seminário Pesquisa em Educação – Região Sul*. 29 de novembro a 1º de dezembro de 2000, Porto Alegre. 11p.
- SADER, Emir. *Século XX. Uma biografia não-autorizada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000a.
- _____. *Que país é este?* 2000b (material xerografado ainda não publicado).
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SINGER, Paul. “Cooperativismo e Sindicatos no Brasil”. GT Economia Solidária. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT Nacional. dez., 1999a. p.23-28.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999b.
- _____. “Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo”. *Proposta* (72), p. 6-13, Março/maio de 1997. Revista da FASE, Rio de Janeiro.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações. Investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 3ª ed. Porto: Afrontamento, 1994.
- TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 4ª ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1988.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vls. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁸⁵ Texto aprovado para publicação pela Revista Brasileira de Educação, da ANPED.

- TIRIBA, Lia Vargas. “Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.189-217.
- TODESCHINI, Remígio e MAGALHÃES, Reginaldo. “A CUT e a Economia Solidária. GT Economia Solidária”. *Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o Projeto da CUT*. São Paulo: CUT Nacional, dez., 1999. p.11-22.
- TOURAINÉ, A. “Os Novos Conflitos Sociais”. *Lua Nova*. São Paulo: Marco Zero, nº 17, jun. 1989.
- WAGNER, Carlos. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “A ruína do capitalismo”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17 de out. 1999. Caderno Mais, p.9-10.
- ZAMBERLAM, Jurandir & FRONCHETI, Alceu. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992.

ANEXOS

Anexo 1

- 1 – Qual o nome e a localização da fazenda ocupada?
- 2 – De quem era a fazenda?
- 3 - Era improdutivo?
- 4 - Quantidade de área?
- 5 - Havia produção na fazenda?
- 6 - Quantas pessoas viviam na fazenda antes do acampamento?
- 7- De que forma foram sendo assentados? Sorteio? Cadastro do Incra?
- 8 – Quantos assentamentos se originaram do acampamento da Anoni?
- 9 – Qual o período que durou o acampamento?
- 10 - Em que data foram assentados?
- 11 - Qual a localização?
- 12 –A denominação?
- 13 - Por quê?
- 14 – Quais as características da área da terra destinada?
- 15 - Quantas famílias foram assentadas?
- 16 - Qual a forma de distribuição da terra?
- 17 - Quando surgiu a COOPTAR?
- 18 - Por que foi formada a CPA? Quais as principais razões/motivação?
- 19 - Qual a constituição formal da CPA?
- 20 - A composição e organização da CPA: número de pessoas/famílias, idade, sexo, a

propriedade da terra e dos meios de produção, tamanho dos lotes e composição da força de trabalho.

21 - Qual a organização do trabalho? As suas principais características?

22 - Quais as formas de pagamento (mensal, anual, semestral, em dinheiro ou em produto, previdência...)?

23 - Existe trabalho assalariado? Desde quando? Por quê?

24 - Tem cartão ponto? Quem fiscaliza? Como é anotada a quantidade de horas trabalhadas?

25 - As atividades domésticas são contadas como trabalho dentro da CPA?

26 - Como se dá a relação com o Movimento?

27 - Quais as principais características dessa relação?

28 - Que discussões estão sendo feitas neste momento?

29 - Como se dá a participação nas lutas? Todos participam?

30 - Quais as contribuições da CPA ao MST?

31 - Quais as relações da CPA com os Movimentos Sociais?

32 - Existem espaços formativos na CPA? Quais? Quem participa?

33 - Qual a relação da CPA com a escola?

34 - Como a escola está integrada com a CPA?

35 - Quais as principais conquistas do assentamento?

36 - E sobre as crianças, o que fazem? Estudam? Que horários? E o restante do tempo? Como se dá o lazer das crianças e dos adultos?

37 - E sobre as moradias, como foram construídas?

Anexo 2

- 01 - Qual a forma de organização da produção, ao longo dos últimos dez anos?
- 02 - Quais os modelos de produção adotados?
- 03 - Quem decidia sobre estas escolhas?
- 04 - Os principais produtos/custos?
- 05 - Sobre a produção: o que se produziu, período em que se produziu, variedades de produtos? Sobre a comercialização: as redes de consumo e as relações com o mercado, a concorrência, a produtividade...
- 06 - Sobre a qualidade da produção, que medidas foram e estão sendo tomadas?
- 07 - Principais consequências dos modelos adotados?
- 08 - Quais as fontes de recursos para a produção?
- 09 - Assessorias na área produtiva? Quais?
- 10 - Em relação às sobras, como são feitas?
- 11 - Sobre as dívidas, todos devem? Todos pagam?
- 12 - Como está organizada a contabilidade?
- 13 - Sobre as relações institucionais - bancos, cooperativas, órgãos públicos, agentes de fiscalização ...- quem faz e como faz?
- 14 - Quais os resultados de renda para cada assentado?
- 15 - Como se calcula o valor das sobras aos associados?
- 16 - Qual a matriz produtiva e por que a escolha?
- 17 - Como se deu o domínio dos processos produtivos?
- 18 - Como se deu a adaptação ao ciclo de trabalho?
- 19 - Aprende-se o processo de trabalho ou apenas a tarefa?
- 20 - Quem presta assistência técnica e qual o seu papel na viabilização dos assentamentos?